

Nos **Átrios** do **Golpismo:**

associações civis empresariais e religiosas católicas
na desestabilização do governo
de João Goulart

(1958-1964)



Marlon Rodrigues
Marques

Nos **Átrios** do **Golpismo:**

associações civis empresariais e religiosas
católicas na desestabilização do governo
de João Goulart **(1958-1964)**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Roberto de Souza Rodrigues

Vice-Reitor

César Augusto Da Ros

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

José Luis Fernando Luque Alejos

Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

Leandro Dias de Oliveira



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO

Conselho Editorial

Rodrigo de Sousa Gonçalves (Coordenador)

Aparecida Maria Abranches

Cláudia Bezerra da Silva

Fabiane Frota da Rocha Morgado

Fábio Koifman

Karina Yoshie Martins Kato

Kelly Maia Cordeiro

Márcio Rufino Silva

Marisa Fernandes Mendes

Coordenação Administrativa

Wallace Lucas Magalhães

Vice-Coordenação Administrativa

Mariangela de Campos Dias

Marlon Rodrigues Marques

**NOS ÁTRIOS DO GOLPISMO:
ASSOCIAÇÕES CIVIS EMPRESARIAIS
E RELIGIOSAS CATÓLICAS NA
DESESTABILIZAÇÃO DO GOVERNO
DE JOÃO GOULART (1958 - 1964)**



EDITORA DA UNIVERSIDADE RURAL

Seropédica
2025

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem autorização expressa da Editora.

Preparador de originais	Wallace Lucas Magalhães
Projeto, diagramação e capa	Dandara do Porto Pereira
Supervisor de revisão	Wallace Lucas Magalhães
Revisão	João Paulo de Abreu Almeida Costa e Póvoa Pamela Joaquim Reis Caires
Leitura de prova	Wallace Lucas Magalhães

UFRRJ / Biblioteca Central / Divisão de Processamentos Técnicos
Bibliotecária: Carolina Cristina Alves Martins (CRB-7 7177)

M357a

Marques, Marlon Rodrigues

Nos átrios do golpismo : associações civis empresariais e religiosas católicas na desestabilização do governo de João Goulart (1958-1964) [recurso eletrônico] / Marlon Rodrigues Marques. — Dados eletrônicos (1 arquivo : 1,5 MB). — Seropédica, RJ: EDUR, 2025.

101 p.

E-book

Modo de acesso: Internet

Formato do arquivo: PDF

Bibliografia: p. 86-98

ISBN 978-65-86859-55-3 (e-book)

1. Religião e política – Brasil. 2. Catolicismo – Aspectos políticos – Brasil. 3. Goulart, João, 1918-1976. 4. Brasil – Política e governo. 5. Brasil – História – Golpe civil-militar, 1964. I. Título.

CDD 201.720981

EDUR
Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
BR 465, Km. 7, Seropédica – RJ - CEP: 23.897-000
Telefone: (21) 2681-4711
Site: <https://editora.ufrrj.br/>
E-mail: edur@ufrrj.br

*Se eu conversasse com Deus
Iria lhe perguntar:
Por que é que sofremos tanto
Quando viemos pra cá?
Que dívida é essa
Que a gente tem que morrer pra pagar?*

*Perguntaria também
Como é que ele é feito
Que não dorme, que não come
E assim vive satisfeito.
Por que foi que ele não fez
A gente do mesmo jeito?*

*Por que existem uns felizes
E outros que sofrem tanto?
Nascemos do mesmo jeito,
Moramos no mesmo canto.
Quem foi temperar o choro
E acabou salgando o pranto?*

Leandro Gomes de Barros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
 CAPÍTULO 1	
NO SACRÁRIO DO PODER: LEIGOS E CLÉRIGOS CONSERVADORES NA POLÍTICA BRASILEIRA 1958-1961.....	12
1.1 Das salas do Vaticano para a reforma católica brasileira: a reorganização do catolicismo frente os desafios da modernidade.....	13
1.2 Terno, gravata e batina: empresários e religiosos construindo espaços de sociabilidade	15
1.3 Abundância e poder: o grande conglomerado religioso da Igreja Católica no Brasil	18
1.4 O fantasma vermelho: conflito e pressão política da Igreja Católica às vésperas da eleição de 1960.....	20
1.5 “Livrai-nos do Lott”: Jânio Quadros, o predileto nos círculos católicos.....	24
1.6 “Varrendo a bandalheira”: base católica nos decretos morais do brevíssimo governo de Jânio Quadros.....	27
 CAPÍTULO 2	
EM DEFESA DAS ALMAS E DOS NEGÓCIOS: A PARTICIPAÇÃO CATÓLICA NA GESTAÇÃO DO PROJETO HEGEMÔNICO DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS E DA ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES CRISTÃOS DE EMPRESAS.....	31
2.1 Da posse à conciliação de classe: um encontro com a hierarquia católica.....	31
2.2 A doutrina social da Igreja e o plano emergencial: uma agenda dos religiosos para o Brasil	36
2.3 As facetas da fé: ideias religiosas e ação empresarial no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.....	40
2.4 A arca da aliança: a conspiração religiosa da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas.....	48
 CAPÍTULO 3	
PELA FAMÍLIA E OS BONS COSTUMES: MOBILIZAÇÕES DA CLASSE DOMINANTE E A DERRUBADA DE JOÃO GOULART.....	56
3.1 O poscênio das Cruzadas do Rosário em Família.....	56
3.2 Desenhando as feições golpistas: os intelectuais leigos e o curso Atualidades Brasileira.....	64
3.3 Do lar às ruas: senhoras e sacerdotes e a ação política da classe dominante.....	69
3.4 Deus, a pátria e o dinheiro: preparativos para um golpe de Estado.....	77

CONCLUSÃO.....84

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....86

FONTES.....92

LISTA DE TABELA.....99

LISTA DE QUADROS.....99

LISTA DE ABREVIATURAS.....99

INTRODUÇÃO

Diz o velho provérbio brasileiro “religião e política não se discute”. Esse dito popular, que circula em muitos de nossos lábios, simboliza uma certa disposição a evitar as polêmicas. Das polêmicas, geram-se as discussões e discursos acalorados, por ventura inimizades, contradições, e muitas vezes a completa ruptura da convivência. Evitando os assuntos indigestos, podemos ter preservado nossas relações pessoais, mas empobrecemos o debate público e suprimimos o conhecimento social e científico sobre temas cotidianos de nossa vida social, então o adágio popular falha pela primeira vez.

Em 2015, as instituições democráticas brasileiras atravessaram seu pior momento desde a redemocratização com a instauração do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Durante a votação na Câmara Federal, parlamentares fizeram 59 menções a Deus, 10 citações à nação evangélica e 136 à família brasileira (DEPUTADOS, 2016). Coincidência ou não, foi nesse mesmo período de radicalização política que o país viu nascer, mais uma vez, um surto de caos e intolerância religiosa.

Um ano após a destituição da presidente, sem crime de responsabilidade comprovado, a “bancada da bíblia” pautou juntamente com as frentes parlamentares da Segurança Pública e da Agropecuária temas como: proibição do aborto em casos de estupro, posse de armas para quem vive no campo, restrição à demarcação de terras indígenas, volta do ensino religioso confessional e escola sem partido, flexibilização do trabalho escravo, cura *gay*, entre outros temas que aglutinados formaram a chamada “onda moralista” (ALESSI, 2017).

Na mesma proporção, as eleições nacionais de 2018 descortinaram um protagonismo eleitoral inédito por parte de grupos evangélicos notadamente de maioria pentecostal (RIVERA, 2019). Parece uma demonstração clara de que em nossa sociedade a política está bem longe de se dissociar da religião, o ditado inicial se equivoca outra vez. Aliás, seria possível de fato, em algum período histórico, separar a religião, a política e a constituição do Estado brasileiro.

A história da Igreja Católica no Brasil mostra-nos que nossas contradições sociais nasceram eivadas de religiosidade cristã. Logo que o território que viria a ser o Brasil foi invadido pelos portugueses, um dos primeiros atos oficiais da Coroa foi a celebração de uma missa no dia 26 de maio de 1500 (CAMINHA, 1997). Durante todos os 315 anos de colonização, a Igreja foi parceira e facilitadora das incursões portuguesas no insaciável saque das riquezas do território. No período imperial, a instituição logrou do *status* de religião oficial. Mesmo com a proclamação da República e a separação entre a religião e o Estado, a instituição católica continuou sendo beneficiada por sua proximidade com o poder político, sua influência social e por suas generosas isenções fiscais (ALVES, 1979).

Dispostas essas considerações iniciais, objetivamos neste livro analisar o papel de parcela do laicato engajado e dos religiosos católicos no processo de desestabilização do governo de João Goulart e no golpe civil-militar. É necessário frisar que pretendemos abordar o tema a partir da categoria de totalidade tal qual elaborada por Karl Marx. Sendo assim, implica dizer que nossa atitude historiográfica relaciona os aspectos ontológicos e epistemológicos do objeto pesquisado (MARX, 2008).

Portanto, entendemos que a instituição católica não é isolada, pois constitui e é constituída pela dimensão complexa da realidade social, se inter-relaciona com as multifacetadas organizações da sociedade civil, forma seus próprios intelectuais orgânicos, estrutura vontades coletivas de grupos dominados e dominantes (GRAMSCI, 2000). Em outro aspecto, é preciso mencionar que nosso foco é a reciprocidade entre a classe dominante e os religiosos católicos na produção do consenso em torno de projetos de grupos dominantes (MENDONÇA, 2014).

Então nos afastamos de algumas correntes historiográficas que têm focalizado o papel da Igreja em relação ao golpe civil-militar por meio de duas óticas distintas. A primeira privilegia os aspectos institucionais da religião. Nessa linha, os interesses da Igreja em se auto-preservar definem sua atividade política e sua reivindicação frente ao Estado. Daí emana o importante trabalho de Ralph Della Cava (1978), no qual o eixo básico de interpretação é de que a Igreja nacional apoiou determinadas posições políticas justificada por sua necessidade de autopreservação, já que, de 1940 a 1975, a instituição passou por fortes crises relacionadas à perda de seu monopólio religioso e estrutural.

Um segundo exemplo a ser considerado é o de Thomas Bruneau (1974), que relaciona o apoio da Igreja ao regime militar com a convergência de um inimigo comum, ou seja, o comunismo. Porém, com o recrudescimento das medidas autoritárias, o clero católico passou a ser atingido pela perseguição política. Isso ocorreu porque, conforme as ideias do Concílio Vaticano II maturavam, ganhou destaque a ênfase pela justiça social, fato que desagradou o regime militar. Exatamente nessa fratura a Igreja se viu forçada a mudar de posição em relação ao Estado.

Aparece nessa linha também o trabalho mais recente de Serbin (2001), que justifica o apoio religioso ao golpe civil-militar por uma circunstancial convergência de interesses causada por processos de modernização da Igreja e das frações militares. Por isso, a criação da Comissão Bipartite representa, na visão do autor, a tentativa de mediação de conflitos entre a Igreja e o regime militar em um momento histórico em que essas similaridades acabaram ruindo.

Essas abordagens tendem a perceber o apoio da Igreja Católica ao regime civil-militar como processo esporádico, uma ocasião circunscrita que fez com que lideranças católicas fossem impelidas a legitimar a destituição do governo de João Goulart por conta de sua ameaça à religião. No bojo dessas análises está a compreensão de que a Igreja se ajusta a todo tempo às condições sociais e econômicas a que está submetida. Em suma, são teses que compreendem a instituição como volátil, que se posiciona conforme o soar da canção.

Uma segunda via de explicações a qual também apresentamos ressalvas tem como pilar os trabalhos de Scott Mainwaring (1986) e Roberto Romano (1979). O primeiro, usando o conceito de modelos de Igreja, infere que a instituição age politicamente conforme se altera a percepção de sua missão religiosa (MAINWARING, 1986). Em consonância com Mainwaring, Romano (1979) enfatiza que a Igreja age de acordo com padrões e fundamentos próprios que se traduz por via do discurso teológico. Assim, para compreender as mudanças de posições políticas da instituição, se deve, sobretudo, perceber os objetivos dela própria, enfatizando a doutrina e a teologia que permeou o período.

Um dos trabalhos recentes que seguiram essa ordem foi o de Paulo César Gomes (2014). O autor observou os relatos sobre os bispos progressistas e a Igreja de modo geral nos vários documentos produzidos pela comunidade de informações durante o regime militar. Na argumentação, problematizou a memória histórica sobre a chamada ala de bispos progressistas, considerando que o estereótipo de bispo herói veio inclusive do discurso da própria Igreja, no esforço de sobrepor sua histórica colaboração com o regime.

Não que o discurso ou, em melhor termo, o projeto teológico dos católicos, deva ser negligenciado como elemento que traduza a posição da instituição frente à vida social. Mas é necessário lembrar que os documentos e escritos da Igreja foram gestados por ela própria de modo que apresentam uma auto-imagem, uma alegoria de si mesma, um modo pelo qual deseja ser capturada. Cabe, então, verificarmos a contrapelo, como requer Walter Benjamin (2012), os sintomas e elos entre a projeção religiosa e as condições econômicas, sociais e políticas.

Por isso, ao nos questionarmos sobre o papel de religiosos católicos na derrocada de João Goulart e na consolidação do regime autoritário, não ficamos restritos ao âmbito dos assuntos religiosos, também não tentamos desvendar as motivações de leigos e clérigos ainda que hajam alguns elementos que possam apontar a direção. Interessa-nos os elos da sociedade civil e política construídos e intermediados por esses religiosos.

Os trabalhos de Octavio Ianni (1975) e Caio Navarro de Toledo (1987) elucidam uma série de motivações que impeliram parte da sociedade civil a se organizarem reivindicando a intervenção autoritária. Segundo Ianni (1975), a participação crescente das camadas médias na política brasileira, explica o sucesso da empreitada para destituir o governo. Alimentados por uma campanha de opinião que tinha como bandeiras o combate ao comunismo e a corrupção, a classe média foi impelida a se manifestar.

O aumento dos pertencentes à classe média proporcionada pela expansão econômica, principalmente engendrada pelo setor terciário, fez dessa parcela da população o grupo mais decisivo em termos de definição das políticas públicas que deveriam ser adotadas. Por outro lado, o governo não conseguia dar conta do afã da classe média pela melhoria constante dos padrões de consumo. A simbiose de interesses entre os militares receosos pela aproximação do governo com o sindicalismo e as camadas médias, insaciáveis na conquista de melhores condições de vida, formataria o alicerce do golpismo (IANNI, 1975).

Para Caio Navarro de Toledo (1997), a fraca base parlamentar do governo de João Goulart fez com que o presidente buscasse estabelecer contato direto com as mobilizações e setores sociais. Ao ver essa aproximação que incluía setores da esquerda, a burguesia rompeu com a possibilidade de estabelecer um novo pacto social. As “reformas de base”, que nada mais almejavam que solucionar o impasse do capitalismo brasileiro nos anos de 1960, foram então vistas como ameaça. Assim apareceu no horizonte da classe dominante a opção golpista, que excluía através do Estado militarizado, a classe trabalhadora emergente.

O trabalho de ambos os autores elucidam as motivações que impeliram parte da sociedade civil a se organizar reivindicando a intervenção autoritária, mas faltou mencionar que instrumentos e fórmulas sistematizaram e coordenaram a classe dominante em busca de seus interesses. Nesse aspecto, o trabalho de Moniz Bandeira (1977) já alardeava para o conluio da classe dominante representado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). Para o autor, alguns empresários da burguesia nacional e internacional se associaram para fomentar um movimento que tinham como objetivo combater o suposto perigo comunista e estabelecer uma ditadura de direita.

Foi justamente essa articulação do empresariado que patrocinou o funcionamento do Ipes e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). As duas organizações recebiam amplo apoio da CIA, que os abasteceu com recursos financeiros, além de fornecer orientação e experiência (BANDEIRA, 1977). Apesar da significativa contribuição de Bandeira, ao colocar em pauta como protagonistas na articulação golpista o complexo IPES/IBAD, sua análise se prende demasiadamente à participação de agentes externos ao Brasil, como a CIA e a embaixada norte-americana. É inegável a interferência imperialista no processo. Todavia, não é possível reduzir os termos e as responsabilidades dos próprios agentes nacionais.

Na hipótese de que o trabalho de Moniz Bandeira (1977) tenha pecado ao atribuir demasiada importância aos aspectos externos, o mesmo não se pode inferir sobre o trabalho de René Dreifuss (1981). O autor descreveu detalhadamente as atividades do IPES/IBAD, observando que os grupos haviam agido como essenciais partidos políticos, no sentido gramsciano, de reivindicar para si enquanto classe, maior espaço na ossatura do Estado.

Nesse sentido, a burguesia internacional e associada desenvolveu uma ação planejada e calculada que a levou ao poder através do golpe, já que em outras ocasiões as reformas

legais não haviam suprido toda demanda da classe burguesa. Portanto, o golpe foi construído através de uma ação ideológica que buscou assentar apoio nas Forças Armadas e na sociedade civil. A suspeita do autor de tomada do Estado por parte da burguesia associada se comprova quando, depois de apresentar todo esquema organizativo dos institutos, Dreifuss apresenta os vários intelectuais orgânicos ligados ao IPES/IBAD que ocuparam pastas diretas no governo civil-militar.

Na avaliação de Demian Bezerra de Melo (2012), o trabalho de Dreifuss não somente apontou para a participação civil no golpe militar, como também foi capaz de atestar o caráter de classe desse apoio. Por esse ângulo, é possível evitar generalizações e estabelecer o nexos socio-histórico do apoio civil, impedindo que se use o elemento “civil” como característica de um apoio da sociedade brasileira por completo, ao governo antidemocrático.

Ao tomarmos o trabalho de René Dreifuss (1981), que desvenda o caráter eminentemente burguês do golpe civil-militar, foi possível circunscrever nossa pesquisa a alguns aparelhos privados de hegemonia da classe dominante que estabeleceram contato direto com intelectuais orgânicos do catolicismo, é o caso do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), do Centro D.Vital, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e de São Paulo (PUC-SP), das Ligas Femininas e de outros movimentos clérigos e leigos.

Assim, pudemos projetar este livro com três capítulos. No primeiro, examinamos como o bloco conservador da Igreja Católica atuou na política brasileira no final da década de 1950 e no início de 1960. Elucidamos que a êxito da estratégia eclesiástica ao se aproximar da classe dominante e criar espaços de sociabilidade, aliada a histórica acumulação material, tornou a instituição católica um pêndulo importante na definição dos rumos políticos brasileiros, fato que se evidencia na antevéspera das eleições de 1960. Neste capítulo utilizamos como fonte principal alguns exemplares de jornais como a *Tribuna da Imprensa*, *O Globo*, *Diário Carioca*, *Jornal do Comércio* e *Diário da Tarde*, entre outros. Além deles, dois volumes da revista *A Ordem* e o *Anuário Católico do Brasil* de 1960. O capítulo complementa-se ainda por outras composições bibliográficas.

Já no segundo capítulo, demonstramos como algumas associações da classe dominante, em especial o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas, aderiram a seus projetos hegemônicos delineamentos da doutrina social da Igreja, conseguindo, assim, pleitear e arregimentar em suas fileiras o apoio de clérigos e leigos religiosos. Entre as fontes do capítulo, além de vasto material periódico e bibliográfico, estão as encíclicas e cartas papais, o Plano Emergencial para a Igreja no Brasil, os documentos do Fundo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais dispostos no Arquivo Nacional, além de uma entrevista com Paulo Egydio Martins, e dados do sítio eletrônico da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas.

No terceiro e último capítulo, analisamos os bastidores das grandes mobilizações populares que desgastaram o governo de João Goulart, focalizamos elementarmente o papel de religiosos e de membros da classe dominante no patrocínio, organização e execução de eventos como a Cruzada do Rosário em Família e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Novamente temos um corpus documental variado que inclui jornais, arquivos do Fundo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e da Campanha da Mulher pela Democracia, e outras discussões bibliográficas.

CAPÍTULO 1

NO SACRÁRIO DO PODER: LEIGOS E CLÉRIGOS

CONSERVADORES NA POLÍTICA BRASILEIRA 1958-1961

Já faz algum tempo que a historiografia se dedica a investigar as relações entre os religiosos católicos, a classe dominante e o Estado brasileiro. Algumas destas análises, frente ao desafio de abordar uma instituição tão complexa como a Igreja Católica, têm incorrido em simplificações abstratas, consolidando uma versão historiográfica que apresenta a instituição como ente fantasmagórico que paira sobre a cabeça dos seres humanos sem se relacionar com eles.

É bem verdade que o marxismo em muitas ocasiões se apresentou economicista e utilitarista, compreendendo a religião apenas como aparelho ideológico da classe dominante, como bem pondera Michel Löwy (2007). Mas também não se pode isentar abordagens recentes que priorizaram a mensagem teológica, pendendo a analisá-la quase que de maneira exclusiva para compreender as direções e tomadas de posição da Igreja frente ao mundo social¹.

A saída deve passar por uma abordagem que unifique vários elementos da vida social que compõem a Igreja, no caso sua mensagem religiosa e missionária, sua dimensão material, sua influência política e seus aspectos culturais. Posto isso, o capítulo a seguir se dedica a analisar como a fração do clero conservador e dos leigos engajados atuou na política brasileira no final da década de 1950 até o início de 1960.

Foi percorrendo esta indagação que chegamos à seguinte disposição textual. Na primeira parte, dividida entre os dois blocos iniciais, abordaremos a estratégia desenvolvida pelos eclesiásticos nas salas da Santa Sé para enfrentar os desafios impostos pelas ideias do mundo moderno em ascensão. Os novos delineamentos facilitaram o empreendimento do clero brasileiro a implementar uma série de reformas estruturais com o intuito de aproximar novamente a religião da classe dominante. Parte dessa reaproximação foi facilitada por instituições como o Centro D. Vital e a Pontifícia Universidade Católica, que se tornaram espaços de sociabilidade entre os religiosos e integrantes do empresariado e da classe dominante brasileira.

Já na segunda parte deste capítulo buscamos esclarecer que o êxito da estratégia eclesiástica, aliada à histórica acumulação material da Igreja Católica no Brasil, possibilitou que a instituição se tornasse um pêndulo importante na definição dos rumos políticos nacionais. É o que se verifica ao analisar os embates entre os diversos agentes civis na antevéspera das eleições de 1960. O próprio pleito eleitoral também foi sublinhado pelos embates entre os dois principais rivais, marechal Lott e Jânio Quadros, na corrida pelo apoio da parcela conservadora do catolicismo.

Por último, vimos o esforço do presidente eleito, Jânio Quadros, em manter o apoio da fração conservadora dos católicos. O presidente editaria uma série de decretos que regulavam e censuravam vários dos usos e costumes da população em observância ao moralismo cristão que havia impulsionado sua campanha. Mesmo tentando manter a base de apoio do catolicismo conservador, ao mesmo tempo em que procurava agradar os progressistas, o mandatário não conseguiu concretizar seus planos de instaurar um regime de exceção e jogaria nos braços do vice-presidente João Goulart a tarefa de conduzir o país já intensamente polarizado.

1 Aqui estamos nos referindo a autores como MAINWARING (1989), GOMES (2014) e ROMANO (1979).

1.1 Das salas do Vaticano para a reforma católica brasileira: a reorganização do catolicismo frente os desafios da modernidade

O transcurso da era moderna trouxe desafios práticos e imediatos para a Igreja Católica. De acordo com Giuseppe Alberigo (1995), a efervescência de novos ideários como os da Ilustração, do racionalismo e do socialismo forjaram um novo tipo de sociedade e de cultura. Esse contexto colocava em xeque a predominância ideológica² exercida pela religião e fez com que os clérigos desenvolvessem um movimento de reação ao mundo moderno conhecido como processo de *romanização*.

A estratégia era basicamente reorganizar a Igreja fundamentando-se em princípios e determinações que seriam propostas pela cúria romana. Foi com esse artifício que o então pontífice Pio IX editou encíclicas como a *Qui Pluribus*, *Quanta Cura* e *Syllabus*. Além disso, convocou o Concílio Vaticano I (1869-1870), que reafirmou a doutrina tradicional católica declarando a infalibilidade papal e sedimentado as disciplinas doutrinárias baseadas na herança tridentina (MONTEIRO, 2009).

Apesar do esforço entre os clérigos, reafirmar a doutrina e os princípios disciplinares não foi suficiente para que a Igreja retomassem o terreno perdido. Era necessário brejar o avanço das ideias socialistas e evitar as revoltas proletárias que ganhavam cada vez mais ímpeto com o exponencial aumento da pobreza e da miséria no período pós-Revolução Industrial. Foi nesse cenário que o então papa Leão XIII inaugurou a chamada Doutrina Social da Igreja através da publicação da encíclica *Rerum Novarum* (RAMÍREZ, 1991). Na encíclica, se por um lado, o romano pontífice defendia o pagamento digno ao operário pelo seu trabalho e uma espécie de exploração mais branda e benevolente por parte dos capitalistas, por outro fazia uma crítica incisiva ao socialismo do qual acusava de perturbar as classes e perpetuar a pobreza. Defendia enfaticamente o direito à propriedade privada e à acumulação de capital e caracterizava o Estado como mediador necessário na garantia da propriedade, na repressão às greves e na preservação da alma. Em vista disso, Leão XIII afirmava que ao homem cabia aceitar com paciência sua condição, pois: “é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível.” (PAPA LEÃO XIII).

Por fim, a solução da encíclica conclamava os povos para a restauração dos costumes religiosos. Chamava atenção para a necessidade de que os cristãos se organizassem de modo a tomar para si o controle das lutas sociais e ainda relembra a importância da prática da caridade que considerava ser “o antídoto mais seguro contra o orgulho e o egoísmo do século.” (PAPA LEÃO XIII).

Quarenta anos depois, em 1931, a carta encíclica *Quadragesimo Anno*, do Papa Pio XI relembra os delineamentos de *Rerum Novarum*, reafirmando a inviolabilidade da propriedade privada, o direito à acumulação e exclamando que o Estado não possuía nenhum direito de cobrar excessivos impostos das propriedades individuais. Na mesma encíclica, Pio XI desenvolveu o princípio da Subsidiariedade, que tinha como objetivo formular novas relações entre o Estado, as pessoas e os grupos sociais. Na concepção do pontífice, ao Estado não cabia sobrepor-se aos indivíduos, pelo contrário, ele deveria conceder-lhes ajuda para que se desenvolvessem de acordo com sua capacidade criativa (PAPA PIO XI).

A edição de ambas as cartas encíclicas, com uma espécie de mensagem piedosa e que legitimava a exploração do homem pelo homem, representavam finalmente a inserção da Igreja Católica na lógica da economia capitalista. Agora era possível não se envergonhar

2 Entendemos aqui ideologia não como ciência das ideias, concepção emergente no contexto da Revolução Francesa, mas na acepção de Marx e Engels que salientam a necessidade de conexão entre ideias e as palavras ao ambiente material. Sendo assim, na ótica marxiana, a ideologia é produto das relações de produção e reprodução da vida, um conjunto de crenças e ideias parciais a serviço da dominação de uma classe sobre a outra. Ver: (MARX; ENGELS, 2009).

da contradição entre defender o reino dos iguais, ou seja, o reino de Deus, e se perpetuar como a maior acumuladora de propriedades que a humanidade tinha conhecimento.

A novidade fez com que explodissem iniciativas empresariais fundando suas próprias organizações e associações, como é o caso da Confederação Internacional de Patronos Católicos, que prontamente se ramificou para países como a Holanda, Bélgica, França, Itália, Alemanha e Tchecoslováquia, chegando à América com o nome de União Internacional das Associações Patronais Católicas (UNIAPAC), logo depois da Segunda Guerra Mundial (ADCE, UNIPAC).

No Brasil, a readaptação do catolicismo para a lógica da economia capitalista deu o pontapé inicial para que os religiosos se realinhassem com parcela da classe dominante. Desde que a Igreja Católica havia formalmente se separado do Estado, pondo fim ao padroado, a Igreja passava por sérios problemas fiscais que se traduziam em dificuldades que iam desde o pagamento da côngrua (salário dos padres), até a manutenção e expansão de paróquias (ALVES, 1979). As novas convicções vindas diretamente das salas do Vaticano respaldaram a hierarquia religiosa no Brasil a empreender uma série de reformas.

Os religiosos passaram a se dedicar na elaboração de planos teóricos, políticos e administrativos para recobrar sua influência nos espaços de poder. Segundo Lorena Monteiro (2009), as reformas modernizantes se pautavam por um discurso unificado da Igreja que se disseminava através de pastorais, documentos, orientações litúrgicas, decretos institucionais, em conjunto com a reorganização interna e o disciplinamento dos clérigos, leigos e devotos.

As ações foram eficientes e acabaram gerando boa parte da base organizacional da Igreja Católica brasileira no século XX. Sob o comando de D. Sebastião Leme e seu modelo de neocristandade³, o catolicismo reestabeleceria, já na Constituição de 1934, parcela de seus vínculos com o Estado (ALVES, 1979).

O texto constitucional foi colocado “sob a proteção de Deus”, o que indicava o fim da influência positivista. Foram concedidos direitos civis aos religiosos e uma série de privilégios à personalidade jurídica das ordens religiosas. Houve a inserção de padres nas casernas com a finalidade de prestar assistência espiritual. O mesmo aconteceu com as escolas com a institucionalização do ensino religioso. O casamento na Igreja voltou a ser reconhecido civilmente e ficou proibido o divórcio. Por fim, o Estado ficou autorizado a financiar a Igreja “em nome do interesse coletivo”, desde que houvesse antes apreciação parlamentar. Esses mesmos privilégios se mantiveram durante todo o Estado Novo e muitos deles foram reeditados no texto constitucional de 1946 (MAINWARING, 1989, p. 45).

Tão importante quanto o rearranjo da legislação que garantia uma nova aproximação entre o Estado e a Igreja, foram os vários movimentos leigos e eclesiais que derivaram da nova concepção missionária dos religiosos: “restituir a Nosso Senhor Jesus Cristo o mundo moderno. Ganhar Católicos e competir com outras religiões.” (MAINWARING, 1989, p. 46). Nessas circunstâncias, os católicos promoveram uma exímia campanha de promoção e enraizamento social da religião levada a cabo primeiramente por grupos do laicato como os Círculos Operários, a Juventude Universitária Católica e a Ação Católica Brasileira, e que se institucionalizaram em organismos como o Centro D. Vital e a Pontifícia Universidade Católica (MAINWARING, 1989).

Especificamente essas duas últimas organizações citadas se consolidaram como ambientes frutíferos nos quais se produziu boa parte do pensamento católico no Brasil durante toda década de 1950 e a primeira metade da década de 1960. Foi também no seio dessas instituições, que parte importante de religiosos e empresários puderam comungar mais efetivamente tornando as organizações seu espaço privilegiado de sociabilidade.

3 Esse conceito é utilizado principalmente para se referir às mudanças do catolicismo brasileiro pós 1922, quando parte dos eclesiais e leigos buscaram estabelecer uma ordem social cristã incentivando os fiéis a atuação nos espaços públicos e políticos. Sendo assim, existe uma colaboração significativa com o Estado em termos de garantir o *status quo*. Ver: AZEVEDO (2004).

1.2 Terno, gravata e batina: empresários e religiosos construindo espaços de sociabilidade

Na primeira parte de nossa argumentação vimos que, no transcurso do século XX, a Igreja Católica se empenhou em reconstruir seus elos com as várias frações da classe dominante como forma de garantir sua influência ideológica, contrapondo-se às ideias emergentes do mundo moderno. No Brasil, um dos elementos mais importantes na cruzada dos religiosos católicos contra a modernidade foi a criação de organizações com fins educacionais e culturais que visavam disseminar o pensamento católico na sociedade (AZZI, 1996). É o caso das duas instituições que abordaremos a seguir: o Centro D. Vital e a Pontifícia Universidade Católica.

Essa empreitada contou com a ampla ajuda do financiamento empresarial, criando um circuito colaborativo entre religiosos, leigos e investidores. O resultado, a longo prazo, foi que a Igreja Católica passou a contar com a colaboração financeira de parcela importante do empresariado nacional. Em contrapartida, os empresários puderam travestir seus projetos políticos com as vestes sacras da religiosidade.

Fundado por Jackson Figueiredo, o Centro D. Vital se destacaria na década de 1920 por sua defesa de teses conservadoras e anti-revolucionárias. Segundo Fernando Filho, Jackson Figueiredo criticava desde o tenentismo por supostamente subverter a hierarquia do Exército e colocar em risco o equilíbrio das classes sociais, até as reivindicações operárias, ou mesmo o materialismo da elite industrial emergente. Suas teses defendiam a volta de uma ordem na qual a Igreja Católica exerceria o poder político que seria pautado por preceitos espirituais. Neste quesito apelava para o reforço das ideias de autoridade e hierarquia. Havia ainda uma nostalgia medievalista, pois idealizavam neste período os insumos de valores tradicionais como da família, da nobreza cavalheiresca, da pequena propriedade, dos ritmos não urbanos de vida e dos modos de vida em comunidade (PINHEIRO, 2007).

Em síntese, segundo seu fundador, o centro deveria se dedicar essencialmente à defesa da moral e da ordem na sociedade, combatendo tudo o que fosse contrário aos princípios da Igreja Católica. Mesmo depois de sua morte, em 1928, o pensamento de Jackson Figueiredo continuou alimentando boa parte das reflexões que rondavam as reuniões do grupo, mas foi ao longo da direção de Alceu Amoroso Lima, iniciada logo depois da morte do fundador, que o centro atingiria seu auge.

Sob a direção de Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, o Centro D. Vital modificou a maneira com que o grupo se apresentava socialmente e a forma com que dirigia suas ações. Tendo como base a defesa da liberdade, o centro abandonou suas ações político-partidárias e passou a se dedicar a questões mais relacionadas à formação cultural, social e religiosa (GODOY, 2017).

O reposicionamento do Centro D. Vital acompanhou o delineamento da própria Igreja Católica frente ao espectro social. Enquanto admitiam aos poucos que não era mais possível restaurar o velho domínio senhorial religioso, procuravam reestabelecer sua importância junto à classe dominante, ao mesmo tempo em que intervinham na vida privada, ditando princípios de ética e moral baseados nos preceitos do cristianismo. Com isso, foi possível recrutar elementos de fora dos quadros hierárquicos do catolicismo e que possuíam sólida formação intelectual e religiosa para se tornarem “os soldados na luta contra as tendências laicizantes do período.” (SOARES, 2014, p. 79).

Um dos marcos importantes e que dão o tom da virada de posicionamento do centro foi a fundação da editora *Agir* em 1944. O empreendimento visava contribuir para a difusão do pensamento católico e da filosofia humanista, e representaria o coração da estratégia

religiosa para atingir as elites brasileiras. Entre os leigos e empresários que financiaram o negócio editorial estavam nomes como Rubens Porto, Guilherme Guile, Francisco de Paula Machado, José Carlos de Macedo Soares, Affonso Duque Feveret, e Alceu Amoroso Lima (GODOY, 2017).

Já na década de 1950, o Centro D. Vital experimentaria um crescimento vertiginoso, atingindo outros estados como São Paulo e a Paraíba. Somente na filial paulista eram 262 membros em fevereiro de 1955. Em 1957, a sede carioca pulou de 50 associados para 650 e, no mesmo ano, faria uma campanha para conquistar a marca dos mil sócios (GODOY, 2017).

A alta no número de sócios contribuiu expressivamente para que, em 1957, o centro adquirisse sua primeira sede própria. No início, funcionando em uma pequena sala na Rua do Ouvidor, e depois, por 20 anos na Praça XV, a nova sede ficava localizada na Rua Araújo Porto Alegre e possuía sete salas para cursos e atividades. Para o local também foi transferida a redação da revista *A Ordem* e da editora *Agir* (GODOY, 2017).

A maior parte da receita do centro advinha de seus associados. Em 1958, uma filiação, que incluía o direito a um exemplar da revista *A Ordem*, custava por mês Cr\$ 150,00, sendo a revista enviada através de porte simples. Apesar disso, a revista começou a contar com anunciantes em 1958, como as empresas Ecisa Engenharia Comércio e Indústrias S.A, Servix Engenharia S.A⁴, Banco Irmãos Guimarães S.A e Roupas Renner Teresópolis.⁵ Em 1959, outros grupos empresariais começaram a financiar a revista, entre eles o Instituto Guanabara, o Priorado da Virgem (confeção de produtos religiosos) e a Imobiliária Barcelos Ltda.⁶

A parceria entre religiosos, leigos e empresários impulsionou o Centro D. Vital, fato que verificamos com a expansão da organização para outros estados, o aumento do número de associados, a inauguração de um novo veículo de comunicação, no caso a editora *Agir*, e, por fim, a aquisição de uma sede própria no Rio de Janeiro. Contudo, a cooperação entre empresários e religiosos iria ainda mais longe e culminaria na construção da sede da Pontifícia Universidade Católica, outro projeto que havia sido gestado também no Centro D. Vital (SALEM, 1982).

Para os leigos religiosos do Centro D. Vital, construir e ocupar as universidades fazia parte do projeto de restauração nacional no qual cabia à Igreja reconduzir o país para o caminho moral e ético da civilização. Por esse motivo, foi fundada a Universidade Católica com um duplo sentido: combater o ensino e a mentalidade laicista barrando a penetração comunista no país, e servir como polo de “adestramento” das novas elites dirigentes capazes de devolver para a Igreja o poder, recristianizando a sociedade e também o Estado (SALEM, 1982).

No ano de 1940, padre Franca e Alceu Amoroso Lima fundaram a primeira organização responsável por acumular recursos financeiros para a instalação dos cursos da Universidade Católica. Em outubro do mesmo ano, o Conselho Nacional de Educação, através do decreto nº 6.409, autorizou a instalação dos cursos da Faculdade de Direito e de sete cursos na Faculdade de Filosofia, sendo Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Neogêrmanicas, Geografia, História, Ciências

4 Segundo Pedro Campos, a Ecisa Engenharia, fundada em 1949, teria seu período mais pujante durante a ditadura civil-militar, tendo sido responsável por diversas obras públicas como a Rio-Bahia, as estações de tratamento do Guandu, Brasília, o hospital paulista das Clínicas, e ainda, o edifício sede do Banco do Brasil em Brasília, trechos da ferrovia do Aço, além da rodovia na Tanzânia. A empreiteira também participou das obras dos terminais da Petrobrás, porto de Maceió, estaleiros, terminais de contêineres em São Paulo, expansão do porto do Paraguai, além de trechos do metrô de Rio e São Paulo. Já a Servix, fundada em 1928, também foi franca beneficiária no regime, tornando-se a segunda empresa que mais construiu hidrelétricas no país entre os anos de 1960-1973 apenas atrás da Camargo Corrêa. Ver: CAMPOS (2012).

5 Anúncios no periódico “*A Ordem*” do Rio de Janeiro no ano de 1958. Os anúncios constam nas edições n. 00001B (p. 56 e p. 65) e n.00002B (p. 04).

6 Anúncios no periódico “*A Ordem*” do Rio de Janeiro no ano de 1958. Os anúncios constam nas edições n. 00001A (p. 03) e n.00004B (p. 55).

Sociais e Pedagogia. Seis anos depois, em 1946, a faculdade foi finalmente oficializada através do decreto nº 8.681. No ano seguinte, através do decreto da Congregação dos Seminaristas, veio o reconhecimento pontifício da universidade (SALEM, 1982).

Depois de consolidados os trâmites burocráticos que se referiam à criação dos cursos e à oficialização da universidade, o próximo passo era a construção de uma sede própria e, neste ponto, era preciso obter o financiamento estatal e empresarial. Sobre a liderança do então reitor Padre Paulo Bannwarth S.J, em 1950, a universidade comprou vários terrenos na Gávea (NÚCLEO, 2018), que, ao todo, somavam 67.000 m². Cinco anos depois, em 1955, no XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, no Rio de Janeiro, inauguraria a primeira instalação, o edifício Cardeal Leme. O prédio passou a abrigar a Faculdade de Filosofia e a Escola Politécnica (NÚCLEO, 2018).

No começo da década seguinte, os investimentos e as parcerias público-privadas se notabilizaram ainda mais. O projeto que trouxe o primeiro computador de processamento para a América Latina e que abriria os trabalhos do Centro de Processamento de Dados da PUC exemplifica didaticamente esse processo. O Burroughs B205 foi obtido através do financiamento da Sociedade de Estudos e Pesquisas Técnicas (SOEPT) e a Escola Politécnica da Universidade Católica (UPUC), em um consórcio que envolvia o Ministério da Guerra, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), a Comissão de Energia Nuclear e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (NÚCLEO, 2018).

Finalmente, a construção das Alas Frings e Kennedy do Edifício Amizades elucidam ainda mais a importância dos investimentos empresariais para a expansão e manutenção da Pontifícia Universidade Católica. Em 2007, Pedro Magalhães Ferreira, então presidente da Fundação Padre Leonel Franca, declarou que os nomes que constam nas colunas centrais dos pilotis da Ala Kennedy são referentes a empresários e pessoas importantes que financiavam a instituição através da doação em campanhas financeiras. Os doadores também intercediam junto às autoridades e agentes políticos para favorecer a universidade (ARAGÃO, 2017).

Entre os principais doadores estavam a Condessa Pereira Carneiro, dona do *Jornal do Brasil*; Cândido Guinle de Paula Machado, acionista da editora Agir e filho do presidente do Jockey Club do Rio de Janeiro, Lineu de Paula Machado; Israel Klabin, que administrava a Klabin Irmãos & Companhia; o jornalista e empresário Roberto Marinho, que doou cerca de 30.000 m² em terrenos para o *campus*; A.J.Peixoto de Castro, dono da refinaria Peixoto de Castro; Manoel Ferreira Guimarães, dono do Banco Irmãos Guimarães; José Luis de Magalhães Lins, banqueiro e fundador do Banco Nacional; Nelson Parente Ribeiro, sócio do Banco Irmãos Guimarães; Regine Feigl e Fritz Feigl; Oswaldo Tavares Soares; Alberto Soares Sampaio; Marcelino Martins Pinto e Severino Pereira da Silva. Havia ainda agentes políticos como Hugo Faria, ex- ministro da Casa Civil de João Goulart, e Artur Bernardes Filho, ex-senador da República (ARAGÃO, 2017).⁷

A estratégia religiosa de se aproximar da classe dominante já havia garantido que vários privilégios da Igreja fossem reeditados na Constituição de 1946.⁸ A expansão do Centro D. Vital e a fundação e construção da Pontifícia Universidade Católica clarificam ainda que essa reaproximação construiu novos espaços de sociabilidade entre uma parte dos religiosos e do empresariado brasileiro. A histórica acumulação material do catolicismo do Brasil, aliada ao reposicionamento da religião frente à classe dominante brasileira, faria com que a Igreja adentrasse a década de 1960 dominando um extenso conglomerado religioso que envolvia um volumoso número de veículos de imprensa, instituições de educação, assistência social e de imóveis por todo país.

7 Várias dessas famílias estão tematizadas no livro de PEDREIRA e BRANDÃO (2017). A obra em questão tem como objetivo principal investigar, a partir de diferentes perspectivas conceituais, as formações filosóficas e econômicas, os vínculos com o Estado e com os capitais estrangeiros, a ideologia e a atuação política, além de abordar as contradições e consensos de algumas das principais famílias do capitalismo nacional.

8 Dentre esses privilégios está a isenção tributária sobre cultos religiosos, incluindo-se aí templos e espaços de culto, ou a manutenção do dispositivo que permitia a liberdade religiosa desde que não contrariasse “a ordem pública e os bons costumes. Ver textos como: ANDRADE (2017) e MOURA (2017).

1.3 Abundância e poder: o grande conglomerado religioso da Igreja Católica no Brasil.

De acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no início da década de 1960, cerca de 93% dos brasileiros se declaravam católicos (IBGE). O número de fiéis se reflete no tamanho da instituição. Em levantamento do Anuário Católico Brasileiro de 1960, averiguou-se que existiam no Brasil 27 arquidioceses, 97 dioceses, 30 prelazias, uma abadia nullius e 3.995 paróquias (CONFERÊNCIA, 1960, p. 1230).

O clero era formado por três cardeais, 29 arcebispos, 134 bispos, 9 arcebispos e bispos resignatários, 4.270 sacerdotes seculares e 6.255 sacerdotes regulares, somando um total de 10.525 sacerdotes. Para uma breve dimensão podemos citar as médias apresentadas no Anuário, com cerca de 16.120 habitantes por paróquia, 6.127 pessoas por sacerdote, o que dá uma média de 4 sacerdotes por município do Brasil (CONFERÊNCIA, 1960, p. 1230).

Tabela 1 - Complexo religioso da Igreja Católica em 1960

CARDEAIS	03
ARCEBISPOS	29
BISPOS	134
ARCEBISPOS E BISPOS RESIGNATÁRIOS	09
SARCEDOTES SECULARES	4.270
SARCEDOTES REGULARES	6.255

Fonte: CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. Anuário Católico do Brasil 1960. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1960.

As 27 arquidioceses contavam com um verdadeiro complexo midiático. Em 1960, administravam: 97 revistas, 53 jornais, 24 livrarias, 16 emissoras de rádio, 25 tipografias e editoras, dispoindo ainda de 73 espaços em programas de rádio, além de 42 salas de cinema com orientação católica (CONFERÊNCIA, 1960, p. 1230).

Entretanto, há de se destacar que a distribuição desse emaranhado informativo era desigual: as regiões sul e sudeste, que abrigavam as maiores estruturas arquidiocesanas do Brasil comportavam também os maiores instrumentos informativos. Isso não significa dizer que as demais regiões não tinham à sua disposição um avolumado número de veículos comunicativos, nem tampouco implica que uma arquidiocese não pudesse disponibilizar parte de sua estrutura para outra, como é possivelmente nos casos das tipografias e editoras.

Tabela 2 - Complexo midiático da Igreja Católica em 1960

REVISTAS	97
JORNAIS	53
LIVRARIAS	24
EMISSORAS DE RÁDIO	16
TIPOGRAFIAS E EDITORAS	25
ESPAÇOS E PROGRAMAS DE RADIO	73
SALAS DE CINEMA	42
TOTAL	330

Fonte: CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. Anuário Católico do Brasil 1960. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1960.

O complexo educacional da Igreja Católica brasileira era também considerável em 1960, dispondo de cinco universidades, 29 faculdades, 21 escolas de enfermagem, nove escolas de Serviço Social, oito escolas de Ciências Econômicas, cinco escolas de Direito, três de Medicina, uma de Odontologia e uma de Agronomia. Em outros graus de ensino, somente as arquidioceses controlavam 1.322 instituições educacionais. Aqui ainda não estão contabilizados os seminários do clero que também eram de alguma forma instituições de educação (CONFERÊNCIA, 1960, p. 1062-1064).

Tabela 3 - Complexo educacional da Igreja Católica em 1960

UNIVERSIDADES	05
FACULDADES	29
ESCOLA DE ENFERMAGEM	21
ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL	09
ESCOLAS DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	08
ESCOLAS DE DIREITO	05
ESCOLAS DE MEDICINA	03
ESCOLAS DE ODONTOLOGIA	01
ESCOLAS DE AGRONOMIA	01
OUTROS GRAUS DE ENSINO	1.322
TOTAL	1.404

Fonte: CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. Anuário Católico do Brasil 1960. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1960.

A rede de assistência social era de igual forma bastante ampla. A rede incluía estabelecimentos hospitalares, asilos, abrigos e escolas. No Anuário Estatístico Brasileiro de 1962, foram contabilizados 1.967.541 estabelecimentos de assistência existentes. Já o número de auxílios e benefícios concedidos durante o ano chegavam à marca de 1.134.001 (IBGE, 1963, p. 321).

É difícil quantificar o tamanho das posses imobiliárias da Igreja Católica, tanto no Brasil como no mundo. Avançando temporalmente apenas a título de comparação, em 2011, o jornalista norte-americano Jason Berry, investigando a instituição, afirmou que suas finanças eram completamente caóticas. Não há nenhuma declaração de bens que possa indicar de fato o patrimônio da Igreja Católica. Porém, o autor estima que apenas o fundo administrado pelo Instituto para Obras de Religião (IOR), conhecido também como Banco do Vaticano, comporte cerca de 2 bilhões de dólares. Os valores não incluem, por exemplo, obras de arte, grandes igrejas, propriedades em Roma e ações mantidas por seu banco (BERRY, 2012).

No Brasil colonial, a Igreja Católica foi franca proprietária de terras, bens e propriedades. Nos primeiros anos da ocupação portuguesa, os jesuítas receberam diversas doações de terras na forma de sesmarias. Nessas propriedades, a Companhia de Jesus construiu engenhos, fazendas, roças, currais e pátios que serviram para plantações e criação de animais. Todo um complexo produtivo de capelas, olarias, colégios, senzalas, carpintarias, boticas, cadeias, sobrados e vendas era administrado pelos religiosos (FREIRE, 2013). A título de exemplo, podemos citar a fazenda de Santa Cruz, maior possessão jesuíta nas Américas. A fazenda, organizada no final do século XVI, era constituída por quatro léguas em uma faixa litorânea até o alto da serra do Mar, e seis léguas que incluíam o sertão do Paraíba do Sul e a freguesia da Sacra Família do Tinguá (GAMA, 1875). Isso corresponderia, em dimensões atuais, aos territórios que iam desde o Bairro de Santa

Cruz no município do Rio de Janeiro, atingindo partes de outros atuais 11 municípios fluminenses: Itaguaí, Seropédica, Barra do Piraí, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Paulo de Frontin, Piraí, Rio Claro, Vassouras e Volta Redonda (FRIDMAN, 1999).

Contudo, a instituição católica sofreu um grande revés com a perda de boa parte de suas propriedades fundiárias no período de reformas pombalinas, com a consolidação do Império e expulsão dos jesuítas. Isso inclui, por exemplo, a própria Fazenda de Santa Cruz, tomada pela Coroa em 1759. A partir de então, a Igreja deixou de ser uma grande instituição latifundiária e passou a dominar principalmente imóveis de grande valor nas regiões centrais urbanas (GORENDER, 1981).

Como já mencionamos, a emergência da República em 1889 trouxe novos problemas financeiros para a Igreja Católica, uma vez que a confissão de fé deixou de ser a religião oficial do Estado. De acordo com Correia, a separação entre Igreja e Estado proporcionou um grande alívio aos cofres do novo Estado republicano, uma vez que não caberia mais ao erário público o pagamento da cômputa e também deixou de ser responsabilidade do Estado ajudar na manutenção e expansão das paróquias (CORREIA, 2003).

Mesmo com as sucessivas perdas, em vários momentos históricos como mencionado brevemente nas linhas anteriores, a Igreja Católica brasileira continuou como uma das maiores detentoras de patrimônios imobiliários do país no início da década de 1960. A constatação pode ser verificada, por exemplo, com a soma de templos e espaços de culto da religião. Eram por volta de 37.883 espaços de culto divididos entre matrizes, outras igrejas, capelas públicas e capelas semipúblicas (CONFERÊNCIA, 1960). A quantidade de templos seguiu aumentando e, dois anos depois, em 1962, a Igreja já registrava 41.279 espaços de culto.

Tabela 4 - Complexo imobiliário da Igreja Católica em 1960

	1960	1962
MATRIZES	3.873	4.077
OUTRAS IGREJAS	1.878	1.870
CAPELAS PÚBLICAS	24.653	26.098
CAPELAS SEMIPÚBLICAS	7.250	8.038
TOTAL	37.883	41.279

Fonte: CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. Anuário Católico do Brasil 1960. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1960.

A histórica acumulação patrimonial do catolicismo brasileiro fez com que a instituição, ao lado das Forças Armadas, se tornasse a única organização verdadeiramente capaz de se comunicar direta e amplamente com as bases sociais. Isso ocorria graças ao número considerável de representantes oficiais e de um aparato material importante que ela possuía no início da década de 1960 (DREIFUSS, 1981). Estes fatores históricos tornaram a instituição um componente essencial na conjuntura política que antecedeu o golpe civil-militar no Brasil. Por isso vários setores sociais que se antagonizavam no campo ideológico buscaram construir apoio junto aos religiosos.

1.4 O fantasma vermelho: conflito e pressão política da Igreja Católica às vésperas da eleição de 1960

A Igreja Católica está imersa na vida social, portanto está sujeita às pressões de interesses contraditórios (SOUZA, 2004). O período democrático brasileiro entre os anos de 1945-1964

possibilitou a articulação intensa de vários movimentos sociais. Aos poucos, as demandas dos movimentos populares foram interiorizadas na Igreja Católica. A politização da pobreza, acompanhado do crescimento do Partido Comunista, provocou alguns religiosos, fazendo-os repensar seu conservadorismo político em nome da tentativa de minar a desigualdade social. Por volta de 1955, o bloco então bastante coeso da cristandade brasileira parecia ter sido desfigurado e despontaram então pelo menos três grandes frações na Igreja, todas com visões distintas sobre como deveriam agir frente às mudanças sociais (MAINWARING, 1989).

Um grupo de eclesiásticos permanecia afeito ao modelo de neocristandade e acreditava que a Igreja deveria seguir fortalecendo sua presença nas instituições e, principalmente, no Estado, para garantir a conversão de toda sociedade. Para isso, deveria organizar campanhas contra a secularização da comunicação, da escola e dos partidos políticos progressistas (MAINWARING, 1989).

Uma ala da modernização conservadora acreditava que a Igreja deveria mudar a estratégia para enfrentar com mais eficiência os desafios do mundo moderno. Embora estivessem contrários a uma mudança radical, diagnosticavam ser preciso uma ênfase na justiça social e recomendavam que os esforços girassem em torno de um maior desenvolvimento das organizações leigas e meios mais eficazes para atingir o povo. Por último, restava um núcleo reformista que compartilhava de muitas opiniões da facção modernizadora conservadora, como a necessidade de ampliar o trabalho pastoral e uma maior eficácia na educação religiosa, mas não viam uma necessidade muito clara de lutar contra o comunismo, pois a mudança social não deveria ser vista com fim em si mesmo (MAINWARING, 1989).

Este contexto marcado pelo pluralismo de ideias abriu um novo capítulo histórico no qual um número expressivo de cristãos se envolveu em lutas populares. As ações leigas no âmbito da Ação Católica com destaque principalmente para a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Carioca (JEC) provocaram um afastamento progressivo desses setores da consolidada doutrina conservadora da Igreja (AMORIM, 2010).

A titularidade de secretário geral da CNBB de D. Hélder Câmara na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi também um passo importante. Bispo de perfil moderado, Câmara abria espaço na hierarquia eclesiástica para os chamados “movimentos progressistas”. Alguns religiosos passaram a travar batalhas relevantes como a da sindicalização rural e a da educação popular. No início da década de 1960, a CNBB e o Ministério da Educação estabeleceriam um convênio criando o Movimento de Educação de Base (MEB). Diversas escolas radiofônicas passaram a veicular programas de alfabetização em regiões de difícil acesso (SOUZA, 2004).

Mas essa inflexão de parte dos leigos e religiosos não agradava uma fração considerável dos clérigos que ocupavam postos mais altos na hierarquia católica, principalmente aqueles com formação vinda do ultramontanato⁹, entre eles: D. Jaime de Barros Câmara (Arcebispo do Rio de Janeiro), D. Geraldo Sigaud (Arcebispo de Diamantina), D. João Eugênio Sales da Costa (Arcebispo de Belo Horizonte), D. Agnelo Rossi (Arcebispo de Ribeirão Preto), D. Vicente Scherer (Arcebispo de Porto Alegre) além de outros (AMORIM, 2010).

Dois anos antes das eleições de 1960, a grande preocupação da ala conservadora do catolicismo era a revogação por parte do Supremo Tribunal Federal do mandado de prisão do então líder comunista Luís Carlos Prestes. Em liberdade, Prestes unificou as alas do PCB e fez com que o partido aderisse à proposta de lutar por um governo de cunho nacionalista

⁹ O ultramontanismo é uma vertente da doutrina política católica que vislumbra na Santa Sé sua principal referência, reforçando o poder papal em questões relativas à disciplina e à fé. No Brasil, o movimento ultramontano destacou-se no combate às ideias liberais e modernizantes. Ver: AZZI (1992).

e democrático. A militância comunista passou a dedicar-se então à legalização do partido e à obtenção de seu registro eleitoral (PRESTES, 2006).

Sabendo que a Igreja Católica era uma força social importante, um dos primeiros atos de Luís Carlos Prestes, após a decisão do poder judiciário em 19 de março, foi tentar uma aproximação por meio de um telegrama com o arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos, fato noticiado apenas meses depois, em novembro de 1958, no jornal *A Cruz* (TRABALHAR, 1958, p. 2). Porém, a tentativa não apenas fracassou como também gerou uma forte desconfiança por parte dos eclesiásticos de que haveria uma possível infiltração comunista nas instituições do governo, bem como nas eleições que se avizinhavam.

A suspeita ficou mais evidente quando o episcopado fluminense no mês seguinte, em abril de 1958, lançou um manifesto assinado pelo próprio cardeal D. Jaime de Barros Câmara, os arcebispos auxiliares D. Hélder Câmara e D. Wilson, além do Abade Nullius de Nossa Senhora de Monserrate D. Martino. Assinaram também os bispos de Valença, D. Rodolfo; Petrópolis, D. Manoel; Niterói, D. Carlos; Campos, D. Antônio e D. Othon Bispo, titular de Uzita e auxiliar de D. Jaime. No texto, os eclesiásticos recomendavam uma política de austeridade e a revisão do plano econômico nacional, e criticavam enfaticamente o que chamaram de “atitude suicida da democracia brasileira” de prover a volta de Luís Carlos Prestes (O BRASIL, 1958, p. 1).

A reunião da Província Eclesiástica do Rio de Janeiro coincidiu este ano, com a libertação do líder comunista brasileiro, fato da maior gravidade, dado que a ardilosa suavidade de suas declarações está apanhando de surpresa a opinião pública nacional e levando ao extremo sua propensão à indulgência e a atitudes liberais.

A imprensa, o rádio e a televisão- com raras exceções- deram a mais completa e amável cobertura às hábeis colocações do neo-ingresso na vida cívica esquecidos de que todo o fogo tinha sido desvendado em célebre entrevista tornada pública desde fins do ano passado. Representantes de forças conservadoras apressaram-se em saudar a nova, comedida e insincera posição do condutor dos comunistas brasileiros. Com o ano eleitoral à vista, compreende-se o alvoroço dos partidos políticos, desejosos de conquistar os votos vermelhos, ou, ao menos temerosos de tê-los contra suas legendas. Sem perda de tempo, com audácia de quem sabe tirar proveito do estonteamento no campo adversário, vem o chefe do comunismo indígena realizando visitas incríveis e estabelecendo contatos de estarrecer.

Aliás o ambiente já vinha sendo preparado por infiltração comunista em vários setores da vida pública, inclusive no exercício de cargos oficiais de responsabilidade. (...)

Tudo isso nos leva a incluir entre nossas preocupações mais graves do momento, não tanto uma palavra doutrinária sobre o comunismo (...) mas um alerta a ingênuos e incapazes de ver que o comunismo abusa de nossa boa fé e ausência de malícia, para renovar aqui processos que tem adotado em outros países, inclusive, recentemente, na Síria. (...)

Deus nos livre de esquecer a liberdade e de traí-la, trabalhando contra ela. (...) Agir de outro modo seria assumir uma atitude suicida. (...) Bem haja o propósito do Poder Executivo de endereçar, imediatamente, ao Congresso, mensagem solicitando leis complementares, desde que justas e comedidas, para a sobrevivência do regime.

Fazemos ao Poder Legislativo a justiça de confiar que com igual rapidez, oferecerá à nação os solicitados instrumentos de defesa e salvaguarda ante a insídia de um movimento, essencialmente o mesmo em toda parte, como demonstra claramente, por exemplo, no tocante ao propósito de destruição da fé, o “*Livro vermelho da perseguição*.” (...)

O apoio que esperamos poder dar às medias (sic) de emergência que faltam ao poder público, para que defenda de modo adequado nossas tradições cristãs e nossas instituições democráticas, não nos leva a esquecer que há medidas urgentes sem as quais a ordem permanece em perigo:

- revisão inadiável da situação econômica nacional desafogando-a, para que evite o pânico, para que se evite o caos
- esforço conjunto para aplicação eficiente de legislação social, pois a convicção de que ela transforma em burla terá consequências imprevisíveis
- empenho consciente de parte de todos (e exemplos devendo começar do alto para que haja força moral de atingir o povo) numa linha de austeridade. (...)

Que a luta divina ilumine os responsáveis pelos destinos políticos do nosso país (...) (O BRASIL, 1958, p. 1, grifo do autor).

O manifesto dos eclesiásticos, além de demarcar frontal oposição ao comunismo e à sua principal liderança, no caso, Luís Carlos Prestes, também explicitava um programa político da Igreja preocupada com possíveis revoltas que poderiam derivar do exponencial aumento da desigualdade social brasileira. No dia seguinte à publicação, em 16 de abril, o manifesto repercutiu no Congresso Nacional. O senador da oposição, Juracy Magalhães-UDN, disse “ser justa a preocupação dos religiosos em torno da manutenção das instituições”, salientando que o governo em vários “momentos insufinou e facilitou a propaganda comunista”. Já o deputado Raul Pila, presidente do PL, destacou que não havia nenhuma novidade no manifesto do episcopado, visto que várias vezes já haviam denunciado o caos em que o país se encontrava (REPERCUSSÃO, 1958, p. 1).

O vice-líder da oposição, Aloísio Alves, afirmou que o documento emitido pelo episcopado do Rio de Janeiro “fez denúncias de gravidade excepcionais, mas também apontou saídas, como: “a revisão da política econômico-financeira, a necessidade de expurgo dos elementos comunistas de posições oficiais e institucionais, e a necessidade de garantir voz a oposição que se via privada de acessar os instrumentos do debate.” Para o oposicionista Herbert Levy, a manifestação dos bispos foi oportuna porque “alertava o governo sobre os riscos da grave crise econômica”. O deputado Adauto Lúcio Cardoso também se solidarizou com as palavras sensatas e enérgicas do episcopado, mas discordava da necessidade de que o poder executivo estabelecesse novas leis de segurança do Estado. Ele afirmava ainda que faltava ao governo do Sr. Kubitschek lealdade e autoridade moral para lutar contra os comunistas (REPERCUSSÃO, 1958, p. 1). Fernando Ferrari, líder do PTB e único governista ao qual o jornal *O Globo* deu voz, também se manifestou sobre o texto dos bispos. Segundo ele, o documento era “um convite a meditação e um alerta dos bispos.” (REPERCUSSÃO, 1958, p. 1). O deputado, porém, destacava que a força criativa e a capacidade do homem brasileiro levaria o país a superar a crise.

O arcebispo-auxiliar do Rio de Janeiro, D. Hélder Câmara, também repercutiu o texto que ele mesmo assinou. O clérigo afirmava que o manifesto nada tinha de pessoal e era essencialmente um alerta para o risco de infiltração comunista que a liberação de Prestes representava. Esperava que o próprio presidente concordasse com o teor do texto

e pediu para que nenhum parlamentar se utilizasse das recomendações do manifesto para retardar a tramitação de leis de suma importância para o país (REPERCUSSÃO, 1958, p. 1).

O alarde de parcela dos religiosos católicos brasileiros sobre uma suposta infiltração comunista se tornou ainda maior com a derrocada do ditador Fulgencio Batista e a vitória dos revolucionários liderados por Fidel Castro e Che Guevara em 1959. Na antessala da Guerra Fria, a vitória dos revolucionários na ilha significou uma derrota para os norte-americanos, que agora viam surgir em sua retaguarda um regime não aliado a seus interesses.

Membros da Santa Sé apreensivos com a situação em Cuba resolveram logo responder contra a “ameaça vermelha”. Em um de seus primeiros atos, o pontífice João XXIII recomendou que o Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM) elaborasse um Plano de Emergência. A elaboração do texto seguiu dois eixos principais: uma parte pastoral que incluía a reforma paroquial, reforma do ministério sacerdotal, dos educandários, e do pastoral conjunto; na segunda parte, o documento foi composto por questões econômico-sociais, como a formação de líderes, frentes agrárias, sindicalização rural, educação de base e por fim, aliança eleitoral pela família. Todavia, o texto final seria apresentado de forma final apenas em 1963 (CONFERÊNCIA, 2004).

Nas vésperas da eleição, o discurso anti-comunista tomou conta de várias das autoridades eclesásticas brasileiras. Quando finalmente as candidaturas de Jânio Quadros (PTN, UDN, PR, PL e PDC), Henrique Teixeira Lott (PSD, PTB, PST, PSB, PTR) e Adhemar de Barros, pelo PSP, foram oficializadas para a Presidência da República, ganharia o apoio da maior parte do clero o candidato que mais se afastasse institucionalmente de qualquer vínculo com o fantasma comunista. Por sua vez, a aprovação religiosa se mostraria primordial no transcurso do pleito.

No registro a seguir, investigamos a relação entre o apoio religioso e o sucesso eleitoral de Jânio Quadros, demonstrando que uma das estratégias de campanha adotada pelo político do PTN foi se projetar como candidato católico, concomitantemente ao momento em que a figura de seu principal adversário, marechal Lott, era desgastada nos círculos religiosos por acusações de se achar envolvido com círculos comunistas.

1.5 “Livrai-nos do Lott”: Jânio Quadros, o predileto nos círculos católicos

Desde que o então marechal Henrique Teixeira Lott resolveu postular à Presidência da República, sua candidatura encontrava frontal resistência dos setores conservadores do catolicismo. Aliado ao então presidente Juscelino Kubitschek e tendo em sua chapa como vice o petebista João Goulart, visto como principal herdeiro do getulismo, o marechal havia se tornado conhecido depois da turbulenta conjuntura de 1955, quando juntamente com o general Odílio Denys liderou o *Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes*, garantindo a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek (CARLONI, 2010).

A defesa da legalidade naquela ocasião fez com que o marechal se tornasse um símbolo da luta nacionalista protagonizada por alas da esquerda da época. Ao mesmo tempo, sua trajetória causava extrema aversão aos liberais da UDN, bem como de setores conservadores das Forças Armadas (CARLONI, 2010). Algumas seções da Igreja Católica também não tardaram a cultivar uma verdadeira ojeriza pelo candidato. Daí por diante, a campanha do militar passou a enfrentar constantes ataques na imprensa por veículos que não escondiam sua predileção por seu principal adversário, Jânio Quadros (GOMES, 2014).

Em Curitiba, o arcebispo D. Manuel da Silveira d’Elboux orientou seus fiéis que o voto católico não poderia ser canalizado por comunistas. No Rio de Janeiro, o arcebispo-auxiliar D.

Hélder Câmara, bem como o padre Álvaro Negromonte, recomendou suas paróquias a não depositarem nenhum voto em Lott, porque o candidato era manipulado por forças comunistas (CATÓLICOS, 1960). Segundo o padre Negromonte, Lott apenas servia aos interesses comunistas, fato observável “por suas nomeações para cargos de comando de militares suspeitas de pertencer ao credo vermelho” e por sua simpatia por Prestes (AINDA, 1960).

O cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara, lembrou a doutrina oficial da Igreja e disse que nenhum católico deveria prestar seu apoio a candidatos simpáticos aos comunistas. No dia seguinte, os emissários da campanha de Lott, Sérgio Magalhães e o marechal Mendes de Moraes, procuraram o arcebispo do Rio de Janeiro e pediram para que ele esclarecesse que não se tratava do candidato à presidência em questão (PCB, 1960).

Em Salvador, o cardeal D. Augusto Álvaro da Silva, arcebispo primaz do Brasil, se disse alarmado com a desenvoltura com que os comunistas faziam propaganda para a candidatura do marechal Lott. O religioso pediu que os católicos realizassem preces em todas as Igrejas da arquidiocese clamando pela intercessão de Nossa Senhora de Fátima para que se afastassem os flagelos que ameaçavam a própria Igreja e a pátria (CARDEAL, 1960).

O arcebispo de Porto Alegre também repercutiu o assunto. Aconselhou o eleitorado católico que não votasse em candidatos apoiados por comunistas. Condenou a posição do candidato governista marechal Lott sobre a questão do problema do ensino e disse que sua oposição não havia nascido por influência dos jornais, mas por declarações do próprio marechal em entrevistas que ele havia concedido para as mais diversas mídias (DOM, 1960).

Nas vésperas da votação, no dia 26 de setembro, o jornal *Diário da Tarde* (PR) estamparia os seguintes dizeres logo na primeira página: “alerta, a autoridade eclesiástica, os católicos sobre as forças do mal, nas dobras da bandeira comunista- clero em ação no interior- candidatos apoiados pelos vermelhos serão repudiados pela Igreja- trabalhistas agitados.” (RECOMENDAÇÃO, 1960)

Ao passo que o candidato do PSD era massacrado pelos discursos do clero conservador, seu adversário principal, Jânio Quadros, cortejava os religiosos tentando conquistar o apoio católico. Logo na largada, Quadros tinha uma vantagem sobre seus adversários no quesito, já que conseguiu se coligar ao Partido Democrata Cristão (PDC)¹⁰, mesmo depois de ter rompido com o partido em 1954. A legenda era uma tradicional mediadora entre os interesses da Igreja Católica e a sociedade política (QUELER, 2008).

A alta estonteante dos preços em função do endividamento brasileiro e da explosão inflacionária, e a identificação dos agentes responsáveis pelo transtorno, foram assuntos que percorreram a campanha. Neste caso, o político do PTN apropriou-se dos discursos do catolicismo social formulados, sobretudo, pelas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, que faziam referência a princípios como os da valorização do homem em meio à economia capitalista e à crítica à exploração demasiada do trabalho. Jefferson Queler (2008) alega que o apoderamento desses elementos como a defesa de condições mais dignas para os cidadãos e, para isso, o controle dos preços e a normalização do abastecimento dos gêneros alimentícios, serviram como pilar para a imagem de justiça que foi se projetando sobre Jânio Quadros.

No entanto, a imagem de Quadros também sofreria ranhuras com acusações que incidiam desde o fato de não ser um praticante assíduo da fé católica, até de ter impedido a entronização da imagem de Cristo quando era vereador da cidade de São Paulo, e de ser um enganador dos cristãos. Mas, no caso do candidato, as críticas pareciam circunscritas aos jornais opositores, com poucos pronunciamentos das próprias autoridades eclesiais sobre os fatos levantados.

10 Partido político fundado por líderes católicos em 1945 durante a crise do Estado Novo. Tinha como intuito inscrever o programa da democracia cristã na política formal brasileira. Teve como líderes e fundadores nomes como Antônio Cesarino Júnior, Alceu Amoroso Lima, Heráclito Sobral Pinto, Altino Arantes e José Carlos de Macedo Soares. Ver: Verbete: Partido Democrata Cristão: FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democrata-cristao-1945>

O jornal *Última Hora*, por exemplo, ao publicar a matéria de título “Para Jânio Igreja é um partido político”, no dia 13 de setembro, só conseguiu a fala de um padre auxiliar capelão da Casa Arquidiocesana de Retiros Femininos que acusava Jânio de não comparecer à missa todos os domingos para realizar a páscoa, além de possuir tendências de esquerda e ser antiamericanista (PARA, 1960).

Outro que saiu em defesa do candidato marechal Lott foi o cônego Aurélio Mesquita, segundo o qual afirmava que o marechal não era católico de véspera e nem ostentava nas mãos um ou dois terços apenas para efeitos de campanha eleitoral. Contudo, ao fim da matéria, o jornalista Paulo Silveira se mostrou indignado com a postura dos sacerdotes católicos: “Desgraçadamente alguns sacerdotes católicos, mais voltados para a política que para a Igreja, cometem o pecado de apontar o Sr. Jânio Quadros como modelo de bom fiel e, o que é mais grave, de indicá-lo aos crentes como verdadeiro candidato da fé. (...)” (PARA, 1960).

No mesmo dia 13 de setembro em que foram publicadas as falas de dois padres contra Jânio, o jornal *O Dia* noticiou que o marechal Juarez Távora, principal liderança do PDC, havia desembarcado em Porto Alegre para participar da campanha eleitoral em favor de Jânio Quadros e Fernando Ferrari. Távora rebateu o que considerava ser algumas restrições de D. Vicente Scherer à candidatura de Jânio. Disse que conhecia os dois candidatos pessoalmente e que em sua opinião nenhum deles era comunista. Apesar disso, era notório o envolvimento “esquerdista” na campanha de Lott (JUAREZ, 1960).

Durante a campanha de Jânio, tornou-se prática comum entre seus apoiadores a reprodução de panfletos com versos, músicas e discursos em seu favor. Em alguns desses panfletos o candidato era reproduzido em forma de oração. A fonte a seguir exposta no trabalho de Jefferson Queler (2008), nos fornece o indício de que parcela da população seguramente enxergava em Quadros o postulante que representaria os ideais cristãos:

Oração dos desiludidos

PRESIDENTE NOSSO, que estaes no ar, voador seja o vosso nome, seja feita a vossa viagem, assim como de Avião, como de Helicóptero... o feijão nosso de cada dia, e um pedacinho de carne, de vez em quando nos dae hoje... perdoai a nossa revolta, assim como nós perdoamos aos vosso eleitores... não nos deixeis morrer de fome, livrae-nos do Lott, Amém (QUELER, 2008, p. 125-126).

O resultado eleitoral seria conhecido no dia 3 de outubro e com 48,26% dos votos contra 32,94% de Henrique Teixeira Lott e 18,79% de Adhemar de Barros, Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil (COSTA, 2003). Passados 27 dias da derrota, o marechal Henrique Lott lançaria um manifesto visando esclarecer os motivos que o levaram à derrota. Em primeiro lugar, citou forças ocultas do poder econômico. Em segundo, o aproveitamento que o candidato rival fez da situação inflacionária que castigava rigidamente o país, por último o marechal expôs a interferência religiosa contra a sua candidatura: “católico praticante desde a meninice, sem interrupções nem desfalecimentos na fé que herdei dos maiores, cheguei a ser apontado como contrário à Igreja a que pertenço.” (PALAVRAS, 1960).

É claro que não foi apenas a opinião eclesial o único fator que determinou a eleição de Jânio Quadros para presidente do Brasil. Mas também não se pode dizer, diante do embate que se verifica na imprensa, que a posição das autoridades católicas era irrelevante para fins eleitorais. O marechal que havia construído sua trajetória política aliado a alguns movimentos progressistas e legalistas não conseguiu se afastar destas alas durante a campanha e acabou sendo correlacionado com os comunistas. Os fatos acabaram dirimindo

qualquer possibilidade de apoio de parte dos eclesiásticos, tomados naquele momento por um objetivo comum: combater os comunistas a qualquer custo, pois eram eles os destruidores da liberdade e da santa mãe Igreja.

1.6. “Varrendo a bandalheira”: base católica nos decretos morais do brevíssimo governo de Jânio Quadros

Elevado à Presidência da República por inequívoca determinação do povo brasileiro, não posso e não quero iniciar o exercício deste mandato sem o agradecimento a esse voto de esperança. Nosso povo ativo e laborioso, ei-lo aqui diante de mim, espiritualmente presente, a testemunhar neste ato o triunfo dos seus anseios cívicos. (...) Que Deus onipotente me ilumine e me resguarde na jornada (ÊSTE, 1961, p. 1).

Foi com essas palavras que Jânio Quadros, no dia 31 de janeiro de 1961, tomou posse de seu cargo de presidente da República. Após 13 anos disputando eleições, o mato-grossense se tornou o comandante da nação depois de ter exercido sucessivamente os cargos de vereador (SP), deputado estadual (SP), prefeito (SP), governador (SP), deputado federal (PR) e, finalmente, presidente (MAGALHÃES, 2007).

Conforme pondera Maria Benevides, a ascensão de Jânio Quadros, candidato que se portou como sendo do povo e das elites ao mesmo tempo, indicava a falência total do sistema partidário, bem como o esgotamento político do governo Kubitschek, que perdeu sua credibilidade por conta do agravamento da crise econômica. Neste quadro de crise econômica, vácuo partidário e institucional, a postura suprapartidária de Quadros o alçou à presidência, mas, ao mesmo tempo, esse mesmo modo de agir causou sua rápida decadência (BENEVIDES, 1981).

A proporção de votos que havia alcançado e a margem folgada para o segundo colocado assegurou ao novo presidente uma autonomia considerável frente a seu partido e mesmo da sociedade política como um todo. O mandatário passou a agir, então, como líder bonapartista suspendendo a legitimidade dos grupos políticos (BENEVIDES, 1981).

Jânio Quadros se via por cima dos partidos, como aquele que possuía a condição de exercer o poder apenas tendo como sustentáculo o povo. Concomitantemente, esvaziou a funcionalidade de seus ministérios, convertendo-os em meros executores de suas ordens que eram delegadas através de “bilhetinhos”. Dispensou também qualquer mediação entre a presidência e os poderes regionais e locais. Antagônico à política de conciliação que havia sido executada durante os anos Kubitschek, Jânio, pelo contrário, acirrou as contradições quando negociou com forças políticas que se repeliavam mutuamente. Na realidade, tornou-se explícito que o novo governo não possuía nenhum programa coerente (BENEVIDES, 1981).

A cientista política Vera Chaia ressalta que na falta de uma plataforma política consistente, Jânio Quadros se escorou nos decretos morais para construir uma imagem moralista e preservar parte do apoio conservador que tinha adquirido. Os atos operavam em duas frentes: por um lado atingia a administração pública aumentando a carga horária de trabalho, alterando o regime de demissões e de concursos públicos. Por outro, impactava os próprios “usos e costumes” em ações como a censura de revistas; a proibição dos maiôs em concursos de misses; a interdição de rinhas de galo, apostas em cavalos e uso de lança perfume (CHAIA, 1991).

Com os atos, o governante demonstrava completa ambiguidade, enquanto defendia o liberalismo, legislava sobre os comportamentos. A contradição entre discurso e prática ficou ainda mais notória quando uma funcionária do governo acusou o presidente de assediá-la sexualmente (CHAIA, 1991). Segundo Marcelo Botelho, os decretos de “usos e costumes” e de proibição de diversões públicas de Jânio Quadros tinham como intuito formar uma imagem do político. Mas não só isso, os atos legislativos também correspondiam à demanda de parcela dos religiosos brasileiros (BOTELHO, 2015).

Ao analisar a *Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil* (RCRB) e o jornal *A Cruz*, o autor adverte para o fato de que os decretos janistas recebiam apoio eclesial. Em uma conferência de D. Eugênio Sales, bispo de Natal, publicada pela RCRB, o clérigo afirmava que era necessário para o desenvolvimento do país prover direitos trabalhistas, combater a desigualdade e por último proporcionar uma elevação cultural, moral e religiosa (BOTELHO, 2015).

Ainda na mesma revista uma matéria de autoria de S. Santana Daniel, teólogo renomado do Rio Grande do Sul, contrapõe o que chama de “costumes pagãos”, que seriam oriundos de “produção norte-americana” e da “ideologia russa”. O artigo do padre Guido Logger ressaltava a necessidade de que a Igreja combatesse o aumento estrondoso dos filmes imorais. Desde 1936, a Igreja Católica, através do Serviço de Informações Cinematográfica (SIC), classificava todos os filmes nacionais e internacionais. O órgão possuía a função de censurar os filmes que entravam no Brasil para exibição pública (BOTELHO, 2015).

As falas eclesiásticas iam ao encontro da concepção janista de controlar os programas de rádio, TV e as produções fílmicas. Por meio dos decretos 50.812 e 51.812, ficava proibida a participação de menores de 18 anos em programas de rádio e TV e censurado qualquer tipo de exibição nesses veículos de gestos considerados indecentes. Além disso, o governo estabeleceu que qualquer espetáculo e diversão pública deveriam passar por uma censura prévia (BOTELHO, 2015).

No caso do jornal *A Cruz*, o apoio eclesiástico aos decretos de Jânio era muito mais explícito. Vários dos seus redatores “congratulavam-se” do sucesso janista em estabelecer novas regras morais e de costumes. O jornal de linha editorial conservadora fazia questão de se contrapor radicalmente à reforma agrária, ao direito à greve, ao nacionalismo e ao comunismo (BOTELHO, 2015).

Alguns dos dispositivos legais implantados por Jânio mereceram comentários e foram bem recebidos no jornal. Sobre o decreto nº 50.578, de 10 de maio de 1961, que proibia o funcionamento dos Jóqueis Clubes, o jornal exibiu sua opinião dando a impressão de que o ato transmitia a índole do presidente completamente intolerante com o que era considerado imoral pelos religiosos. O mesmo padrão elogioso dos comentários se manteve para o decreto que proibia o contrabando de objetos ilícitos (BOTELHO, 2015).

As propagandas também viraram alvos da caçada moral de Jânio que recomendou ao ministro da Justiça, Oscar Pedroso D’ Horta, que se empenhasse em banir todos os anúncios imorais, principalmente as gravuras de filmes indecentes. Depois de parabenizar o presidente por essa decisão, os escritores do jornal resolveram recomendar algo a mais ao presidente: que ele interviesse diretamente nos próprios espetáculos anunciados, nas boates, nos cabarés e nas escolas de dança. A proibição de rinhas de galo também foi ovacionada pelos jornalistas de *A Cruz*, que se referiram à atitude presidencial como uma busca por justiça (BOTELHO, 2015). Todavia, o decreto nº 51.182, que proibia os trajes de banho nos desfiles de beleza, talvez tenha sido o mais aclamado. Alfredo Balthazar da Silveira, articulista do jornal, celebraria o feito com as seguintes palavras:

Os concursos de beleza realizados, ultimamente, não diferem das lupercais, celebradas em Roma, porque tais funções, o puder feminino é, duramente sacrificado; e somente, pais pagанизados

permitem que suas filhas sejam objetos de olhares perniciosos (...) Pais, que residem em nações cristianizadas, admitem que suas filhas compareçam a tais folguetos e sejam medidas e pesadas como se fossem animais para o uso comercial (...) Oh vergonha inaudita! (...) Nenhuma vantagem moral proporciona às misses (...) tem de ser proibidos (CONCURSOS, 1961, p. 6).

Depois de ter abraçado Jânio Quadros durante a campanha eleitoral, os conservadores católicos colecionavam agora como gratificação uma série de decretos com rigorosa observância do que a Igreja Católica apregoava como bons costumes morais e éticos. O historiador Moniz Bandeira (1977) defende que essa série de decretos que regulavam costumes tinha como objetivo neutralizar as forças da Igreja Católica, da mesma forma que, enquanto o novo governante favorecia o grande capital, adulava a esquerda com a política externa independente.¹¹

O autor argumenta ainda que essa maneira de agir por parte de Jânio era uma estratégia pessoal para imprimir um golpe de Estado não-convencional, aceito pelo consenso nacional, “que lhe permitisse dirigir o país, acima das classes sociais e dos partidos políticos.” (BANDEIRA, 1977, p. 21). De fato, Jânio Quadros apoiou medidas que tentavam tirar do parlamento sua legitimidade, como na ocasião da emenda constitucional proposta por Esmerino Arruda (PSP-CE), que transferia para o presidente poderes legislativos por 18 meses (LOUREIRO, 2009).

O mandatário também perderia parte de sua popularidade depois de aprovar a instrução nº 204, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que alterava o regime cambial para o que chamava de “realismo cambial”. A determinação causou aumento imediato nos preços de insumos importados englobando produtos de consumo popular como pão, produtos agrícolas, tarifas de serviços públicos e jornais (LAGO, 1982).

Se a ascensão de Jânio Quadros havia sido construída rapidamente, sua queda não foi diferente. A crise começou quando o então governista Carlos Lacerda denunciou à imprensa que o ministro da Justiça Pedroso Horta havia lhe confessado que o presidente tinha planos de estabelecer um regime de exceção, impondo inclusive o fechamento do Congresso Nacional. Horas depois, Jânio Quadros redigiria sua mensagem de renúncia aos congressistas justificando que forças terríveis haviam se levantado contra ele, implantando intrigas e difamações (MAYER; XAVIER, 2018).

Segundo Caio Navarro de Toledo, a renúncia não passou de uma primeira fase da trama golpista, pois a expectativa de Jânio Quadros era de que os militares impediriam a posse de João Goulart e a própria população clamaria por sua volta frente à ameaça vermelha. As manifestações populares vieram mas em favor da posse de João Goulart, o que acabou evitando o golpe planejado de 1961. O autor argumenta ainda que com diferença de poucos dias se sucederam duas tentativas de golpe, uma de Jânio Quadros e a outra de setores militares para evitar a posse do então vice João Goulart (TOLEDO, 1987).

Foi na antessala do golpismo que Goulart tentaria reestabelecer a normalidade democrática. Contudo, esbarraria mais uma vez na atuação política de parcela do clero católico conservador. Se através das urnas o moralismo cristão e a doutrina social não lograram sucesso, os eclesiásticos embarcariam em um novo projeto,

11 Tendo destaque no cenário político, principalmente a partir das eleições de 1960, o debate sobre a instauração de uma política externa independente foi um processo que culminou com mudanças significativas no estilo da diplomacia brasileira, isso incluía reposicionar o país orientando-se por princípios anticolonialistas. Desde a campanha, setores progressistas apoiavam aspectos da política externa independente, por isso, aos poucos essa questão tornou-se fulcral no cenário de polarização política da época. Após 1964, a política externa brasileira voltou a alinhar-se decididamente à política internacional Norte-Americana. Ver: (ABREU; BELOCH; LATTMAN-WELMAN, 2001).

desta vez agindo em um complexo político estratégico, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) que conseguiria arregimentar em suas fileiras as várias posições da classe dominante em torno de um plano político-militar (DREIFUSS, 1981).

Nas linhas anteriores, nossa investigação tentou demonstrar que a Igreja Católica se tornou um agente político importante no Brasil, não apenas por conta dos benefícios que o *status* de religião oficial lhe conferiu no período colonial e imperial, mas de igual modo pela atuação de religiosos conservadores durante a primeira metade do século XX. Favorecidos pelo processo de romanização, os eclesiásticos brasileiros construíram o modelo de neocristandade reaproximando a classe dominante dos círculos católicos em movimentos que envolveram a construção de instituições como o Centro D. Vital e a PUC. No próximo capítulo destacaremos que os laços entre a classe dominante e parcela dos representantes do catolicismo brasileiro se tornaram um dos elementos centrais na campanha ideológica multifacetada que destituiu o governo de João Goulart.

CAPÍTULO 2

EM DEFESA DAS ALMAS E DOS NEGÓCIOS: A PARTICIPAÇÃO CATÓLICA NA GESTÃO DO PROJETO HEGEMÔNICO DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS E DA ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES CRISTÃOS DE EMPRESAS

A conjuntura histórica entre a queda de Jânio Quadro, a ascensão de João Goulart e os anos subsequentes de seu governo foram marcados por tensões envolvendo a articulação e o conflito em vários espectros da sociedade civil. De um lado, o grupo que ocupava o poder tentava construir uma base de sustentação, não apenas entre as alas de esquerda que haviam garantido a manutenção constitucional, mas também entre outros grupos políticos e corporações, como é o caso dos religiosos católicos. O objetivo era criar uma coesão social capaz de prover sustentação às chamadas reformas de base – a agrária, a bancária, a educacional e a administrativa.

Por outro lado, desde o final do período Juscelino Kubistchek, algumas associações da classe dominante estavam se sedimentando, como é o caso do Instituto Brasileiro de Ação de Democrática (IBAD), fundado em 1959; a Sociedade Brasileira de Tradição Família e Propriedade (TFP), de 1960; e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), de 1961 (CAMPOS, 2012). Esses grupos que estavam, então, no processo de sistematização de seus projetos hegemônicos, passaram a disputar o campo da sociedade civil, antagonizando-se ao governo de João Goulart.

Neste capítulo, nosso objetivo é demonstrar como algumas associações da classe dominante como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) atuaram pleiteando apoio de fração importante dos religiosos católicos, com o intuito de convencê-los a atuar na construção e disseminação de seus projetos hegemônicos.

Na primeira parte, nos centramos em alguns eventos que se sucederam logo após à posse de João Goulart e que denotam a disposição tanto do governo, como da hierarquia católica, em constituírem projetos comuns, principalmente no que se refere à reforma agrária. Porém, percalços como a proximidade do governo com os movimentos sociais e a política externa independente, motivaram as primeiras contendas entre religiosos católicos e o governo. No segundo tópico apresentamos a doutrina social da Igreja e o Plano Emergencial do catolicismo brasileiro, focalizando seus aspectos sociopolíticos e concluindo que os textos extrapolaram os meros formalismos religiosos e formaram instruções para a ação política.

Por fim, os últimos dois assuntos versam sobre como as organizações da classe dominante, no caso em questão, o Ipes e a ADCE incorporaram em seus delineamentos o projeto elaborado pela hierarquia católica, ao mesmo tempo em que impeliam através de seus financiamentos a participação e a ação dos religiosos eclesiásticos e leigos.

2.1 Da posse à conciliação de classe: um encontro com a hierarquia católica

As consequências da renúncia inesperada de Jânio Quadros em agosto de 1961 se desdobrariam nos dias seguintes na disputa pela cadeira presidencial. Os ministros militares, vice-almirante Sylvio Heck (Marinha), marechal Odylo Denys (Guerra) e o brigadeiro da aeronáutica Gabriel Grum Moss resolveram, junto com parlamentares opositores, vetarem a posse de João Goulart, que se encontrava em viagem oficial à República Popular da

China. Em tempos de Guerra Fria e da recente vitória dos revolucionários cubanos em 1959, a missão internacional do então vice-presidente foi interpretada por seus opositores como clara sinalização de suas possíveis tendências comunistas/sindicalistas (TOLEDO, 1987).

Enquanto Goulart viajava em retorno ao Brasil, o país mergulhava em negociações políticas e mobilizações populares que visavam garantir sua posse (HAMILTON; MARKUN, 2011). No palácio do Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em conjunto com os movimentos sociais e sindicais, a Brigada Gaúcha e o III Exército, articularam a campanha pela legalidade que logo se espalhou por outros estados. De lá, partiu uma das imagens que sinalizariam a presença católica no conflito. O cardeal-arcebispo D. Vicente Scherer, tradicional adversário do então governador, foi fotografado sentado nas barricadas de areia que circundavam o palácio. Segundo o jornalista Carlos Chagas, o prelado tinha ido até o palácio para reclamar com o governador que soldados da brigada haviam invadido a sacristia e se deslocado até a torre da catedral para instalar duas metralhadoras (CHAGAS, 2014).

Porém, Brizola, ao perceber a movimentação, convocou jornalistas e mandou fotografar o mandatário religioso nas barricadas para que todos “testemunhassem a adesão da Igreja à causa da legalidade.” (CHAGAS, 2014, p. 32). A imagem simulada por Brizola não retratava as próprias posições da hierarquia católica. De maneira similar à polarização que acometeu a sociedade brasileira, a Igreja também se encontrava dividida. As discordâncias do clero tomaram conta do noticiário católico. O periódico “A Cruz”, da arquidiocese do Rio de Janeiro, sustentou que a saída para a crise nacional seria a adoção de uma medida conciliatória que garantisse a posse de João Goulart, mas limitasse seus poderes através da opção parlamentarista (O PATRIOTISMO, 1961). Enquanto isso, o jornal “O Seminário” tratou como inegociável a defesa da Constituição e a posse de João Goulart com todas as suas prerrogativas (JANGO, 1961).

Somente no dia 7 de setembro de 1961, após dez dias de crise, o conflito chegaria ao fim. A posse de João Goulart foi garantida graças às articulações políticas, manifestações e à resistência da campanha da legalidade. Todavia, o novo presidente assumiria o país com seus poderes suprimidos, já que o Congresso, de maioria conservadora, aproveitou o eminente conflito civil para implementar a opção parlamentarista.

Segundo Demian Melo, o novo sistema de governo só se tornou concreto após os ministros militares terem percebido sua incapacidade de unificar as Forças Armadas em uma ação golpista. Dessa forma, longe de representar um compromisso das “forças democráticas”, tratava-se de um “golpe possível”, arquitetado pelas forças conservadoras, “mas feito de forma tão improvisada que desagradou não só as esquerdas e Goulart, mas um amplo espectro político.” (MELO, 2009).

Mesmo com o inconveniente de ter seus poderes presidenciais reduzidos, João Goulart empenhou-se em construir uma base de sustentação política e social para o governo que teria de enfrentar uma severa crise econômica, ao mesmo tempo em que propunha uma série de reformas estruturais. O responsável por montar o primeiro gabinete parlamentar da República seria o então deputado federal Tancredo Neves (PSD-MG) (BANDEIRA, 1978).

Para Thomas Skidmore, o primeiro gabinete parlamentarista procurou incluir uma representação equilibrada dos partidos. Tendo a maioria no congresso, o PSD ficou com quatro ministérios, incluindo o posto de primeiro-ministro. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) obteve duas pastas, entre elas o Ministério das Relações Exteriores, cargo ocupado por San Tiago Dantas. A UDN (União Democrática Nacional) obteve duas representações. Para o comando do Ministério da Guerra o escolhido seria o general João de Segadas Viana, que havia mediado a crise do oficialato entre legalistas e os militares anti-Jango (SKIDMORE,

1969). O brasileiro Jordan M. Young reforça o caráter conciliador e de coalizão do novo gabinete de governo. Por conta dessa característica, o Congresso aprovou logo em primeira mão a formação ministerial com 259 votos a favor e apenas 22 contra (YOUNG, 1973).

Segundo Caio Navarro de Toledo, “a fórmula de união nacional foi desenterrada do arsenal ideológico das classes dominantes a fim de encobrir a existência de conflitos e antagonismos no interior da conjuntura política.” (TOLEDO, 1987, p. 11). O autor também entende que o gabinete formado significou uma ampla derrota aos movimentos populares que haviam garantido a posse de João Goulart.

Tese similar à de Caio Navarro de Toledo defende o historiador e cientista social Jacob Gorender. Para o autor, o predomínio pessedista na formação do gabinete parlamentarista sinalizou para as esquerdas que o programa a ser adotado seria o conservador, o que acabou frustrando vários setores que haviam se mobilizado durante a convulsão da renúncia de Jânio Quadros. Todavia, Gorender acredita que essa era uma das estratégias de Goulart para demonstrar confiabilidade aos adversários (GORENDER, 1998).

Feitas as tratativas políticas para montagem ministerial, o próximo passo tanto do presidente como do primeiro-ministro era encarar a forte crise econômica, propondo um conjunto de reformas base. O sucesso dependia da coalizão estruturada no Congresso, mas também da reaproximação com os movimentos sociais e com as entidades civis, dentre as quais a Igreja Católica.

No dia 5 de outubro de 1961, o presidente enviou para o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara um convite extensivo a outros quatro bispos para um almoço no Palácio da Alvorada. Dois dias depois, em 7 de outubro, compareceriam na ocasião: o presidente João Goulart, o primeiro-ministro Tancredo Neves, o núncio apostólico D. Armando Lombardi, o cardeal-arcebispo D. Jaime Câmara, além dos bispos D. Hélder Câmara, D. José Newton, D. Fernando Gomes, D. José Távora, D. Avelar Brandão Vilela, D. Manuel Pereira, D. Eugênio Sales, D. Cláudio Colling e Monsenhor Hilário Pandolfo (GOULART, 1961, p. 1).

Durante a reunião, João Goulart pediu aos bispos que contribuíssem com sua “enorme força espiritual e prestígio social” para a reconstrução de uma pátria estremecida. O cardeal D. Jaime Câmara prontamente assentiu em nome da Igreja, dizendo que o papel da instituição era sempre contribuir com as autoridades constituídas e com o governo que “esteja disposto a cumprir seus deveres com o país.” (GOULART, 1961, p. 3). Logo após o almoço, o primeiro-ministro Tancredo Neves, juntamente com alguns prelados e os ministros do Trabalho, da Agricultura, da Saúde e da Educação promoveram a entrega de alimentos para populações pobres do Nordeste. Também foi assinado um decreto que concedia “ondas médias” para as rádios difusoras Teresina e Goiânia, filiadas à instituição eclesiástica. (GOULART, 1961, p. 3).

No mês seguinte, em 4 de novembro de 1961, o arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, em ocasião das festas de Cristo-Rei, declarou que a Igreja era a favor das reformas estruturais desde que observassem os princípios cristãos. O religioso afirmou que para realizar uma mudança social segura, era preciso observar os desígnios de Cristo, “aquele que detém o poder soberano, e o direito à submissão e o amor dos homens.” Lembrou ainda que a Juventude Operária Católica (JOC) colocou como tarefa contribuir para as reformas e a reestruturação da ordem, mas que os problemas sociais não poderiam ser supridos apenas com fornecimento de comida ou vestimentas como “queria fazer crer a solução marxista” (D, SCHERER, 1961).

Ainda na mesma ocasião, D. Avelar Vilela Brandão, arcebispo de Teresina, enunciou que a Igreja Católica era a favor da reforma agrária, mas não apoiava as Ligas Camponesas. De acordo com o arcebispo, a Igreja preconizava uma reforma que garantisse o direito

à propriedade privada e que fosse “progressiva e adequada, sem surtos de demagogia e sem abalos violentos, não podendo, por isso, confundir o seu trabalho com a linha de operação das chamadas Ligas Camponesas de Pernambuco.” (D. AVELAR, 1961, p. 8) Na visão do religioso, era salutar que a Igreja emitisse e esclarecesse seu posicionamento, para que não se confundisse a boa vontade do clero com “o envolvimento do comunismo que, inteligentemente, procura tirar partido de todas as situações delicadas deste delicadíssimo momento nacional.” (D. AVELAR, 1961, p. 8).

No dia 15 de novembro de 1961, João Goulart, ao encerrar o Congresso Nacional dos Lavradores em Belo Horizonte, disse preconizar as reformas de base. O presidente ainda recordou que a Igreja Católica, por meio dos pronunciamentos coletivos de seu clero, demonstrou preocupação crescente com as enormes coletividades marginalizadas da sociedade brasileira, por isso tinha pontuado a necessidade de reformas constitucionais. Na ocasião, Goulart foi referendado com o título de cidadão mineiro pelo então governador do estado Magalhães Pinto, que também enfatizou que sua administração prestaria total apoio à causa das reformas. O mesmo fez o deputado Wilson Modesto Ribeiro, que, como representante parlamentar, garantiu ao presidente que o governo contava com apoio maciço da população e “das suas gloriosas Forças Armadas.” (PRESIDENTE, 1961).

Todavia, as relações entre o governo de Goulart e o clero brasileiro permaneciam tensas. Um dos elementos que atravancavam a política de conciliação com os mandatários católicos era a posição do governo brasileiro no cenário internacional. No início do ano de 1961, parte do clero já havia se indisposto com o governo de Jânio Quadros por conta de sua política externa independente levada a cabo por Afonso Arinos e que culminou com as primeiras conversações entre o Brasil e a União Soviética com vias ao reatamento diplomático.

Mesmo após intensa campanha contra a retomada das relações diplomáticas feita por religiosos (A IGREJA, 1961) e membros conservadores, e inclusive por grupos anticomunistas que se utilizavam de métodos terroristas¹², as tratativas foram concluídas em novembro de 1961 pelo chanceler San Tiago Dantas, durante o governo de João Goulart. O restabelecimento das relações diplomáticas foi recebido com desagrado por conservadores e religiosos. Na ocasião em que San Tiago Dantas foi até o Congresso Nacional para discursar e apresentar os pontos da retomada diplomática entre Brasil e União Soviética, o deputado Dirceu Cardoso (PSD-ES) em questionamento ao chanceler, transpôs a aliança entre preceitos políticos religiosos entorno da questão:

Senhor Ministro, neste mesmo dia em que, a esta hora, em todas as igrejas do Brasil, nossa população católica, reverente e contrita, está rezando pelo Dia Nacional de Ação de Graças, neste mesmo dia, o governo reestabelece relações com a Rússia, numa guinada de cento e oitenta graus de velhas e imorredouras tradições do Itamaraty, e das nossas tradições cristãs, numa tomada de posição contra aqueles que nos dão a mão na hora do sacrifício para aliviar a nossa pobreza, a nossa miséria, e numa demonstração de que este reconhecimento não é um simples reconhecimento diplomático; é servir a Rússia Soviética (DANTAS, 2011, p.97).

Para a ala conservadora do catolicismo esse foi um dos primeiros movimentos articulados pelo presidente que indicavam suas predisposições de imprimir no Brasil um

12 Segundo Rodrigo Patto Sá Mota (2000), o Movimento Anti-Comunista (MAC) utilizou métodos terroristas em protestos contra o reatamento das relações diplomáticas com a URSS. Ver: SÁ MOTTA (2000).

governo de base comunista e sindicalista. Em 26 de novembro de 1961, D. Vicente Scherer, o mesmo que havia denunciado uma suposta infiltração comunista no governo de Leonel Brizola em Porto Alegre, reportou aos jornalistas que os bispos do Brasil em repetidas manifestações mostraram-se unanimemente contrários ao reatamento das relações com o país comunista. O arcebispo ainda lembrou que as decisões do governo anterior nesse sentido também eram vistas como desacertadas e que o bom senso do povo católico lamentaria a medida do governo de João Goulart (A IGREJA, 1961).

Em 16 de dezembro, a alta cúpula católica do estado de Minas Gerais formada por 21 bispos anunciou que faria uma reunião em Belo Horizonte para tratar de assuntos referentes às suas arquidioceses e dioceses, além de questões relacionadas à reforma agrária e ao reatamento das relações brasileiras com os soviéticos (BISPOS, 1961).

O resultado do encontro, presidido por D. João Rezende Costa e secretariado por D. Hélder Câmara, foi anunciado no dia 22 de dezembro. No texto os bispos fixaram recomendações sobre o comunismo e a reforma agrária a serem seguidas por todo o corpo de padres com vias a evitar que eles se pronunciassem de modos diversos. Figurava como principal diretriz a proposta de D. Hélder Câmara de apoiar as reformas para combater a infiltração comunista “ideologia condenada pela Igreja Católica” (DIRETRIZ, 1961, p. 4).

Como forma estratégica de enfrentar os desafios da articulação política necessária para o governo e obter apoio para as reformas estruturais, o presidente João Goulart e o premier Tancredo Neves formaram um gabinete de conciliação. Mas não foi apenas isso. Buscaram também assentar apoio nas bases populares, incluindo-se aí a Igreja Católica. Nos primeiros meses de governo, em 1961, a pauta pelas reformas rondou as principais discussões ocorridas no país. Seria assim também nos anos seguintes, até o golpe civil-militar de 1964.

Em 1963, João Goulart através de um plebiscito acordado com o Congresso Nacional, retomou seus plenos poderes constitucionais graças à vitória do presidencialismo contra o parlamentarismo. Como bem argumenta Melo, o apoio da Igreja Católica para a vitória de Goulart foi fundamental. As conversações intermediadas por Hugo de Faria em dezembro de 1962 com D. Hélder Câmara (Rio de Janeiro), D. Vicente Scherer (Porto Alegre), D. José Newton (Brasília) e D. Luis Felipe (Uruguaiana) garantiram que a CNBB publicasse um documento conclamando os fiéis a participarem do pleito. Dessa forma, o referendo tornou-se uma espécie de “dever cristão”, ainda que parte do clero mais conservador tenha permanecido indiferente ou contrário à vitória de João Goulart (MELO, 2009, p. 153-155).

Apesar das rugas com o governo, muito por conta de sua política externa e da proximidade que mantinha com os movimentos populares, a alta hierarquia católica parecia comprometida em arrefecer os ânimos e garantir a manutenção da ordem constitucional apoiando as medidas reformadoras de João Goulart. Todavia, os ventos começaram a mudar quando o clero brasileiro, imerso na dinâmica da Guerra Fria, recebeu do sumo pontífice João XXIII a tarefa de elaborar um Plano de Emergência que deveria ser balizado pela encíclica *Mater et Magistra*, texto que comporia a doutrina social da Igreja.

O plano do episcopado brasileiro tornou-se uma espécie de agenda religiosa para o país propondo uma transformação política, social e econômica. Esses textos religiosos foram parcialmente incorporados em projetos e proposta da classe dominante brasileira, que passou a convencer uma série de religiosos que a saída para a crise brasileira seria a destituição do governo.

2.2 A doutrina social da Igreja e o plano emergencial: uma agenda dos religiosos para o Brasil

No final do século XIX, a Europa passava por um forte período de crise. As primeiras consequências da Revolução Industrial foram de expansão da pobreza e da miséria. Enquanto isso, crescia o descontentamento dos trabalhadores europeus e o medo dos religiosos por possíveis revoltas proletárias. Foi quando um grupo de “católicos sociais” começou a destacar a necessidade de a Igreja agir de uma nova maneira frente aos desafios modernos (RAMÍREZ, 1991, p. 94-99).

Formaram-se então duas tendências claras: a primeira chamada de “progressista” influenciada pelos trabalhos do bispo alemão Wilhelm Emmanuel Von Ketteler, que defendia a intervenção direta do Estado com vistas a ordenar de forma mais igualitária a sociedade. Do outro lado, o grupo dos liberais, fortemente influenciado pela Universidade de Lovaina (Bélgica) e pelos trabalhos do monsenhor Freppel, defendia a não-interferência estatal e a livre concorrência entre os indivíduos (RAMÍREZ, 1991, p. 94-99).

As tendências logo entraram em confronto, principalmente depois que monsenhor Freppel organizou o Congresso de Angers, em que acusava os católicos de terem cedido demasiadamente à bandeira do socialismo. O intenso conflito fez com que o papa Leão XIII se manifestasse esclarecendo a questão através da encíclica papal *Rerum Novarum* em 1891 (RAMÍREZ, 1991, p. 94-99).

Era o início de uma série de encíclicas, mensagens, cartas, exortações e pronunciamentos que comporiam a chamada Doutrina Social da Igreja¹³, uma intervenção direta do magistério eclesial no espaço público. Conforme pondera Joaquim Cerqueira Gonçalves, a formulação desse conjunto de ideias é uma forma que a Igreja encontrou para competir em plano de argumentação com outras “expressões sociais bem diferentes da sua.” (GONÇALVES, 2014, p. 114).

Quase setenta anos separam a primeira encíclica *Rerum Novarum* da encíclica *Mater et Magistra*, texto editado pelo sumo pontífice João XXIII em 1961 e que comporia o terceiro escrito formulador da Doutrina Social. Antes, o Papa Pio XI, em 1931, já havia apresentado a encíclica *Quadragesimo Anno*, comemorando e lembrando os delineamentos apresentados em *Rerum Novarum*. Entretanto, é importante frisar aspectos que se correlacionam nos argumentos expressos pelos três sucessores de Pedro e chefes máximos da Igreja na primeira tríade textual estipulada e construída para orientar os cristãos a agir no mundo social.

Nas cartas encíclicas, os vigários de Cristo tentam construir uma terceira alternativa aos sistemas capitalistas e comunistas/socialistas. Contudo, percebe-se que a retórica anti-comunista é proeminente, enquanto o capitalismo pode ser tolerado desde que haja reformas que sejam capazes de arrefecer os conflitos sociais, aumentar ainda que de maneira restrita a renda do trabalhador e proporcionar algum meio de subsistência aos mais desvalidos.

No texto de *Rerum Novarum*, o romano pontífice Leão XIII defendia o pagamento digno ao operário pelo seu trabalho e uma espécie de exploração mais branda e benevolente por parte dos capitalistas. Também assentia na defesa da propriedade privada e da acumulação de capital. O papa caracterizava o Estado como mediador necessário

13 Compõem ainda a Doutrina Social da Igreja os documentos papais: Encíclica *Quadragesimo Anno* de Pio XI (1931); Mensagens de Rádio de Pio XII (1941-1951); Encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) de João XXIII; Encíclica *Populorum Progressio* (1967) e a Carta Apostólica *Octogesima Adveniens* (1971) de Paulo VI; Encíclicas *Laborem Exercens* (1981), *Sollicitudo Rei Socialis* (1987) e *Centesimus Annus* (1991), de João Paulo II; Encíclicas *Caritas in Veritate* (2009), de Bento XVI; Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (2014), e Encíclica *Laudato Si* (2015), do Papa Francisco. Ver: Pontifício Conselho Justiça e Paz. *Compendio da Doutrina Social da Igreja*. Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html.

na garantia da propriedade privada, na repressão às greves e na preservação da alma.

Em contrapartida, a mesma publicação faz críticas incisivas ao socialismo, acusado de perturbar as classes e perpetuar a pobreza. Em vias disso, Leão XIII confirma na encíclica que o homem deveria aceitar com paciência sua condição, pois: “é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível.” (PAPA LEÃO XIII).

A mesma fórmula argumentativa se aplica em *Quadragesimo Anno*, do Papa Pio XI. Relembrando os delineamentos de *Rerum Novarum*, o pontífice confirma novamente a inviolabilidade da propriedade privada, o direito à acumulação e o papel do Estado como mediador de conflitos sociais. A grande novidade apresentada na encíclica de 1931 foi o “princípio da subsidiaridade”, que tinha como objetivo formular novas relações entre o Estado, as pessoas e os grupos sociais. Na concepção do pontífice, não cabia ao Estado se sobrepor aos indivíduos. Pelo contrário, ele deveria conceder-lhes ajuda para que se desenvolvessem de acordo com sua capacidade criativa (PAPA PIO XI).

O texto de Pio XI também distingue o socialismo e o comunismo, sublinhando que o primeiro abrande e limita de alguma forma a violência, a luta de classes e a extinção da propriedade privada. O papa admitia que o socialismo em muitas ocasiões se aproximou da tradição cristã, concordando em pautas e reclamações sociais dos católicos que trabalham na reforma social. Ainda assim, o texto condenava de forma taxativa as práticas de qualquer princípio socialista, como se pode verificar no trecho seguinte:

O socialismo quer se considere como doutrina, quer como facto histórico, ou como ação, se é verdadeiro socialismo, mesmo depois de se aproximar da verdade e da justiça nos pontos sobreditos, não pode conciliar-se com a doutrina católica; pois concebe a sociedade de modo completamente avesso à verdade cristã (PAPA PIO XI).

Vale ressaltar ainda que em 1937, durante o pontificado de Pio XI, a carta encíclica *Divinis Redemptoris* retomou a questão do comunismo, considerando necessário que os cristãos se opusessem veementemente “aos processos de violência e sedução do comunismo bolchevista e ateu.” (PAPA PIO XI). A questão continuou em foco e, em 1949, o papa Pio XII, no *Decretum Contra Communismum*, publicado pela Congregação do Santo Ofício, esclareceu que todos aqueles que de maneira voluntariosa e consciente professassem o comunismo e o materialismo dialético deveriam se considerar excomungados e proibidos de receber os sacramentos (CONGREGAÇÃO).

Essa verbosidade anticomunista manteve-se na encíclica *Mater et Magistra*. Da mesma forma, o tom conciliador com os princípios capitalistas também se consolidou. O texto editado no início do curto pontificado de João XXIII retomou novamente as encíclicas passadas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Avançou nos preceitos consolidados pelas encíclicas anteriores em relação à função do Estado na vida social e na regulação econômica, à reafirmação da propriedade privada, a novos caminhos para a equidade de condição no campo internacional, além de modernizar todo instrumento intelectual religioso para compreensão da emergente divisão social do trabalho (PAPA JOÃO XXIII).

Mas certamente o esforço mais criativo da nova carta estava em promover uma espécie de conciliação entre operários e empresários, reafirmando os preceitos da *Rerum Novarum* pela necessidade de se relacionarem segundo o princípio cristão. A encíclica, por fim, conclamava todos de boa vontade a exercitar os delineamentos da carta. Nas palavras de João XXIII:

Amados irmãos e filhos nossos: o olhar que lançamos convosco sobre os diversos problemas da vida social contemporânea, desde as primeiras luzes do ensinamento do papa Leão XIII, levou-nos a formular um conjunto de observações que formam um programa. Convidamo-vos a que as pondereis, as mediteis bem e

vos animeis a cooperar, todos e cada um de vós, na realização do reino de Cristo sobre a terra: Reino de verdade e de vida; reino de santidade e de graça; reino de justiça, de amor e de paz, reino que promete o gozo dos bens celestiais, para que fomos criados e que ansiosamente desejamos. Trata-se da doutrina da Igreja católica e apostólica, mãe e mestra de todas as gentes, cuja luz ilumina e abrasa; cuja voz, ao ensinar cheia de sabedoria celestial, pertence a todos os tempos; cuja virtude oferece sempre remédios eficazes, suscetíveis de trazerem solução para as crescentes necessidades dos homens, para as angústias e aflições desta vida. (PAPA JOÃO XXIII).

De acordo com Euclides Marchi (2001), desde a edição da *Rerum Novarum*, a Igreja havia estabelecido enfrentamentos ao capitalismo liberal desenfreado, mas somente a partir de 1950 o “egotismo capitalista” passou a sofrer com críticas mais severas. Porém, o que se percebe é que a doutrina social da Igreja enquanto condenava de forma veemente as práticas coletivistas do socialismo e do comunismo, manteve-se afeita aos preceitos mais elementares do capitalismo liberal, como a propriedade privada e o direito ao lucro.

Trata-se, como já mencionamos, de uma tentativa dos religiosos católicos de construir um mundo no qual as balizas do capitalismo se mantinham inalteradas graças à conciliação entre explorados e exploradores. A prática da caridade torna-se a partir daí efusivamente defendida e propagada como instrumento capaz de mediar os conflitos sociais. Por isso, a temática é regularmente revista nos três textos da doutrina social. Portanto, as edições das cartas encíclicas representam finalmente a inserção da Igreja Católica na lógica da economia capitalista.

Os textos também foram a base sólida sobre a qual o episcopado latino-americano elaborou um plano pastoral para a Igreja no continente, expressamente requerido pelo papa João XXIII, em resposta imediata aos desdobramentos revolucionários em Cuba (CNBB, 1963). O texto do episcopado brasileiro nasceu durante a 5ª Assembleia Geral ordinária da CNBB, que ocorreu entre os dias 2 a 5 de abril de 1962, e que continha três partes constitutivas principais intituladas como: 1) o plano de emergência; 2) o plano de emergência: parte pastoral; 3) o plano de emergência: parte econômico social (CNBB, 1963).

Na primeira parte os bispos apresentaram a estrutura eclesiástica da Igreja Católica brasileira que, até aquele momento, contava com 166 circunscrições eclesiásticas, 4.000 religiosos leigos, 35.000 religiosas, 25.000 seminaristas e 4.500 paróquias (CNBB, 1963). Os dirigentes religiosos também esclareciam os objetivos do planejamento, como se pode visualizar nas seguintes linhas:

Queremos realizar no Brasil uma presença vital da Igreja, que salvará as almas e salvará a nação de todas as ameaças que, contra ela, se levantam: como o comunismo ateu e demolidor dos valores mais autênticos do homem; as concepções destruidoras da dignidade da família e as reiteradas tentativas divorcistas com as quais jamais se poderá conformar as consciências dos eleitores cristãos; a mentalidade laicizante que teima em voltar ao cenário do país, ao menos em alguns setores de suas atividades; o egoísmo e o lucro erigidos pelo liberalismo econômico em suprema norma a governar as atividades produtoras da nação e que devem cristãmente dar lugar ao espírito de serviço e de bem comum, se não quisermos ver os desequilíbrios sociais crescerem até o desespero (CNBB, 1963, p. 14-15).

Além de sinalizar a estrutura e os objetivos do plano, a primeira parte do texto elaborou um histórico que concatenava os momentos que permearam desde o expresso pedido papal para a realização do plano, até a montagem das comissões que se dedicariam a elaborar propostas concretas em cada área. A primeira parte é finalizada com a exposição das duas principais linhas que percorreriam as conclusões do episcopado, uma destinada à orientação e outra à execução (CNBB, 1963).

A segunda parte do plano emergencial focaliza os dispositivos pastorais propondo a renovação paroquial, ministerial e sacerdotal, dos educandários e introduzindo por fim o conceito de pastoral de conjunto. Se pudermos resumir em um objetivo a reforma pastoral que visualizamos nas linhas do plano emergencial dos bispos da CNBB, o termo mais adequado seria “engajamento”. Em todas as alíneas, tópico a tópico, os prelados se dedicaram a elaborar um plano de reformas que engajassem seus leigos e sacerdotes em uma tarefa única: fortalecer a igreja nacional nos meios coabitados pelas questões sociais, culturais e econômicas (CNBB, 1963).

Nesse aspecto, a introdução do conceito de pastoral conjunto como “esforço global e planejado visando à evangelização de áreas na Igreja de Deus” (CNBB, 1963, p. 89) corresponde à aspiração dos religiosos em unificar todo o complexo religioso em torno de objetivos elaborados, sendo o principal deles a evangelização em territórios ainda não explorados. Esse processo de expansão era acompanhado não apenas pela mensagem cristã, mas estava escorado por obras de caridade e um planejamento econômico-social devidamente exposto pela terceira parte do plano emergencial.

O plano econômico-social dos bispos da CNBB examinou principalmente a atuação de organismos como o Movimento de Educação de Base (MEB), das Frentes Agrárias e do trabalho de Sindicalização Rural, da Formação de Líderes e da Aliança Eleitoral pela Família. Com objetivo de estabelecer diretrizes de atuação para os cristãos no campo socioeconômico, os bispos reunidos na assembleia ordinária e unificando dois pronunciamentos deram origem a parte do documento nomeado como: “Declaração e Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.” (CNBB, 1963, p. 98).

No primeiro momento os dirigentes eclesiais apelaram para que as “classes produtoras” – industriais, comercial e rural – colocassem fim ao desejo e à prática de obtenção do lucro imoderado que perturbava e insuflava as massas por não poderem obter nem os bens de primeira necessidade. Todavia, para os prelados quem explorava a miséria eram especialmente os comunistas, pois lucravam com o desespero, a desordem e o caos. Portanto, cabia às autoridades deter a agitação vermelha “hábil para infiltrar-se nos sindicatos, na direção das greves de protestos que, imprudentemente, estão sendo estimuladas nessa hora explosiva.” (CNBB, 1963, p. 98).

À vista disso, as reformas de base do governo brasileiro foram saudadas pelos bispos como saída para transformar a sociedade e evitar as convulsões de classe. Ao mesmo tempo, os membros da CNBB desejavam contribuir formalmente não com o que chamaram de “indicações técnicas que nos escapam, mas diretrizes doutrinárias, aplicadas a nosso tempo e a nosso meio.” (CNBB, 1963, p. 99).

Esse documento revela que o episcopado brasileiro na primeira hora vislumbrava nas reformas um meio pelo qual se poderia evitar a expansão da possível influência comunista no país. O documento também indica o componente autoritário dos prelados que esperavam do governo um combate frontal e persecutório a possíveis ações comunistas. Isto posto, é notório que os dirigentes do catolicismo brasileiro queriam apaziguar as contradições de classe e preferiam o silêncio das manifestações do que a total adesão governamental às causas populares.

A mensagem da Comissão Central da CNBB que foi lida em todas as missas pelos sacerdotes do Brasil esmiuçava ainda mais as posições do episcopado. Obedecendo à metodologia “Ver-Julgar e Agir”, recomendada no plano de emergência para a formação de militantes e responsáveis católicos, os dirigentes inicialmente identificam os problemas brasileiros, apontando como sendo os mais graves: a falta de distribuição de riquezas, o aproveitamento dos comunistas dessa situação de fragilidade, a frouxidão moral e a inércia da classe dominante e do governo em resolver os problemas mais urgentes (CNBB, 1963).

Para solucionar essas questões, os bispos viam como único meio organizar a ação coletiva de bispos, sacerdotes e do laicato católico em grandes empreendimentos e na divulgação da “sã doutrina”. Além do mais, o texto ainda faz um apelo a todos os poderes de república para que correspondessem às esperanças do povo que segundo os bispos desejavam:

(...) um governo firme, bem orientado e organicamente estabelecido, coordenado nos seus diferentes setores e harmônico nos seus múltiplos órgãos, de maneira a inspirar o respeito e a confiança que precedem do Direito da Lei e da Autoridade. Só então podemos promover as chamadas reformas de base, reclamadas por todos e de urgência inadiável (CNBB, 1963, p. 104).

Portanto, o plano emergencial da Igreja Católica brasileira assentado pela doutrina social firma em primeiro lugar um programa religioso, reformando as estruturas clericais nos seus mais diversos âmbitos institucionais, quais sejam dioceses, paróquias e comunidades. A etapa reformadora das diretrizes institucionais visava principalmente engajar o corpo religioso na promoção de seu segundo objetivo, a propagação das diretrizes religiosas de seu projeto socioeconômico.

Por sua vez, o projeto socioeconômico se pautava pela conciliação de classes. Os bispos pretendiam com ele garantir os bens de primeira necessidade para as classes mais debilitadas enxergando no assistencialismo uma forma de barrar de maneira irreversível a tomada de consciência dos trabalhadores sobre sua condição precária de vida e existência. Consecutivamente, o programa de reformas de base a qual se referiam os bispos católicos tão somente aspirava garantir o arrefecimento da crise social para, em seguida, engendrar uma nova etapa de exploração capitalista.

Percebendo essas características, as classes dominantes passaram a incorporar delineamentos da doutrina social da Igreja Católica em suas associações de classe, aproximando-se da estrutura clerical e minando as relações dos religiosos com o governo João Goulart. O empresariado brasileiro, que já havia colaborado com os dirigentes católicos em projetos como o centro D. Vital e a Pontifícia Universidade Católica, passou também a comungar e a construir o plano político-ideológico que desencadearia a opção autoritária de 1964.

2.3 As facetas da fé: ideias religiosas e ação empresarial no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais:

Conforme elucidava René Dreifuss, a política de desenvolvimento dos anos de governo de Juscelino Kubitschek (1959-1961) estimulou o crescimento e os interesses multinacionais e associados. Esses interesses tornaram-se a força socioeconômica dominante da sociedade ainda por volta de 1960 (DREIFUSS, 1981). Simultaneamente a esse processo, um conjunto de agentes surgiu na economia e na política brasileira e passou a construir um complexo político-militar, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que tinham como objetivo principal “agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam sua administração” (DREIFUSS, 1981, p. 161).

Neste item do capítulo, pretendemos demonstrar de que forma o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), ao incorporar em seu programa político elementos da doutrina social católica, conseguiu também cooptar membros da hierarquia da Igreja que, antes afeitos às reformas de base do governo de João Goulart, com a influência do empresariado engajaram-se na desestabilização de seu governo.

Ainda de acordo com Dreifuss, a história do complexo IPES/IBAD revela o modo com que a elite orgânica da burguesia industrial multinacional e associada desenvolveu suas organizações tornando-as capazes de empreender uma ação política sofisticada, que ultrapassou o mero objetivo de empreender reformas estruturais para articular um golpe de Estado. Para tanto, o complexo de interesses multinacionais e associados procurou liderar grupos profissionais e funcionais enquanto visava anular o bloco de poder tradicional. “A elite orgânica centrada no IPES se revelaria então como o amadurecimento da disposição de agir dentro de um programa capaz de mobilizar os homens de empresas, e como um todo oferecer soluções para os problemas do país” (DREIFUSS, 1964, p. 161-162).

Para a pesquisadora Maria Inês Salgado de Souza, o IPES foi gestado no contexto de redefinição ideológica do empresariado no que diz respeito à sua atuação política. Era crença comum para o grupo a necessidade de defender a propriedade privada “em face do desprestígio do país e da iniciativa privada.” (SOUZA, 1981, p. 20). Na versão de Paulo Ayres Filho, empresário do ramo farmacêutico e ex-diretor do Banco do Brasil na gestão Jânio Quadros, o IPES começou a atuar com cerca de 12 empresários paulistas e cariocas. O empresário relata que foi convidado por Gilberto Hubert Jr, empresário norte americano que residia no Rio de Janeiro. Intermediado por Paulo Ayres Filho, houve o recrutamento de João Batista Leopoldo Figueiredo, também empresário multinacional e ex-presidente do Banco do Brasil na gestão Jânio Quadros e que posteriormente se tornaria o principal líder do IPES-SP (DREIFUSS, 1981).

Entretanto, ao que tudo indica, Paulo Ayres Filho já estava dedicado a arregimentar empresários antes mesmo do convite de Huber Jr. O ex-diretor do Banco do Brasil havia conhecido o trabalho da *Foundation Of Economic Education* tendo traduzido e distribuído parte de seu programa a amigos próximos. No Rio de Janeiro, outros empresários além de Gilberto Hubert Jr, também se engajaram no recrutamento da burguesia para ação de classe, como é o caso de Antônio Galloti, Glycon de Paiva, José Garrido Torres e Augusto Trajano Azevedo Antunes, além de oficiais da reserva, como o general Golbery do Couto e Silva, indicado para o IPES pelo general Heitor Herrera. Essa gama de empresários passou a se encontrar frequentemente e a recrutar novos indivíduos de destaque quando “surgiu a ideia de estimular em todo país uma reação empresarial ao que foi percebido como tendência esquerdista da vida política.” (DREIFUSS, 1981, p. 163).

No dia 29 de novembro de 1961, o IPES foi lançado oficialmente. A imprensa repercutiu favoravelmente a iniciativa dos empresários, figuras políticas, intelectuais e eclesiásticos como D. Jayme de Barros Câmara receberam com entusiasmo a notícia sobre a mobilização empresarial (DREIFUSS, 1981). O clérigo D. Hélder Câmara, pouco depois da fundação do instituto, declarou satisfação pelo surgimento do IPES e frisou que se tratava de uma organização dotada dos melhores técnicos nacionais e estrangeiros capazes de executar e planejar ações para o desenvolvimento nacional, coisa que, segundo o prelado, o poder público não estava fazendo de forma satisfatória.¹⁴

Depois de ter sido lançado nos polos do Rio de Janeiro e de São Paulo, rapidamente o IPES se expandiu por outras regiões brasileiras, como Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e outros centros menores (DREIFUSS, 1981). Em seu panfleto de divulgação, o instituto dizia ter nascido inspirado por dois documentos basilares a Ata

14 Informações presentes nas notícias: DEMOCRACIA estará em perigo se falhar Aliança para o progresso. *O Estado de Florianópolis*, Rio de Janeiro, n. 14374, p. 1, 21 fev. 1962. D. Helder saúda IPES e iniciativa privada. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, n. 10412(1), p. 1, 19 fev. 1962.

da Aliança para o Progresso declaração que derivou da conferência de Punta del Este¹⁵, e a encíclica católica *Mater et Magistra*. O instituto traça como objetivo principal em seu documento o fomento de pesquisas e da livre discussão com vistas a apresentar conclusões e recomendações quanto às diretrizes da atividade econômica. Aponta como objetivo, ainda, a divulgação para a sociedade brasileira de suas conclusões e recomendações para que todos, especialmente os empresários, fossem conscientes e buscassem soluções solidárias para o país (ARQUIVO NACIONALa, 1961).

Ainda que de maneira escamoteada as intenções de promover os projetos e ideologias do empresariado na sociedade brasileira já ficam evidentes desde a declaração de princípios do instituto. O mesmo se pode dizer de sua tentativa de aproximação com a ala conservadora do catolicismo, fato que os leva a citar, por exemplo, a carta encíclica *Mater et Magistra* texto norteador da doutrina social da Igreja como se pode verificar no trecho aqui citado:

O lançamento da Aliança para o Progresso e da encíclica *Mater et Magistra* deu nova perspectiva aos empresários brasileiros, chamando-os ao cumprimento de seus deveres imediatos, a que não podem fugir, no sentido de uma participação permanente na vida pública do país. (...)

O IPES representa o amadurecimento da vontade de agir dentro de um programa capaz de mobilizar os homens que conhecem, pela sua experiência a área da iniciativa particular, as dificuldades do país e que decidiram oferecer em conjunto soluções democráticas para os problemas brasileiros (ARQUIVO NACIONALa, 1961).

René Dreifuss pondera que, apesar dos interesses multinacionais e associados se sobressaírem, o IPES não era um monopólio ideológico e político. Por se pretender “uma organização guarda-chuvas para as classes dominantes” era de se esperar que congregasse uma variedade de perspectivas. Além disso, o instituto também se propunha como organização política de classe, visando reunir um amplo espectro da população em torno de suas ações e objetivos. Para tanto, o instituto precisava agregar setores diversos da classe média e mesmo da classe trabalhadora industrial (DREIFUSS, 1981).

Como já mencionamos, para estender sua influência ideológica o instituto lançava mão de seu suposto caráter filantrópico para promover ações educacionais, sociológicas e cívicas entre as quais: campanhas educativas, cursos, conferências, seminários, manutenção de escolas, institutos, entidades ou bolsas de estudos (ARQUIVO NACIONALa, 1962). Essa forma de ação visando o engajamento ideológico envolvia estratégias como assédio financeiro, facilidades políticas e mesmo prestígio nos círculos sociais. Através desses métodos, os ipesianos desenvolveram uma teia de relações que abarcavam várias associações de classe como as associações comerciais, federações industriais e sociedades rurais, até entidades relacionadas a atividades culturais, profissionais ou esportivas (DREIFUSS, 1981).

O mesmo tipo de esforço foi exercido nos movimentos de atuação católica, como se pode comprovar com a apreciação de algumas evidências que iremos expor a seguir. Em 1962, o padre jesuíta Pedro Belisário Velloso Rabello¹⁶ solicitou ao Ipes doações

15 Realizada em 1962, a Conferência De Punta Del Este foi a VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA). O objetivo central da reunião foi discutir o impacto da Revolução Cubana no continente. Ver: CPDOC. Dicionário Histórico-Biográfico. Brasileiro: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/punta-del-este-conferencia-de>. Acesso em: 23 out. 2019.

16 Padre Belisário Velloso Rebello S. J nasceu em 1902 na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro. Fez seus estudos secundários no Colégio Santo Inácio. Em 1923, tornou-se engenheiro civil pela Escola Politécnica (Universidade do Brasil). Dez anos depois de sua graduação, ingressou no noviciado da Companhia de Jesus onde estudou Filosofia. Em Roma no ano de 1941, concluiu o curso de Teologia e foi ordenado padre. Dois anos depois, tornou-se secretário do então reitor das Faculdades Católicas Padre Leonel Edgar da Silveira Franca S.J. Na universidade lecionou as disciplinas de Sociologia, Direito Civil e Matemática Superior. No ano de 1948, Velloso fundou a Escola Politécnica (curso de engenharia) na PUC-RJ assumindo o cargo de diretor. Também assumiu atividades pastorais fundando a Congregação Mariana de Operários, em 1940, e desenvolvendo serviços de promoção social no morro Dona Marta, em 1951. Ainda em 1951, Velloso tornou-se reitor

financeiras para a Federação dos Círculos Operários.¹⁷ No mês de julho do mesmo ano, a federação, que reunia cerca de meio milhão de trabalhadores, havia organizado o VIII Congresso Nacional dos Círculos Operários, no qual resolveram adaptar o movimento às condições sociais brasileiras inspiradas pelos delineamentos de *Mater et Magistra*.

A reunião contou com cerca de 387 delegados dos vários círculos operários e com a presença do cardeal de São Paulo, D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta (SOB, 1962).

O histórico dos círculos operários católicos, assim como seu expressivo número de associados, fez com que os ipesianos considerassem e assentissem em favor do investimento. Na reunião da comissão diretora do instituto no dia 27 de março de 1962, Cândido Guinle de Paula Machado defendeu que o grupo deveria liberar recursos para o círculo por se tratar de ajuda temporária e que formaria novos líderes sindicais e políticos que atenderiam em favor do empresariado (ARQUIVO NACIONALb, 1962).

Na mesma reunião, Antônio Gallotti argumentou que era preciso investir nos movimentos sindicais para combater a influência comunista que se apossava das organizações de trabalhadores. Cândido Guinle concordou com o parceiro e informou que visitou o Movimento Democrático Brasileiro¹⁸ e que eles também mereciam os investimentos. O empresário Ruy Gomes de Almeida comunicou que 12 firmas já contribuía com o movimento sob a condição de anonimato. Harold Cecil Polland informou então que no MDD alguns intelectuais poderiam ser contatados pelo instituto, entre eles Gladstone Chaves de Melo e o padre jesuíta Fernando Bastos de Ávila (ARQUIVO NACIONALb, 1962).

Seis dias depois da reunião, em 2 de abril de 1962, o diretor do IPES-RJ, José Rubem Fonseca expediu uma na qual onde informou ao padre Veloso que o instituto iria conceder mensalmente a quantia de Cr\$ 1.745.000 para que a confederação desenvolvesse e ampliasse suas atividades. O diretor ainda expôs na carta as motivações do instituto para a doação de tal quantia:

Dentro das finalidades deste instituto, que procura encontrar soluções nacionais e democráticas para os problemas brasileiros, visando o progresso social e econômico de nossa pátria, preocupamos a formação cultural do nosso operariado e fortalecimento de sua participação sindical consciente e livre. Analisando os diferentes movimentos e organizações com igual propósito e já existentes entre nós, julgou este instituto ser digna de apoio a ação desenvolvida pelos Círculos Operários, orientada por princípios e ideias que norteiam a ação deste instituto, especialmente contidos na encíclica “*Mater et Magistra*.” (ARQUIVO NACIONALc, 1962, p. 20).

da PUC, cargo que ocupou até 1956. Antes, havia sido vice-reitor exercendo papel fundamental na arrecadação financeira que viabilizou a construção do campus universitário. Depois de exercer a reitoria, tornou-se assistente eclesiástico da Federação dos Círculos Operários. Logo em seguida, fundou a Escola de Líderes Operários da PUC visando formar novas lideranças para o meio sindical do Rio de Janeiro. Velloso também foi diretor do Centro de Investigação e Ação Social que posteriormente em 1968 se interligou ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Centro João XXIII-IBRADES). Ocupou novamente a vice-reitoria da PUC em 1966-1968. Um ano depois, tornou-se presidente da Conferência dos Provinciais Jesuítas do Brasil, cargo que exerceu até 1970. Entre 1972 e 1976, desempenhou novamente a função de reitor da PUC. Ver: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/70anos/perfis/galeria-dos-reitores/padre-pedro-belisario-veloso-rebello-sj-1951-1956-1972-1976.html>. Acesso em: 23/10/2019

17 O Círculo Operário Católico foi criado na década de 1930 juntamente com outras organizações como a Liga Eleitoral Católica, a Associação de Universitários Católicos e a Ação Católica Brasileira. Sem adentrar nas especificidades de cada experiência do circulismo católico, ressaltamos apenas que se trata de um movimento nascido para executar a função cristinizadora e que para tanto lançou mão de estratégias como o inflamado discurso anticomunista, a assistência social e a formação de consciências. Ver: (BARRETO, 1997, p. 127-147).

18 Não estamos nos referindo ao partido político, mas a uma organização anticomunista e antisindical com vínculos com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e que recebia apoio financeiro de empresas paulistas e cariocas. Ver: BORTONE, Elaine de Almeida. *O instituto de pesquisas e estudos sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: o caso das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. 2018. p. 83.

Nos meses seguintes, o instituto fez depósitos não apenas para os círculos operários, mais também para a Escola de Líderes Operários da PUC-RJ, a Federação dos Círculos Operários (FCOF), a Confederação Nacional dos Círculos Operários (CNCO) e a Federação de Círculo dos Trabalhadores Cristãos (CBTN), como demonstram os relatórios financeiros.¹⁹

Em artigo recente, Hernán Ramírez argumenta que havia por parte dos ipesianos uma preocupação constante em formar líderes capazes de atuar nas lutas políticas que se desenrolavam no campo e na cidade. No meio rural, a formação das Ligas Camponesas atraiu a atenção da Igreja Católica, principalmente após a edição da encíclica *Pacem In Terris*. Os religiosos com financiamento empresarial intermediados pelo Ibad, por exemplo, passaram a disputar terreno com as organizações e sindicatos rurais secularizados. Por sua vez, nos movimentos rurais, o Ipes assumiu papel secundário que envolvia essencialmente a propaganda periódica das ligas católicas através de espaços como a Frente Amizade Cristã Urbana e Rural (FACUR) (RAMÍREZ, 2009).

Quanto ao perímetro urbano, o IPES patrocinou e alimentou intelectualmente ações mais diretas que giravam em torno do financiamento de mentores sindicais, escolas de doutrinação política, campanhas de alfabetização de operários e outras ações sociais (RAMÍREZ, 2009). É neste contexto que se inserem as doações generosas dos ipesianos aos Círculos Operários do líder religioso padre Pedro Belisário Velloso Rabello. A historiadora Elaine Bortone concorda, ao sinalizar que os investimentos do instituto no meio sindical visavam garantir que possíveis líderes atuassem conforme a ideologia ipesiana. Portanto, subvenções como as que foram destinadas ao padre Velloso replicaram-se também com padre Carvalho, que recebeu cerca de Cr\$ 220.000,00 para formar líderes sindicais em Campos (RJ) e Petrópolis (RJ) (BORTONE, 2018).

O mesmo padre Carvalho seria emissor de carta endereçada ao presidente do IPES em fevereiro de 1964 pedindo doação no montante de Cr\$ 400.000,00 para a compra de um terreno em Cachoeira do Macacu onde seria construída a sede sindical da Federação do Círculo Operário. Segundo informa o documento, o bispo de Barra do Piraí, D. Altivo, altamente ligado às atividades sindicais anticomunistas, seria o dirigente de cursos formativos no local. Apesar da persistência, o padre não logrou sucesso nesta ocasião e os ipesianos negaram a ajuda financeira para a compra do terreno alegando que o instituto passava por dificuldades financeiras momentâneas. Ainda assim, um membro da diretoria ficou responsável por reunir patrocinadores que pudessem custear parte do valor pedido (ARQUIVO NACIONAL, 1964).

19 As informações estão presentes no Arquivo Nacional, nos seguintes fundos: ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Documentos de Caixa do IPES. (INFO: IPES DOANDO A ESCOLA DE LÍDERES OPERÁRIOS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA). 1962. p. 37.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Documentos de Caixa do IPES. (INFO: DOAÇÃO DO IPES A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS CÍRCULOS CATÓLICOS). 1962. p. 34.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Documentos de Caixa do IPES. (INFO: PAGAMENTO DE CEM MIL CRUZEIROS AO CÍRCULO OPERÁRIO FLUMINENSE CUJO ASSISTENTE ECLESIASTICO ERA p. ANTÔNIO DA COSTA CARVALHO). 1962. p. 15.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Documentos de Caixa do IPES. (INFO: PAGAMENTO DO IPES AO CÍRCULO NACIONAL DOS OPERÁRIOS). 1962. p. 30.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Documentos de Caixa do IPES. (INFO: CONTRIBUIÇÃO DO IPES PELA FEDERAÇÃO DOS CÍRCULOS OPERÁRIOS FLUMINENSES). 1962. p. 34.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Documentos de Caixa do IPES. (INFO: CONTRIBUIÇÃO DO IPES PELA FEDERAÇÃO DOS CÍRCULOS OPERÁRIOS FLUMINENSES). 1962. p. 12.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Documentos de caixa do IPES. (INFO: DOAÇÃO DO IPES A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS CÍRCULOS OPERÁRIOS). 1962. p. 1.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Documentos de caixa do IPES. (INFO: DOAÇÃO A FEDERAÇÃO DOS CÍRCULOS OPERÁRIOS FLUMINENSE). 1962. p. 24.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Documentos de Caixa do IPES. (INFO: DOAÇÃO A FEDERAÇÃO DOS CÍRCULOS OPERÁRIOS FLUMINENSE). 1962. p. 35.

Outro intelectual proeminente que foi ponte segura entre o IPES e os religiosos católicos foi o padre Fernando Bastos Ávila.²⁰ Um dos prelados mais importantes da Igreja Católica brasileira, Ávila mantinha estrito elo com os ipesianos e era um dos principais mentores intelectuais do instituto, certamente responsável por transitar entre a intelectualidade católica e os empresários ipesianos. Há nos documentos várias menções ao nome do padre, entre eles merecem destaque a feita pelo comitê executivo do instituto em 1962, no qual os dirigentes afirmam terem destinado verbas ao padre e à sua escola de sociologia para o pagamento de pesquisas sobre as eleições daquele ano (ARQUIVO NACIONALe, 1962). Merece sinalização também o texto “Socialismo e Consciência Cristã”, de autoria do padre e que serviu de subsídio para estudos e divulgação do IPES (ARQUIVO NACIONALa, 1963), ou a menção ao seu nome como um dos possíveis palestrantes em um programa de TV do IPES (ARQUIVO NACIONALb, 1961).

O padre Fernando Bastos Ávila, que, em 1964, tornou-se vice-reitor da PUC-RJ, foi um dos que colocou em contato os membros da universidade e o empresariado ipesiano. A ligação entre ipesianos e a Igreja Católica no ramo da atividade educacional é profundamente significativa como, assertivamente, pontuou Dreifuss. Neste aspecto, a Pontifícia Universidade Católica merece destaque por ter fornecido apoio estrutural e intelectual para as atividades do instituto, além de ter funcionado como canal de penetração nas camadas da população média, estudantil e acadêmica (DREIFUSS, 1981).

O artigo de Ramírez também demonstra que os laços do instituto e os centros de estudos católicos, incluindo-se a PUC-RJ, PUC-SP e, posteriormente, o que viria a se tornar a PUC-Campinas. Houve inclusive criações institucionais específicas que foram viabilizadas somente por conta das transações entre o instituto e as universidades. Neste caso refere-se ao Centro de Documentação e Pesquisa Política e Social da PUC-SP, e o Instituto Universitário de Ciências Sociais da PUC-Campinas, que, depois, se tornaria o Instituto Universitário de Ciências Sociais, que, por sua vez, organizou a Escola de Formação de Líderes (EFL). (RAMÍREZ, 2019).

As organizações desempenhariam um importante papel no contexto pré-golpe civil-militar. A Escola de Formação de Líderes formou várias lideranças que atuaram no meio sindical, enquanto o Centro de Documentação ofereceu ao instituto um banco de dados que subsidiou o Grupo de Levantamento de Conjuntura através de biblioteca especializada, arquivos, filmes, fotografias, *video-tapes* e microfilmes. Posteriormente, o mesmo centro disponibilizou suas várias fichas informativas para o IPES-RJ para confeccionar dossiês referentes a distintos indivíduos. A partir desse grupo, organizou-se o Serviço Nacional de Informações (SNI), encarregado pela inteligência durante a ditadura. Seu primeiro comandante foi general Golbery do Couto e Silva, um dos fundadores do Ipes (RAMÍREZ, 2019, p. 56-57).

Porém, outras evidências apontam que a simbiose entre as universidades católicas e o Ipes desdobraram-se em frentes diversas como é o caso do apoio estrutural aos cursos do instituto, o assédio aos movimentos estudantis intermediados pelos diretórios das PUCs, o alistamento de intelectuais do laicato católico para formações do IPES e o apoio editorial de ipesianos e religiosos.

20 Nascido em Copacabana em 17 de março de 1918, padre Fernando Bastos de Ávila S.J fez o curso primário na Escola Sarmiento e o curso secundário no Colégio Santo Inácio. Ingressou na Escola Apostólica dos Padres Jesuítas em Nova Friburgo no ano de 1930. Em 1935, teve aceito seu ingresso no noviciado da Companhia de Jesus e cursou Humanidades, Retórica e Filosofia Escolástica. Ingressou no mestrado em Filosofia e Teologia na Universidade Gregoriana em 1945. Dois anos depois, em Roma, receberia a ordenação sacerdotal. Entre 1950 e 1954, doutorou-se em Ciências Políticas e Sociais na Universidade de Louvain. Voltou ao Brasil logo após o seu doutoramento e ingressou no corpo docente da Pontifícia Universidade Católica, na qual lecionou por vários anos a disciplina de Sociologia, Ética e Doutrina Social da Igreja Católica. Também neste período, fundou a revista Síntese Política, Econômica e Social (SPES). Em 1964, tornou-se vice-reitor da PUC-RJ, um ano depois foi um dos escritores do livro-texto da disciplina Moral e Civismo, disciplina implementada pela ditadura civil-militar. No ano de 1967, tornou-se diretor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), responsável direto por assessorar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em 1969, integrou o grupo que preparou o projeto da Reforma Universitária da ditadura civil-militar. Ver: LETRAS, Academia Brasileira de. *Biografia de Fernando Bastos de Ávila, Pe.* Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/fernando-bastos-de-avila-pe/biografia>. Acesso em: 14 out. 2019.

A parceria entre ipesianos e a PUC-RJ começou logo que o instituto organizou suas primeiras atividades formativas. Em dezembro de 1962, os membros do comitê executivo do IPES resolveram promover um seminário de uma semana cujo título seria “Resposta Cristã ao Brasil em Crise”. O orçamento previsto para a realização do encontro durante uma semana era de cerca de Cr\$ 500.000,00. O diretor ipesiano José Garrido Torres durante a reunião se responsabilizou por entrar em contato com o reitor da PUC na época, padre Laércio Dias de Moura S.J (ARQUIVO NACIONALf, 1962).

Dois dias depois da reunião do comitê executivo, padre Laércio de Moura confirmou que seriam disponibilizadas para a realização do curso cerca de 14 salas mobilizadas para o secretariado e o funcionamento da atividade. Além disso, o reitor da PUC também proveu um orçamento no qual discriminava todos os possíveis gastos correntes com a realização do evento. Na carta constava ainda uma possível propaganda de convocação para o curso (ARQUIVO NACIONALg, 1962).

Ao desafio que paira sobre a nação, temos de trazer nossa resposta. Esta resposta, não queremos apresentar, porém em termos enfáticos. Mas em termos de análise e de meditação. Convocamos homens de pensamentos e responsabilidade. Homens, por vezes, provenientes de correntes divergentes. Para que, através do diálogo democrático, na busca de um sentido orgânico de soluções, se debrucem sobre as alternativas que se apresentam à nossa Pátria e escolham e indiquem aqueles caminhos capazes de levar o Brasil ao destino que lhe é próprio (ARQUIVO NACIONALg, 1962, p. 9).

No dia 20 de dezembro de 1962, portanto dois dias após o envio do orçamento e da carta propaganda, Glycon de Paiva enviou nova correspondência ao reitor da PUC acusando-o de ter recebido o orçamento e designando José Garrido Torres para continuar as tratativas de organização do curso (ARQUIVO NACIONALh, 1962, p. 26). A forma veloz com que o reitor da PUC e os líderes do IPES trocaram correspondências, neste caso referente ao curso “Resposta Cristã para o Brasil em Crise”, possivelmente indica que a interlocução entre esses agentes era corriqueira. Todavia, as fontes de que dispomos não nos permitem aferir de que forma esse sincronismo se estabeleceu e quais interlocutores mediarão essas relações institucionais.

Outros eventos sinalizam ainda mais as relações entre o Ipes e a PUC-RJ. Em agosto de 1962, o Correio Acadêmico, órgão dirigido pelos alunos da PUC-RJ, emitiu um recibo de Cr\$ 25.000,00 por uma propaganda em seu informativo sobre o “concurso de monografias” organizado pelo Ipes (ARQUIVO NACIONALi, 1962). Aliás, o movimento estudantil da universidade católica foi destino regular de doações do instituto.

Durante o XXV Congresso Nacional dos Estudantes, o presidente da UNE acusou o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) de tentar aliciar universitários e dividir o movimento estudantil. Na plenária do congresso, alguns estudantes, afirmando-se isentos, distribuíram um manifesto sem autoria conclamando os católicos a resistirem às alianças com os comunistas (A CULTURA, 1962). As suspeitas de que havia interlocução entre o movimento estudantil das universidades católicas e o financiamento dos empresários ipesianos se confirma em maio de 1963, quando o comitê executivo do IPES oferece o financiamento de Cr\$ 200.000,00 ao Seminário da PUC com os diretórios acadêmicos (ARQUIVO NACIONALb, 1963).

O aporte financeiro de certos grupos do movimento estudantil tinha como objetivo criar cisões entre a intelectualidade engajada para então promover um projeto educacional alinhado ao interesse empresarial. Este projeto educacional extremamente relacionado aos preceitos do mercado foi sendo construído pelos ipesianos ao longo dos anos de atuação

do instituto, como demonstra Maria Inês Salgado de Souza (1981, p. 104) ao analisar os três documentos que constituíram a base da proposta educacional do Ipes no período entre 1964-1969: “1) Delineamento geral de um plano de educação para a democracia, de João Roberto Moreira 2) Documento Básico do simpósio sobre a reforma da educação; e o relatório do fórum “A educação que nos convém.”.

Ainda no ano de 1962, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro receberia também sessões do Curso Atualidades Brasileiras (CAB) e do Curso Superior de Atualidades Brasileiras (CABS). Estes cursos foram organizados internamente pelo IPES através do Grupo de Educação Seletiva (GES) e tinham como finalidade propagar a ideologia ipesiana e moldar um bloco burguês de poder (DREIFUSS, 1981). A primeira versão desses cursos surgiu em 1962 e continuou operando mesmo depois de 1964. O assunto foi retratado na ata do comitê executivo em 29 de novembro de 1962, quando Glycon de Paiva destaca a necessidade de promover um curso que versasse sobre “temas fundamentais da vida democrática, para que o empresariado os leve para dentro de suas respectivas empresas.” (ARQUIVO NACIONALj, 1962, p. 178).

Na mesma reunião, José Rubem Fonseca concordou sobre a necessidade de realizar um curso de realidades brasileiras e José Garrido Torres recordou que a escola de administração da PUC de São Paulo seria um bom lugar para recrutar os primeiros alunos. Liberato da Cunha Friedrich frisou que a formação deveria ter a duração de 10/20 semanas e que o principal objetivo deveria ser fazer com que os empresários levassem para dentro de suas empresas as ideias do IPES. A reunião prosseguiu e José Garrido Torres mais uma vez lembrou que a PUC era uma das portas abertas que poderiam ajudar na empreitada (ARQUIVO NACIONALj, 1962).

No ano de 1963, o CAB contou com a presença dos dois principais intelectuais do laicato brasileiro os membros do Centro D. Vital, Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção. O primeiro proferiu a conferência “A realidade brasileira”, que abordava de forma geral aspectos da sociedade e da cultura brasileira, defendendo a necessidade de promover formas do capitalismo social e transformar a cultura tornando-a mais evoluída (ARQUIVO NACIONALc, 1963).

Por sua vez, o professor Gustavo Corção discorreu sobre o tema “A democracia e a Igreja”. Em sua exposição lembrou que a democracia é obra humana, não sendo por si objeto da Igreja Católica. Porém, como “mãe e mestra”, a religião deveria se debruçar sobre a temática. De tom essencialmente anti-comunista, Corção defendeu em sua conferência a necessidade de promover uma política que se voltasse para a verdade dos homens, que valorizasse cada indivíduo como imagem e semelhança de Deus promovendo o progresso e a justiça social (ARQUIVO NACIONALd, 1963).

Todavia, não foi apenas com essas conferências que os proeminentes leigos do Centro D. Vital contribuíram com o Ipes. A editora *Agir* (Artes Gráficas Indústrias Reunidas S/A-Agir), fundada por Alceu Amoroso Lima e Cândido Guinle de Paula Machado para promover as ideias do centro, fazia doações mensais ao instituto, além de publicar livros da lista do Ipes e prover ajuda técnica e editorial para a gráfica mantida pelos ipesianos (GONÇALVES, 2010). Em contrapartida, o Ipes financiava publicações católicas como o periódico “*A Cruz*”, órgão vinculado à arquidiocese do Rio de Janeiro que conferiu ao instituto o título de assinante colaborador pela doação no valor de Cr\$ 2000 (ARQUIVO NACIONALk, 1962). O instituto fazia doações às editoras católicas comprando exemplares de livros católicos para sua biblioteca, como é o caso do título “Nós e o Comunismo”, do padre João Botelho e de “O catolicismo ainda é cristão”, do padre Aloísio Guerra (ARQUIVO NACIONALl, 1962).

Parte das contribuições às editoras e compras de exemplares seria elementar para que, em 1964, o Ipes fundasse seu centro de bibliotecnia tendo como presidente Cândido Guinle

de Paula Machado e no conselho diretor nomes como o de Décio Guimarães Abreu, Geraldo Jordão Pereira, Procópio Machado Alves e Roger Ross. O centro seria criado com a finalidade de facilitar a confecção e a difusão do livro como veículo educacional. Entre as entidades patrocinadoras do empreendimento encontram-se a PUC-RJ, Frei Secondi, Frei Rolim, a Fundação Leão XIII e uma lista extensa de outras empresas nacionais e multinacionais (ARQUIVO NACIONALa, 1962).

O IPES financiava ainda grupos católicos que aparentemente eram inofensivos, mas que tinham grande potencial aglutinador, como é o caso, por exemplo, da União Cívico Feminina, que recebeu aportes financeiros do IPES no exercício de 1963, ou de padres isolados, como padre Carvalho e Padre Cristiano (ARQUIVO NACIONALb, 1963). Outro caso é o da União dos Escoteiros, que estava imbricada com a Assistência Religiosa Católica. As principais subvenções do IPES aos grupos de escoteiros vieram em 27 de janeiro de 1964, quando o frei Metódio Haas O. F. M, nomeado por d. Jaime de Barros Câmara, assistente nacional religioso católico da União dos Escoteiros do Brasil, solicitou ao diretor Harold Poland quantias para financiar edições da revista Ponte Pioneira (ARQUIVO NACIONALb, 1964). O Frei obteve resposta positiva dos ipesianos em 17 de fevereiro, quando o instituto comprometeu-se a destinar mensalmente a quantia de Cr\$ 30.000,00 ao grupo de escoteiros (ARQUIVO NACIONALc, 1964).

Completam essa gama de organismos a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), o Movimento Familiar Cristão (MFC), a Confederação das Famílias Cristãs (CFC), a Liga Cristã contra o Comunismo, a Cruzada do Rosário em Família (CRF), a Legião de Defesa Social, a Aliança Eleitoral da Família, a Cruzada Democrática Feminina do Recife, a Associação Democrática Feminina (ADF) de Porto Alegre, e a Liga de Mulheres Democráticas (Limde) (RAMÍREZ, 2019).

A parceria entre o empresariado do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e religiosos católicos não era em nenhum sentido desinteressada, pois foi através da cooperação mútua que se estabeleceu uma rede de relações entre esses agentes. Se por um lado o empresariado viu no invólucro das ideias religiosas uma oportunidade para mobilizar as classes médias conservadoras, tampouco houve por parte dos representantes católicos alguma inocência. Os religiosos católicos serviram-se de capital empresarial também para fortalecer sua agenda de mobilização conservadora, que, como veremos no tópico a seguir, se ramificou para além do IPES e fundou sua estrutura própria, a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE).

2.4 A arca da aliança: a conspiração religiosa da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas:

Depois da publicação da segunda encíclica que compõe a Doutrina Social da Igreja Católica, a *Quadragesimo Anno*, surgiram pelo mundo diversas organizações leigas empresariais, como bem solicitou o pontífice Leão XIII com argumento de que era necessário que os cristãos controlassem e tomassem conta das lutas sociais.

As primeiras encíclicas que forjaram a doutrina inauguraram uma espécie de mensagem piedosa do capitalismo que legitimou a atuação empresarial. É nesta conjuntura que desabrochou em 1931 a primeira Confederação Internacional das Associações de Patronos Católicos, que logo se ramificou pela Holanda, Bélgica, Itália, Alemanha e Tchecoslováquia (ADCE UNIPAC).

Depois da Segunda Guerra Mundial, a associação se alastrou pela América alterando seu nome para União Internacional das Associações Patronais Católicas

(UNIAPAC) (ADCE UNIPAC). Em 1961, ano da publicação da nova encíclica *Mater et Magistra*, o movimento finalmente chega ao Brasil, primeiramente em terras paulistas, através da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas em São Paulo (ADCE-SP) e, logo em seguida, em 1963, em outras partes do Brasil em outras partes do Brasil.

Era março de 1961, quando vários empresários se reuniram na Rua São Francisco, nº 71, no 6º andar de um edifício em São Paulo. Na reunião lançavam o primeiro manifesto da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), filiada diretamente à instituição europeia União Internacional de Associações Patronais Cristãs (HOMENS, 1961).

Já na primeira declaração de princípios do grupo fica exposto como compreendiam o momento histórico. Alegavam haver um extremo tumulto de opiniões acerca da reorganização da sociedade, estando convictos da necessidade de uma revolução das consciências que garantiria a livre empresa e afastaria a ameaça comunista. Apresentavam então uma solução: a realização de uma sociedade baseada em princípios cristãos descritos na Doutrina Social da Igreja. Por fim, conclamavam novos dirigentes e empresários a formarem associações destinadas a esse fim.

Assistimos ao tumulto das opiniões sobre o problema da organização da sociedade (...) Damos início a uma revolução das consciências sem a qual não subsistirá a livre empresa (...) O mundo ocidental organizado, economicamente, à base do liberalismo dominante a partir do século passado, defronta-se com a ameaça comunista que visa à coletivização da propriedade. (...) Nem a liberdade ilimitada dos liberais é justa, nem o totalitarismo dos comunistas é livre. Nós constituímos uma força autônoma que se propõe organizar o mundo de acordo com a Doutrina Social da Igreja. (...) Sabemos o que queremos, porque dispomos de um corpo de doutrina cristalizado em Documentos Pontifícios que culminaram com a recentíssima “*Mater et Magistra*”. (...) Dirigentes de Empresa de todo o Brasil, mais do que um apelo este é chamado para a ação. A nossa união é indispensável se quisermos, realmente, cumprir o dever de cooperar para o desenvolvimento econômico do nosso país, na coesão social de uma autêntica comunidade (ADCE, 1961).

O movimento logo se ramificou para o Rio de Janeiro. Um ano depois, diversos empresários se reuniram na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Tinham novamente o intuito de lançar a ADCE, desta vez para o público empresarial carioca, que recebeu instruções dos já filiados paulistas, os senhores Elias Correia de Camargo, Waldir de Affonseca²¹, padre D’Ávila, padre Eugène Charbonneau e Haroldo Falcão. O tom da reunião foi de apresentação da ADCE e seus objetivos tendo como principal propósito: transformar a mentalidade empresarial os convencendo a aplicar a doutrina social da igreja balizada fundamentalmente pela encíclica *Mater et Magistra* que, conforme insistia Correia e Waldir, estava acima das ideologias do liberalismo ou do comunismo (EMPRESARIOS, 1962).

Finalmente, em 23 de novembro de 1963, a associação se tornou nacional espalhando representantes por várias regiões do país como Eduardo Joaquim de Carvalho (Bahia), Benedito Dias Macedo (Ceará), Caio Amorim Pontual (Pernambuco), Raul Oscar de Carvalho Santana (Guanabara), José Penha de Souza (Rio Grande do Norte), Carlos Guilherme Luce (Rio Grande do Sul) e Ernesto Georges Diederichsen (São Paulo) (ASSOCIAÇÃO).

A composição de categorias da associação, tanto dos pais fundadores paulistas como também de seus representantes em nível nacional, era bastante diversificada. Reunia desde bancários e representantes do sistema financeiro, industriais, comerciantes, político até diretores de outras organizações de classe, conforme se verificam nos quadros 1 e 2 a seguir:

21 Era membro e acionista da empresa Affonseca, uma das principais empreiteiras cariocas com atuação ao longo da ditadura civil-militar. Ver: CAMPOS (2012).

Quadro 1 - Empresas, associações e organizações dos fundadores da ADCE (1961-5)

Nome	Empresa	Organizações	Cargo público
Alain Moreau	- Diretor do Banco da Bahia S.A sucursal- São Paulo - Acionista do Colégio do Planalto- São Paulo -2º Vice Presidente do Banco RioGrandense de Expansão Econômica S.A	ADCE	Diretor da carteira de câmbio do Banco do Brasil
Alfredo Horta	Diretor do Jornal do Brasil Urgente	ADCE	X
Eduardo Campos Salles	X	- Superintendente dos Conselhos Distritais da Associação Comercial de São Paulo - Vice Presidente da Associação Comercial de São Paulo - ADCE	X
Ernesto George Diederichsen	X	-Presidente da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE). [quando?] - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). - Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado de São Paulo.	X
Elias Corrêa de Camargo	Presidente e acionista da Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC)	- União Democrática Nacional (UDN) - ADCE	- Diretor Financeiro e Presidente do Centro Estadual de Abastecimento- CAESA. - Chefe da Secretaria de Abastecimento na administração do Brigadeiro Faria Lima na prefeitura de São Paulo.

Gilberto Vergueiro da Silva	-Diretor da Noreno Brasil S.A. -Diretor Técnico da Industria Brasileira de Eletricidade S.A (IBEL. S.A). - Diretor da ARO S.A Terraplanagem	ADCE	X
Haroldo Falcão	Presidente da Agro Motor S.A. Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Liody Sul Americano	ADCE	X
José Ulpiano de Almeida Prado	Presidente da Bolsa de Mercadoria de São Paulo	- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). -Vice Presidente da Associação Comercial de São Paulo. - ADCE	Componente do Conselho Superior do Fundo de Amparo à Pesquisa. Deputado Federal pela UDN.
Luiz Arrobas Martins	Ideal S.A Tintas e Vernizes.	ADCE	Secretário da Reforma Bancária do governo de São Paulo
Murillo Macêdo	Banco Israelita Brasileiro S.A. Diretor-superintendente Banco Nacional de São Paulo	ADCE	X
Newton Cavaliere	Diretor executivo da Companhia Serviço de Engenharia-SERVIENGE	ADCE	X
Paulo Egydio Martins	-Byington & Companhia e Companhia Geral de Minas. -Companhia de Comércio e Participação (COPAR)	-Diretor da Associação Comercial de São Paulo. -União Democrática Nacional- UDN. -ADCE	Ministro da Indústria e Comércio no Governo de Humberto Castelo Branco.
Paulo Nogueira Neto	Diretor da Usina Esther. Conselho Fiscal da Duratex S.A Indústria e Comércio.	-Sociedade de Floricultura. -ADCE	Membro do Conselho Florestal do Estado
Paulo Mello Gonçalves	Transpress. Empresa editora correio paulistano S/A	ACDE	X

Romeu Trussardi Filho	X	- Associação Comercial de São Paulo. ADCE	X
Ronaldo Lopes da Silveira	Frota Nacional de Petroleiros	ADCE	X
Waldir de Affonseca	Diretor da Companhia Brasileira de Caldeiras e Equipamentos Pesados	ADCE	X

Fonte: ASSOCIAÇÃO de Dirigentes Cristãos de Empresas: Fundadores. [S. l.], 29 mar. 1961.
Disponível em: <https://www.adcesp.org.br/fundadores>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Quadro 2 - Perfil de Classe da Representação Nacional da ADCE-BR.

Nome	Empresa	Organizações
Benedito Dias Macedo	Investidor da IOS	Aliança Renovadora Nacional (ARENA) -ADCE
Caio Amorim Pontual	Conselho administrativo da Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco (Comper)	ADCE
Raul Oscar de Carvalho Santana	Conselho Fiscal da Companhia Organizadora de Serviços telefônicos	ADCE
José Penha de Souza	Diretor Comercial Galvão Mesquita Ferragens S.A	-Sindicato dos Contabilistas no Estado do Rio Grande do Norte -Vice Presidente da Associação Comercial do Rio Grande do Norte -União Democrática Nacional (UDN) -ADCE
Carlos Guilherme Luce	-Acionista Banco de Crédito Real do Rio Grande do Sul S.A -Diretor da Companhia Importadora Ageluce -Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Phenix de Porto -Diretor Luce Técnica e Industrial S.A	Junta Comercial do Rio Grande do Sul -ADCE
Ernesto Georges Diederichsen	X	-Centro das Indústrias do Estado de São Paulo -Sindicato da Indústria Fiação e Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo -ADCE

Gilberto Vergueiro da Silva	-Diretor da Noreno Brasil S.A. -Diretor Técnico da Industria Brasileira de Eletricidade S.A (IBEL. S.A). - Diretor da ARO S.A Terraplanagem	ADCE	X
Haroldo Falcão	Presidente da Agro Motor S.A. Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Liody Sul Americano	ADCE	X
José Ulpiano de Almeida Prado	Presidente da Bolsa de Mercadoria de São Paulo	- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). -Vice Presidente da Associação Comercial de São Paulo. - ADCE	Componente do Conselho Superior do Fundo de Amparo à Pesquisa. Deputado Federal pela UDN.
Luiz Arrobas Martins	Ideal S.A Tintas e Vernizes.	ADCE	Secretário da Reforma Bancária do governo de São Paulo
Murillo Macêdo	Banco Israelita Brasileiro S.A. Diretor-superintendente Banco Nacional de São Paulo	ADCE	X
Newton Cavalieri	Diretor executivo da Companhia Serviço de Engenharia-SERVIENGE	ADCE	X
Paulo Egydio Martins	-Byington & Companhia e Companhia Geral de Minas. -Companhia de Comércio e Participação (COPAR)	-Diretor da Associação Comercial de São Paulo. -União Democrática Nacional- UDN. -ADCE	Ministro da Indústria e Comércio no Governo de Humberto Castelo Branco.
Paulo Nogueira Neto	Diretor da Usina Esther. Conselho Fiscal da Duratex S.A Indústria e Comércio.	-Sociedade de Floricultura. -ADCE	Membro do Conselho Florestal do Estado
Paulo Mello Gonçalves	Transpress. Empresa editora correio paulistano S/A	ACDE	X

Fonte: ASSOCIAÇÃO dos Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE-BR). Verbetes. CPDOC. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-dos-dirigentes-cristaos-de-empresa-do-brasil-adcebr>. Acesso em: 23/10/2019.

Pode-se observar que os associados da ADCE ocupavam majoritariamente cargos do alto escalão das empresas, como as diretorias, membros acionistas, investidores e membros de conselhos. Havia também os que no período desempenharam cargos na administração pública, como é o caso dos paulistanos Elias Camargo, Luiz Arrobas Martins ou José Ulpiano de Almeida Prado. Havia alguns membros, que, além de associados na ADCE, também compunham outros organismos de classe como, por exemplo, Paulo Egydio Martins, Romeu Trussardi Filho, o cearense Benito Dias Macedo, e o rio-grandense José Penha de Souza.

Mesmo com a heterogeneidade do grupo, supostamente havia um elemento de coesão que seria a vontade de promover e construir uma sociedade pautada pelos ensinamentos da doutrina social da Igreja. Mas na prática o organismo acabou funcionando como um espaço onde as classes dominantes, travestidos pela mensagem de solidariedade social cristã, articularam cursos, palestras e eventos em que discursavam efusivamente contra o governo de João Goulart, alertavam para o iminente perigo comunista e alardeavam sobre uma suposta corrupção da moral e dos bons costumes.

A face golpista da ADCE se notabilizou mais intensamente apenas em 1963, depois que a associação promoveu um grande encontro de empresários nacionais e internacionais. Entre os dias 14 e 16 de novembro a ADCE-BR promoveu o “Fórum Latino Americano de Desenvolvimento Econômico”. Na ocasião, cerca de 450 empresários de toda América Latina, além de representantes da América do Norte, Europa, Ásia e África se fizeram presentes (FORUM, 1963, p. 8).

Na entrevista de Ernesto George Diederichsen ao Diário de Notícias, o empresário afirmava que entre as pautas principais do encontro estavam discussões sobre a corresponsabilidade dos setores públicos e privados como forma de garantir a evolução econômica, o estreitamento do diálogo dos empresários brasileiros com outros países, principalmente latino-americanos, e a promoção de estudos sobre elementos comuns que prejudicavam o comércio, a indústria e o financiamento dos países subdesenvolvidos (ESFORÇO, 1963).

Em relato de Paulo Egydio Martins, concedido em 2007 para a Fundação Getúlio Vargas, o mentor e presidente da ADCE na época afirmou que o encontro fez parte de uma organização mais ampla com várias entidades patronais que integraram o “movimento de 1964”. Desde então, a ADCE teria se notabilizado perante o empresariado e a sociedade civil ainda que não tivesse a mesma projeção de associações como o Instituto de Engenharia, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a FIESP e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) (MARTINS, 2007, p. 172).

Meses antes, porém, Paulo Assis Ribeiro e José Garrido Torres membros do Ipes e que tinham bom trânsito entre a cúpula hierárquica do catolicismo haviam organizado um seminário com o tema “Resposta Cristã ao Brasil em Crise”. O seminário, que fazia parte do circuito de cursos sobre Realidades Brasileiras que foram promovidos pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), contava com o apoio de patrocínios como os do Ipes e da ADCE (DREIFUSS, 1981).

Segundo René Dreifuss (1981), a ADCE operava lado a lado com o IPES no patrocínio destes empreendimentos uma vez que a elite orgânica vislumbra na Igreja Católica um espaço privilegiado de difusão de suas ideias, já que a instituição, ao lado das Forças Armadas, era a única estrutura nacional verdadeira capaz de se comunicar direta e amplamente com as bases sociais populares. Dessa maneira, posições antagônicas eram reunidas através de uma pretensa mensagem de solidariedade social-cristã unida e de modernização conservadora.

O autor ainda sobreleva que os seminários tinham como intuito “oferecer uma resposta cristã à crise em oposição às soluções socialistas” (DREIFUSS, 1981, p. 229).

Os encontros passaram, assim, a acomodar vários empresários, tecno-empresários, políticos e acadêmicos. Desses destacam-se os membros religiosos: padre Velloso, Gustavo Corção, D. Jaime de Barros Câmara e os padres Laércio, Beltrão e Ávila.

Em relato, padre Ávila ressalta que eram muitos os convidados para as reuniões da ADCE, vários deles empresários cristãos que temiam a esquerdização do país. Entre os “convidados ilustres” que acompanhavam as discussões estavam futuros ministros dos governos militares como Mário David Andreazza e Jarbas Passarinho (COSTA, 2007).

A atuação da ADCE parecia ainda mais legítima graças à retaguarda da própria hierarquia eclesiástica, que, em 1962 e 1963, estava convencida de que as movimentações populares em torno da aprovação das reformas de base favoreciam decisivamente a implantação do comunismo no país (CNBB, 1962). Foi então que um grupo de bispos e arcebispos – dentre eles D. Vicente Scherer, D. Agnelo Rossi, D. Eugênio Salles, e D. Jaime Câmara – solicitou à D. Cândido Pandim, que, naquele momento, prestava serviços como assistente eclesiástico da Ação Católica Brasileira (ACB), que formasse a consciência dos militares no ensino autêntico da Igreja e de sua doutrina social, conservando-se afastados de certas correntes ideológicas em voga no meio do laicato (MOREIRA, 2010).

A corrente ideológica que deveria ser evitada a qual se referem os bispos eram as dos movimentos formados por leigos e pelo baixo clero, que naquele momento empenhava-se na concretização das reformas de Goulart, como é o caso da Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), parte da Ação Católica Brasileira (ACB) e do Movimento de Educação de Base (MEB) (MAINWARING, 1989).

Apesar do ímpeto dos movimentos populares, os anos de articulação da elite orgânica privilegiada pelo grande capital e por suas influências em vários níveis do poder institucional favoreceram a escalada conservadora que teve seu ponto mais alto na realização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. As manifestações foram compostas por setores médios da sociedade como profissionais liberais, pequenos empresários e donas de casa. Várias entidades femininas embarcaram na onda conservadora como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE), União Cívica Feminina (UCF) e o Movimento de Arregimentação Feminina (CODATO, 2004).

Algumas instituições religiosas como a Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural, o Círculos Operários Católicos e a Associação Cristã dos Moços também faziam parte da organização. Completavam a frente os movimentos e associações civis de classe e os sindicatos patronais como a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Clube dos Diretores Lojistas (CDL), Conselho de Entidades Democráticas, Campanha para a Educação Cívica, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) (CODATO, 2004).

No próximo capítulo abordaremos o auge das mobilizações populares que desestabilizaram o governo de João Goulart. Tratam-se dos movimentos Cruzadas do Rosário em Família e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Os movimentos foram massificados graças ao empenho de parcela significativa da classe dominante e de religiosos católicos. Desta forma, o capítulo seguinte destina-se a expor a aliança entre essas distintas esferas sociais na divulgação e execução daquilo que René Dreifuss abordou como “campanha ideológica multifacetada contra o bloco histórico populista.” (DREIFUSS, 1981, p. 229).

CAPÍTULO 3

PELA FAMÍLIA E OS BONS COSTUMES: MOBILIZAÇÕES DA CLASSE DOMINANTE E A DERRUBADA DE JOÃO GOULART

Depois que os organismos da classe dominante, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, agregaram em seus arcabouços ideológicos os delineamentos dispostos na Doutrina Social da Igreja e do Plano Emergencial da CNBB, importantes intelectuais orgânicos do catolicismo engajaram-se na desestabilização do governo João Goulart.

As contendas entre o governo e a alta hierarquia católica minaram progressivamente as relações entre as instituições, no caso a presidência e a Igreja Católica. Isso ocorreu não apenas por conta de uma inabilidade política do executivo, como ressalta o trabalho de Thomas Skidmore (1988), mas também graças aos sistemáticos arranjos da oposição em composição com as organizações da classe dominante interessadas na desestabilização do governo²².

Outro ponto a se destacar é que as mobilizações golpistas ocorridas entre os anos de 1962-1964, como a Cruzada do Rosário em Família e as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, não nasceram única e exclusivamente em resposta às grandes movimentações pelas reformas de base cujo expoente máximo foi o Comício das Reformas na Central do Brasil (PARKER, 1977). As marchas conservadoras e antidemocráticas foram tramadas na antessala dos organismos golpistas que as viabilizaram através de aportes financeiros, como também por via de elaborações intelectuais.

Na verdade, as mobilizações apenas traduziram nas ruas o que há muito estava sendo gestado no centro das organizações da classe dominante. Neste capítulo analisaremos os bastidores das grandes mobilizações populares que desagregaram o governo de João Goulart, focalizando essencialmente o papel dos religiosos católicos e da classe dominante.

3.1 O poscênio das Cruzadas do Rosário em Família

O início das Cruzadas do Rosário em Família deriva, em larga medida da atuação proselitista de seu fundador, o padre irlandês Patrick Peyton. Em 1941, padre Peyton começou a publicizar a oração do rosário: conversava com seus fiéis, enviava cartas a bispos, padres e leigos sempre relatando que havia encontrado a cura de sua tuberculose através da oração. Nas cartas e sermões pedia que fossem realizadas correntes de oração à mãe de Deus, pedindo também o fim da Segunda Guerra Mundial (GUISOLPHI, 2013).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o sacerdote passou a propagar a oração do rosário como forma de manter as famílias unidas. Foi nesse período que diversas dioceses dos Estados Unidos da América organizaram eventos para divulgar a oração do rosário aceitando o convite de padre Peyton. Foi também nesta época que o padre Wood, da paróquia de Albany, intermediou a criação de um programa de rádio dedicado à recitação do rosário que seria apresentado por padre Peyton. A grande audiência inicial do programa fez com que o Peyton fosse até Nova York para apresentar um projeto de parceria com uma rádio de alcance nacional, no caso a *Mutual Broadcasting System* (MBS). O intuito era chegar a cerca de cinco milhões de ouvintes nos Estados Unidos e no Canadá (GUISOLPHI, 2013).

Porém, uma das condições impostas pela emissora para que o programa fosse ao ar era a de que padre Peyton convencesse uma estrela de Hollywood a participar de sua estreia. Foi assim que o padre chegou ao nome de Bing Crosby, que aceitou o convite e

22 Para saber mais, ver: BANDEIRA (1977), TOLEDO (1987).

participou do programa cantando a Ave-Maria. Aos poucos a reza do terço de padre Peyton se transformou em um grande show no rádio a “*Family Theater on the Air*”, com participações do Cardeal Spellman de Nova York, a presença de Bing Crosby e de convidados ilustres como o presidente Harry Truman e a família Sullivan de Iowa, ocorrido em 13 de maio de 1945.

Em 5 de julho de 1947, a rádio Billboard anunciou que além de Crosby, outros 30 artistas de Hollywood, entre eles Gregory Peck e Loretta Young, haviam assentido positivamente para o convite do padre (GUISOLPHI, 2013). Mesmo com a presença dos artistas de Hollywood, o programa radiofônico de padre Peyton carecia ainda de investimentos para manter sua estrutura. Esse percalço foi sanado graças ao engajamento do sacerdote, seus amigos, clérigos e dos próprios empresários da Mutual Broadcasting System em convencer grandes investidores, inclusive de Wall Street, a concederem aportes financeiros à programação (GUISOLPHI, 2013).

O sucesso meteórico no rádio levou Peyton à televisão, e foi também em 1947 que as primeiras produções da *Family Theater Productions* foram concluídas com apoio de nomes como: Raymond Burr, Jimmy Stewart, Rosalind Russell, Ann Blyth, Danny Thomas e Lucille Ball. A produtora produziu e distribuiu várias curtas metragens com mensagens de adesão à oração em família. Um ano depois das primeiras divulgações fílmicas, padre Peyton iniciou a Cruzada do Rosário em Família em Londres, Ontário e Canadá. As campanhas possuíam como objetivo central o engajamento de leigos na oração do rosário, entendido como instrumento capaz de evitar a desagregação e a penetração da ideologia materialista nas famílias tradicionais cristãs (GUISOLPHI, 2013).

A profusão pública de padre Peyton e o sucesso massivo de suas campanhas despertou o interesse da Santa Sé. Em 1948, o Papa Pio XII, em carta enviada ao cardeal Bernard Griffin, arcebispo de Westminster, citou as Cruzadas do Rosário em Família realizadas nas arquidioceses de Southwark e Brentwood. O Sumo Pontífice informou que acompanhava com carinho e atenção as manifestações protagonizadas pelo padre Patrick Peyton, e que as ações do sacerdote eram uma forma exímia para combater o materialismo perigoso.

O autor Anderson Guisolphi cita ainda outras duas cartas em 1955 e 1957, enviadas por Pio XII ao padre irlandês, e desconfia haver outras comunicações entre eles, mas que na ocasião de sua pesquisa não foram disponibilizadas pelo Arquivo Secreto do Vaticano. As correspondências entre o Papa e um membro da baixa hierarquia da Igreja não são fatos costumeiros, como bem ressalta o autor. Geralmente as interlocuções entre o Vaticano e outras arquidioceses e dioceses são intermediadas por membros em postos maiores como cardeais, arcebispos e bispos (GUISOLPHI, 2013).

Paulatinamente os movimentos encampados por padre Peyton se transformaram em eventos mundiais. Antes de chegar no Brasil, a Cruzada do Rosário em Família já havia atingido países como: Canadá (1948); Inglaterra (1952); Espanha (1952); Panamá (1952); Austrália (1953); Nova Zelândia (1953); Irlanda (1953); Índia (1954); regiões da Ásia como Burma, Malásia, Tailândia, Ceilão e Paquistão (1954); dioceses da África (1955); Grécia (1957); Bélgica (1959); Filipinas (1962); e, por fim, adentrado o continente latino-americano através das expedições no Chile em (1959-1960), Venezuela (1961) e Colômbia (1962) (GUISOLPHI, 2013).

Além da massiva adesão popular, o anticomunismo²³ militante apregoado pelo padre tornava as cruzadas pertinentes não apenas para os fins religiosos de combate ao materialismo, mas também a campanhas das classes dominantes contra o desenvolvimento dos movimentos de esquerda. Nesse sentido, é sintomático que a chegada de padre Peyton no Brasil tenha ocorrido no ano de 1962, período em que os brasileiros se preparavam para as eleições de governadores e deputados.

23 Entendemos o conceito através de duas dimensões principais elaboradas pelo autor Rodrigo Patto Sá, por isso: “como um corpo doutrinário ou uma corrente de pensamento que possui discursos e representações próprias e, por outro, como um movimento político que engendra a ação e a militância de grupos organizados.” (MOTTA, 2000, p. 10).

As eleições foram acompanhadas de perto pelos Estados Unidos, pois enxergavam no pleito a possibilidade de exercer alguma influência em nível estadual e parlamentar em favor de seus projetos, já que encontravam naquele momento barreiras estabelecidas no executivo federal. Em fevereiro de 1962, a mensagem do presidente Kennedy a Fowler Hamilton, que administrava a Agência para o Desenvolvimento Internacional clarifica as estratégias estadunidenses:

Acho que devemos fazer alguma coisa de natureza favorável ao Brasil antes da eleição no próximo outono, que vai ser crucial. Talvez pudesse propor um projeto de alimentos, água ou outro qualquer. É bom você falar com Ted Moscoso sobre isso e depois discutir o assunto comigo. (KENNEDY, 1962 *apud* PARKER, 1977, p.46-47).

Os montantes significativos de recursos vindos dos norte-americanos serviram para financiar projetos e candidaturas conservadoras na expectativa de que combatessem os concorrentes alinhados à esquerda (PARKER, 1977). Apesar de alguns recursos terem sido introduzidos legalmente por via da Aliança para o Progresso, a maior parte deles foi escamoteada e intermediada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e suas sucursais a Ação Popular Democrática e a Sales Promotion Inc (LANGGUTH, 1979).

Para René Dreifuss, as campanhas de outubro de 1962 foram mais afetadas que as anteriores no que se refere à influência dos patrocinadores. O complexo IPES/IBAD destinou sólida assistência aos candidatos da direita e da centro-direita. Os auxílios financeiros chegavam aos candidatos de diversas maneiras, envolviam desde a ajuda monetária direta até o fornecimento de materiais onerosos como transporte, tempo de rádio e televisão, espaço nos jornais e materiais de propaganda. A elite orgânica também fornecia amparo intelectual como discursos prontos para o grande público e intervenções no Congresso (DREIFUSS, 1981).

O envolvimento de organizações e associações no financiamento ilegal era amplamente conhecido por Lincoln Gordon embaixador americano no Brasil, foi ele o responsável por informar a Central Intelligence Agency (CIA) que através delas seria possível fazer o aporte financeiro ilegal para campanhas políticas (LANGGUTH, 1979). Conforme evidenciou Dreifuss, desde 1948 quando os americanos interferiram nas eleições e no restabelecimento da Democracia Cristã na Itália, a CIA mantinha fundos políticos. O próprio embaixador Lincoln Gordon afirmou que durante o pleito eleitoral de 1962, empresas e altos funcionários americanos reuniram cerca de cinco milhões de dólares destinados às campanhas de adversários de João Goulart e seu programa de reformas de base (DREIFUSS, 1981).

Durante o pleito eleitoral a estrutura interconectada ao IBAD foi responsável por apoiar financeiramente cerca de mil candidaturas, entre 250 candidatos a cargos de deputados federal, 600 a deputado estadual, 15 senadores e oito governadores (LANGGUTH, 1979). Mais de um terço da legislatura formada nas eleições de 1962 teve apoio do complexo financeiro ilegal montado (DREIFUSS, 1981).

Para além das grandes subvenções do governo estadunidense a candidaturas que se contrapunham ideologicamente à esquerda, os norte-americanos através de instrumentos como a CIA e a embaixada no Brasil patrocinaram, como já sinalizamos, organizações da sociedade civil. Foi através da captação desses recursos que a Cruzada do Rosário em Família pode alargar sua atuação para América Latina adentrando o território brasileiro durante o período eleitoral (ANTCZAK; GOLDSCHMIDT, 2014).

Os autores Richard Antczak e Laura Goldschmidt, indicam que a CIA foi convencida a financiar as incursões da Cruzada pelo Rosário por influência do empresário da *W.R. Grace and Company*, J. Pater Grace, que além de interesses econômicos especificamente nos ramos do açúcar, mineração e transportes na América Latina, também era um católico fanático defensor obstinado da ordem capitalista/conservadora. O contato de J. Pater Grace com a CIA desenvolveu-se especificamente com seu diretor Allen Dulles. Desde então, a agência de inteligência passou a destinar verbas na ordem de 500 mil dólares para as campanhas na América Latina (ANTCZAK; GOLDSCHMIDT, 2014).

Como salienta Anderson Guisolphi, padre Payton enxergou nos bilhões de dólares investidos pelos Estados Unidos na América Latina através da Aliança pelo Progresso e da *United States Agency for International Development* (USAID), uma oportunidade para expandir as Cruzadas para o continente (GUISOLPHI, 2013). A escolha de Peyton em empreender a primeira Cruzada do Rosário no Brasil justamente na capital de Pernambuco alude para uma das finalidades do padre não tácitas em momentos anteriores, ou seja, a de interferir nos processos políticos. O estado era palco da principal disputa política entre candidatos a governadores. De um lado estava Miguel Arraes, candidato nacional reformista de projeção não só em Pernambuco e possível nome para disputar a presidência e, de outro, João Cleofas, conservador ligado ao consórcio de urânio Orquima S/A (DREIFUSS, 1981).

Durante todo o pleito, Cleofas, utilizando-se de financiamentos espúrios, fez ampla campanha midiática associando Arraes ao “comunismo ateu”. O aspecto religioso das propagandas de Cleofas foi ainda mais acentuado pela incursão de Peyton. De acordo com as informações do próprio Consulado Americano em Recife, a atividade do padre era “extremamente eficaz para eliminar a confusão e para desviar muitos católicos de qualquer tendência favorável a Arraes, agora mais claramente identificado com o comunismo.” (DREIFUSS, 1981, p. 331-332).

Entretanto, financiar as cruzadas na América Latina envolvia um montante significativo de recursos, já que a estratégia era aperfeiçoar a metodologia do evento utilizando para isso missões populares. A ideia era de exibir os quinze filmes produzidos sobre o rosário, com duração de quinze minutos a tantas pessoas quanto fossem possíveis (GUISOLPHI, 2013).

A estratégia de divulgação e engajamento popular exigiu uma unidade móvel com equipamento de projeção e som. A equipe técnica cuidava da projeção enquanto uma catequista treinada dava explicações acerca do conteúdo fílmico. Essa etapa antecedia a realização do grande momento final da Cruzada do Rosário em Família, geralmente uma missa precedida do terço e de falas do líder Patrick Peyton (GUISOLPHI, 2013).

Decerto, o montante provido pela CIA e oportunizado pela Aliança pelo Progresso ao movimento de Patrick Peyton foi fundamental, mas pelo menos no caso brasileiro, é notável a atuação da burguesia nacional para promover o empreendimento religioso. Quando chegou em Recife (PE), no ano de 1962, os sacerdotes Peyton e Joseph Quinn planejavam duas incursões da Cruzada pelo Rosário em Família no Brasil, uma a ser realizada no Recife e outra na cidade do Rio de Janeiro. Antes, os eventos tinham reunido multidões recordes em Santiago no Chile, em Bogotá na Colômbia e em Caracas, na Venezuela (NOTICIÁRIO, 1962).

Na capital pernambucana, padre Peyton buscou contatos em corporações que pudessem auxiliar na divulgação, segurança e infraestrutura principalmente no dia 16 de setembro quando ocorreria o ápice do encontro no Parque 13 de Maio (ROSÁRIO, 1962). No dia 1º de agosto de 1962, o padre, juntamente com o chefe do Estado Maior do IV exército, coronel João Sarmento, e do diretor de relações públicas do clube dos lojistas, Gabriel Figueiredo, participou de uma homenagem a Oscar Amorim, presidente da Associação Comercial. Na ocasião, Peyton explicou as finalidades da Cruzada do Rosário e buscou apoio para a realização do evento (LOJISTAS, 1962).

Oito dias depois, em 9 de agosto, Peyton se reuniu com os capelães militares estando presentes os padres João Batalho, capelão do quartel general do IV Exército; Joaquim de Oliveira, do 14º R.I; José Barbosa, da Escola de Aprendizes Marinheiros; Carmelo Raposo, da Base Aérea; e Antônio Alves, do Hospital da Polícia Militar do Estado. No dia seguinte, o líder das cruzadas se encontrou com professores secundaristas no auditório da Secretaria de Educação e Cultura, estando presente o professor Lourival Vilanova, que encerrou a reunião fazendo um apelo aos colégios para que colaborassem com a cruzada (REUNIÃO, 1962).

Em 15 de agosto de 1962, o jornal *Diário de Pernambuco* continuou noticiando as reuniões do padre, com destaque para a conversa de Peyton com um grupo de industriais

que seria realizada na Faculdade de Filosofia do Recife (ROSÁRIO, 1962). Três dias após o encontro com o setor industrial, em 18 de agosto, veiculou-se que a categoria ajudaria nas despesas da cruzada. Ficaram empenhados no auxílio financeiro os industriais João Azevedo, Jorge Batista da Silva, Gabriel Figueiredo, Alfredo Figueiredo e Antiógenes Chaves, além do professor Costa Porto e do desembargador Rodolfo Aureliano (INDUSTRIAIS, 1962).

Um dia após ter garantido a colaboração dos industriais, foi a vez de Peyton procurar adesão no Sindicato dos Proprietários de Empresas de Ônibus e na Rede Ferroviária do Nordeste (NOTICIÁRIO, 1962). No dia 11 de setembro de 1962, portanto, cinco dias antes da maior concentração da Cruzada do Rosário em Família, o Diário de Pernambuco veiculou que haveria transporte gratuito para o evento. Cerca de 500 ônibus da empresa privada CTU iriam trafegar das 13 às 15 horas gratuitamente “conduzindo o povo do subúrbio para ouvir a palavra do padre Peyton.” (TRANSPORTE, 1962, p. 5).

Um dos maiores representantes da Cruzada no Brasil, o secretário Padre Quinn foi o responsável por fazer contato com os políticos. Foi dele a tarefa de convidar o governador de Pernambuco, Cid Sampaio, para participar da concentração no Parque Treze de Maio. Em 12 de Setembro, padre Quinn e o industrial Alfredo de Figueiredo foram ao palácio fazer o convite (CID RECEBE, 1962).

Por fim, falta ainda mencionar a grande parceria da cruzada com a mídia local. Foram diversas matérias publicadas nos periódicos *Última Hora* e *Diário de Pernambuco*.²⁴ O Diário de Pernambuco chegou não apenas a retratar o passo a passo da organização do evento, como também fez massiva campanha de divulgação e convocação para o último dia no 16 de setembro de 1962.

Com o grande aparato montado, graças às aproximações de Peyton com a CIA, a classe política e a burguesia local, o momento final da Cruzada do Rosário em Recife foi um sucesso. O Parque 13 de Maio recebeu cerca de 600 mil fiéis, vários vindos do interior de Pernambuco e muitos deles de outras capitais do Nordeste, como Natal, João Pessoa e Maceió. Das autoridades presentes estavam o arcebispo de Olinda, D. Carlos Coelho; o governador Cid Sampaio; o almirante Arnaldo Toscano; o general e comandante do IV exército, Artur da Costa e Silva; o vice-governador Pelópidas Silveira; o deputado e presidente da Assembleia legislativa Paulo Guerra; o desembargador Rodolfo Aureliano, além parlamentares e cônsules residentes em Recife, e também representantes dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas (MULTIDÃO, 1962).

Quatro dias após a grande concentração, padre Peyton deixou a cidade do Recife rumo ao Rio de Janeiro (ADEUS, 1962). Segundo o padre Quinn, a repercussão da incursão da cruzada do rosário em família na capital pernambucana foi bastante positiva. Ele, juntamente com Peyton, recebeu diversas congratulações de personalidades pernambucanas, como a do coronel Artur da Costa e Silva. Vale mencionar ainda que, antes mesmo da grande concentração em Recife e da partida para o Rio de Janeiro, no dia 8 de setembro de 1962, padre Peyton e padre Quinn disseram ter participado de um banquete em Beverly Hills Hotel com o intuito de comemorar os 20 anos da Cruzada do Rosário em Família reunindo celebridades norte-americanas como: Bob Hope; Loretta Young; Bing Crosby; o ex-vice-presidente dos EUA, Richard Nixon; e cardeais de outros 5 continentes (PADRE, 1962).

Na capital carioca, muitos dos processos de organização da Cruzada do Rosário em Recife se replicaram. No dia 25 de setembro de 1962, o padre do rosário convocou uma reunião com a imprensa, rádio, televisão e industriais no Automóvel Clube para lançar o empreendimento religioso. Dois dias depois, em 27 de setembro, Peyton tinha agenda marcada

24 Ambos os jornais acompanharam assiduamente a Cruzada do Rosário, preferimos citar anteriormente as edições do *Diário de Pernambuco* porque foi nele que se retratou a maior parte dos encontros preparativos. O periódico *Última Hora* restringiu-se a acompanhar os acontecimentos e reuniões no âmbito religioso, algumas edições do jornal que veicularam notícias sobre a cruzada são: *Última Hora*, 00040, p. 2. 25 de jul. 1962. *Última Hora*, 00044, p. 5. 30 jul. 1962. *Última Hora*, 00045, p. 1. 31 jul. 1962. *Última Hora*, 00046, p. 1. 1 ago. 1962. *Última Hora*, 00052, p. 2. 8 ago. 1962. *Última Hora*, 00053, p. 10. 9 ago. 1962. *Última Hora*, 00070, p. 7. 26 ago. 1962. *Última Hora*, 00077, p. 2. 2 set. 1962. *Última Hora*, 00088, p. 10. 13 set. 1962. *Última Hora*, 00089, p. 2. 14 set. 1962. *Última Hora*, 00092, p. 3. 17 set. 1962. *Última Hora*, 00093, p. 2. 18 set. 1962.

com os sacerdotes e demais membros da hierarquia religiosa na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Já no dia 2 de outubro, o sacerdote realizou uma reunião com professores da Guanabara no Teatro Municipal (PADRE, 1962). Em entrevista ao *Jornal do Brasil* padre Quinn explicou o processo:

A convite de D. Hélder Câmara – disse o Padre Quinn – traremos a mensagem da Cruzada para todos os cariocas, fazendo antes reuniões preparatórias, quando teremos oportunidade de esclarecer a opinião pública através da Campanha Publicitária, sobre nossas atividades. Para isso esperamos contar com o indispensável apoio de toda imprensa falada e escrita, com os industriais e a união dos sacerdotes da arquidiocese, para que nesse momento de angústia que o Brasil atravessa, possamos trazer, como já fizemos a 45 países de todo o mundo uma mensagem de paz e união através da oração em família (PADRE, 1962, p. 10).

Efetivamente a imprensa carioca cobriu com intensidade a cruzada, boa parte dos principais jornais na Guanabara seguiram atentamente os trâmites do padre Peyton e de sua saga religiosa. Próximo ao dia 16 de dezembro, data em que estava marcada a apoteose da cruzada na igreja da Candelária na Avenida Presidente Vargas, os jornais já haviam estampado 26 convocatórias para o ato, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 5 - Propagandas de convocação para a Cruzada do Rosário em família Novembro-Dezembro de 1962

Periódico	Edições	Datas	
Diário de Notícia	12295	16/12/1962	01
O Jornal	12730 12746 12750 12754 12756	11/11/1962 05/12/1962 9/12/1962 14/12/1962 16/12/1962	05
Jornal do Brasil	00263 00283 00284 00286 00288	11/11/1962 8/12/1962 9/12/1962 12/12/1962 14/12/1962	05
Jornal Correio da Manhã	21380 21383 21384	12/12/1962 13/12/1962 16/12/1962	03
Diário Carioca	10630 10650 10666	11/11/1962 8/12/1962 15/12/1962	03

Última Hora	00988 01006 01005 03823	12/11/1962 11/12/1962 10/12/1962 15/12/1962	04
Jornal Tribuna da Imprensa	02921	12/12/1962	01
A Noite	17075 17009	13/11/1962 15/11/1962	02
O Cruzeiro	0011	22/12/1962	01
Manchete	0556	15/12/1962	01
			Total: 26

Fonte: BNDIGITAL. Periódicos do Rio de Janeiro entre novembro e dezembro de 1962.

A tabela demonstra que havia efetivamente uma ampla campanha de convocação nos jornais cariocas que abarcava inclusive periódicos cujos editoriais eram concorrentes. Muito da campanha de divulgação foi realizada através da colaboração dos donos dos impressos, que cederam espaços em suas folhas para a veiculação da publicidade da cruzada, como é o caso, por exemplo, dos periódicos *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Diário Carioca*.²⁵ Contudo, o jornal *O Semanário*, crítico implacável da Cruzada do Rosário e de padre Peyton, estima que somente em anúncios na imprensa escrita tenham sido gastos 50 milhões de cruzeiros (PADRE, 1962).

Fora a excessiva campanha nas gazetas de notícias, outras ações de propaganda foram efetuadas. A mais significativa foi a instalação de um rosário luminoso gigante no Cristo Redentor. O rosário que media 30 metros e era formado por lâmpadas de 70 Watts exigiu o trabalho do Departamento de Turismo e a colaboração da Philips do Brasil e da General Eletric. A ação envolvendo agentes públicos e privados desnuda parcialmente a forma com que foi patrocinada (ROSÁRIO, 1962).

Conforme as ações de propaganda se desenrolaram, a crescente expectativa de público exigiu uma infraestrutura de transporte e de acomodações por parte da organização. Essa demanda foi superada graças à colaboração de várias organizações privadas e dos governos federal e estadual. Entre as principais medidas de infraestrutura estavam a elaboração de um plano de trânsito pelo Departamento de Turismo, o aumento das linhas de transporte urbano garantidos pelas empresas Light, Central e Leopoldina, a instalação de 2 mil alto-falantes na Avenida Presidente Vargas, para que todos pudessem ouvir a pregação de padre Peyton, e a cessão de água em postos volantes.²⁶

Também foi firmado que haveria três postos de socorro com auxílio dos escoteiros e bandeirantes, três ambulâncias equipadas e vigilância total por parte da polícia. Para acomodar os convidados de honra, um palanque com 1500 cadeiras foi montado. A concentração para o último dia da cruzada tomou tanta proporção que a final do campeonato carioca entre Botafogo e Flamengo, que ocorreria no dia do evento religioso, foi adiantada para sábado à

25 A respeito disso, ver: DN COLABOROU no êxito da Cruzada do Rosário. *Diário de Notícias*, 12296, p. 01. 19 de dez. 1962. CARTAS à redação. *Correio da Manhã*, 21393, p. 4. 28 de dez. 1962. PADRE Peyton agradece ao DC. *Diário Carioca*, 10699, p. 1. 19 de dez. 1962.

26 Ver tais notícias: 30 MIL voluntários da Cruzada, de casa em casa, a serviço de Deus e da paz. *O Jornal*, 12754, p. 10. 14 de dez. 1962. UM milhão e meio de cariocas vão ouvir o Padre Peyton dia 16. *Jornal do Brasil*, 00282, p. 5. 7 de dez. 1962.

tarde. A decisão de antecipar a partida foi dos próprios diretores dos clubes Antônio do Passo e Paulo Azeredo, presidente do Botafogo e Fadel, presidente do Flamengo (DIRETOR, 1962). O jornal *O Semanário* repercutiu a decisão dos clubes de futebol carioca:

A Igreja pediu que o jogo Flamengo-Botafogo, que vai valer o título, fosse transferido, motivo: nesse dia 16 de dezembro, o padre Peyton falará na Candelária. Haverá tanta gente para ouvir o sacerdote ianque que o Maracanã estará completamente vazio... Vamos apostar gente? Mas quanta bondade do Padre Peyton (PEYTON, 1962, p. 7).

Esse, aliás, não foi o único episódio que envolveu o futebol e a cruzada do rosário realizada no Rio de Janeiro. No dia 13 de dezembro de 1962, após a partida entre Brasil e União Soviética, o atacante e principal nome do futebol brasileiro, Edson Arantes do Nascimento (Pelé), conclamou a todos para que comparecessem à Cruzada do Rosário para assistir à fala de Padre Peyton (PADRE, 1962).

A ampla infraestrutura aliada à máquina de propaganda tornou a cruzada, mais do que um evento religioso, um acontecimento público e político. Dessa forma, assim como havia ocorrido no Recife, na Guanabara várias personalidades públicas estiveram no palco principal da concentração na Candelária para rezar o terço cujos mistérios foram dirigidos pelo governador Carlos Lacerda; o deputado Lopo Coelho; o desembargador Sady de Gusmão; o camponês Valdomiro Lopes e o operário Anchieta, coordenador do Círculo Operário (PADRE, 1962). Como resultado dos meses de preparação que antecederam a Cruzada, novamente um número expressivo de fiéis compareceu ao evento. Mais de um milhão de pessoas acompanharam a missa, a pregação de Peyton e rezaram o terço em torno da Candelária. Nos impressos, as manchetes classificaram o Rio de Janeiro como a “capital da fé.” (MENSAGEM, 1962, p. 15).

Não é preciso adentrarmos aos poscênios das Cruzadas do Rosário em Família nos anos de 1963, ocorridas em Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Os mesmos processos de articulação foram replicados nas demais capitais brasileiras como singularmente evidencia o trabalho de Jose Guisolphi (2013). A metodologia organizacional de padre Peyton nos primeiros eventos ocorridos no Brasil nas cidades de Recife e Guanabara esclarecem que essas manifestações religiosas eram estruturadas principalmente graças ao empenho de intelectuais orgânicos do catolicismo, da CIA, da classe dominante brasileira e de parcela da elite política. O bispo D. Waldyr Calheiros de Novaes em entrevista à Fundação Getúlio Vargas recorda parte do processo de organização das Cruzadas de Peyton:

Os empresários norte-americanos e seu governo patrocinaram uma intensa campanha contra o comunismo e injetaram muito dinheiro na sua promoção. A Cruzada do Rosário, comandada pelo padre Payton, um norte americano que pregou esse movimento por toda a América Latina, chegou a nós com o que havia de melhor: máquinas projetores, filmes dos mistérios de Nossa Senhora bem dramatizados... Foi muito bem planejada, souberam fazer. E aproveitando-se da religiosidade do nosso povo brasileiro, pegaram nosso ponto franco, que é a forte devoção ao terço, a Nossa Senhora. Com isso, ainda mais animado por um padre, contaram com a simpatia da Igreja (COSTA et al., 2001, p. 65).

Ao prover os recursos necessários para a realização das Cruzadas do Rosário em Família no Brasil, a classe dominante nacional e transnacional tinha dois objetivos: o primeiro, era popularizar uma ideologia anti-comunista, pró-capitalista e liberal; o segundo talvez com

implicações mais práticas, era facilitar a vitória de candidatos de direita e extrema direita nas eleições de 1962. Porém, o relativo sucesso do campo de esquerda e do trabalhismo frustrou a segunda expectativa.

Em São Paulo, Jânio Quadros e José Bonifácio Coutinho Nogueira foram derrotados por Adhemar de Barros. No Rio de Janeiro, Badger da Silveira (PTB) foi eleito governador tendo como vice o candidato da mesma coligação Eloy Dutra (PTB-PSB). Os cariocas também deram vitória expressiva para Leonel Brizola, que pleiteava uma cadeira no parlamento como deputado federal. No estado de Sergipe, João Seixas Dória se elegeu defendendo uma plataforma nacional reformista. Superando as adversidades e a campanha difamatória de Cléofas, Miguel Arraes venceu em Pernambuco (DREIFUSS, 1981).

No Senado, os progressistas também obtiveram bom resultado, com 21 cadeiras para o PSD e 18 para o PTB. Enquanto isso, a UDN viu seu número de senadores reduzidos para 15. Na Câmara dos Deputados, o PSD formou a maior bancada, com 119 cadeiras, seguido pelo PTB, com 104 parlamentares, e a UDN ficou apenas com a terceira posição, com 97 deputados. Desta forma, as eleições demonstraram um eleitor afeito aos projetos da esquerda e do trabalhismo, o que sinalizou para as classes dominantes que uma mudança nas políticas do Estado só seriam alcançadas através da imposição (DREIFUSS, 1981).

Ainda assim, as Cruzadas do Rosário em Família patrocinadas em 1963 nas cidades de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre demonstram que as classes dominantes não estavam dispostas a abrir mão do artifício religioso como estratégia de convencimento político. O desafio era mobilizar os sentimentos de fé e transformá-los em ação política capaz de desequilibrar o bloco hegemônico representado por João Goulart e abrir brechas para a consolidação do regime autoritário, ou seja, para a imposição.

3.2 Desenhando as feições golpistas: os intelectuais leigos e o curso Atualidades Brasileira

O empenho do IPES em realizar palestras de três dos principais intelectuais católicos conservadores do período nos casos, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção e João Camilo de Oliveira Torres, reforça a ideia de que o instituto almejava aproximar de seu suporte ideológico elementos da compreensão de mundo cristã. Portanto, não foi desprezioso que em 1963 os intelectuais do Centro D. Vital tenham proferido comunicações versando sobre a “Atualidade Brasileira.”

É bom lembrarmos que o curso “Atualidades Brasileiras” era organizado pelo Grupo de Educação Seletiva (GES) e, depois de 1964, pelo Instituto de Formação Social. Os cursos tinham a finalidade de propagar a ideologia ipesiana a novos recrutas, ao mesmo tempo em que preparavam suas fileiras para agir como um bloco burguês de poder (DREIFUSS, 1981). As conferências da intelectualidade conservadora do catolicismo se fez presente no itinerário formativo dos ipesianos, especificamente depois das primeiras manifestações religiosas de padre Peyton, isto é, no momento em que a classe dominante viu potencialidade nas grandes aglomerações católicas, mas carecia ainda laborar o conteúdo político-religioso de suas organizações. É esse elemento político-religioso que foi elaborado pelos professores, como podemos visualizar analisando parcialmente a documentação gerada através dos cursos.²⁷

A conferência de Alceu Amoroso Lima divide-se em duas partes principais, a primeira sobre os dados fundamentais do Brasil e a segunda sobre a realidade brasileira. Para Lima,

²⁷ Trata-se de atas e textos parciais elaborados durante os cursos ministrados pelos intelectuais católicos. O material completo das palestras só pode ser acompanhado por quem efetivamente estava presente nas conferências.

a realidade brasileira só pode ser apreendida observando dados preliminares como: nosso espaço físico e geográfico, o desenvolvimento das instituições e a influência do passado colonial português na nossa configuração social (ARQUIVO NACIONALc, 1963).

Observadas essas características práticas, Lima começa a elaborar o que considerou como a realidade brasileira no seu período contemporâneo. Para o professor, desde 1930, o Brasil estava passando por uma revolução evolucionista em que no estágio presente verificava-se um momento de passagem da democracia imperial para a liberal. O pensador considerou que estávamos em um momento intermediário de transição, tal qual ocorreu entre 1822 com a independência do Brasil, e, em 1890, com o início do processo de proclamação da República (ARQUIVO NACIONALc, 1963).

Vivemos atualmente- e provavelmente viveremos nos anos subsequentes- tudo aquilo que as gerações da independência viveram na passagem da colônia para o império, e as da república na passagem do Império para a República. Estamos realmente num fenômeno de passagem. Por isso, essa consciência de instabilidade, de angústia, de inquietação, de precariedade, que domina hoje o homem brasileiro, é um fenômeno absolutamente objetivo, e não puramente subjetivo (ARQUIVO NACIONALc, 1963, p. 13).

Referindo-se ainda à conferência de Alceu Amoroso Lima, observa-se a ideia de progresso segundo a qual o Brasil estava em processo de desenvolvimento contínuo e etapista. E, para compreensão dessa realidade, era necessário questionar-se sobre o que representava a passagem da democracia liberal para a social considerando três aspectos mais importantes: econômico, político e cultural (ARQUIVO NACIONALc, 1963).

Na dimensão econômica, Amoroso Lima destaca o fenômeno da industrialização brasileira, que começa durante a Primeira República e se intensifica nos períodos entre guerras mundiais (1914-1939). A alteração do regime econômico provocou impactos em várias dimensões que perpassaram a economia, a sociologia, a cultura, os costumes morais, os domésticos e os religiosos. Como consequência, verifica-se o aumento também da sindicalização, que o palestrante classifica como “a promoção de uma nova classe- o que podemos chamar de politização do trabalho.” (ARQUIVO NACIONALc, 1963, p. 15-16).

Essa consciência política do trabalho é irreversível e constitui um dos elementos da transição da democracia liberal para a social, exigindo ainda que haja uma relação crescente entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores. Portanto, Lima sobreleva que a classe empresarial precisa estudar esse relacionamento entre patrão e empregado que é interdependente e constrói o momento transitório brasileiro. O conhecimento desse fenômeno que se processa no Brasil, por sua vez, evita uma defesa de classes baseada nos princípios reacionários e conservadores (ARQUIVO NACIONALc, 1963).

Encontramo-nos, então, ante ameaças comunistas ameaças disto e daquilo, criando-se um sentido de defesa contra tudo que perturbe a estabilidade, a ordem, porque pode ser em proveito daquelas ameaças ou, mesmo, propiciar abusos. Enfim, é o fenômeno de endurecimento de certas classes contrareformas, contra o espírito dessa passagem de evolução liberal (ARQUIVO NACIONALc, 1963, p. 18).

Alceu Amoroso Lima continua já na sua parte final da digressão observando que a não compreensão da realidade brasileira no que compete a esses pontos estimula a crise dos partidos políticos que acabou transformando a oposição em conspiração política permanente:

Todo esse fenômeno que se passa de 1930 até esta data, na organização partidária, são precisamente de composição dos partidos, à base de uma pluralidade de ideologia nacional até internacional, com partidos novos de tipo extremista ou radical, e alguns de caráter antidemocrático, extremistas, tanto comunistas como integralistas, alguns dos quais colocamos depois fora da legalidade. Este fato trouxe um fenômeno permanente, extremamente importante para a vida política do país, que é a transformação da oposição legal em conspiração contínua (ARQUIVO NACIONALc, 1963, p. 16-17).

As observações de Alceu Amoroso Lima foram nesse sentido pertinentes ao empresariado organizado na estrutura do IPES, uma vez que mesmo a favor de uma modernização que deveria ser garantida por reformas, o pensador entende que havia uma necessidade de tomada de consciência e intermediação das classes dominantes para que fossem capazes de influir no que o pensador conceituou ao longo de sua palestra como período de transição entre a democracia liberal e a democracia social. Somente através da mediação das classes dominantes e da elite cultural, seria possível evitar os extremismos e a degradação dos partidos e da democracia.

As elaborações de Gustavo Corção irão ainda mais além no diagnóstico social, no destaque da classe dominante como protetora dos princípios democráticos e no papel da religião como formuladora da democracia ideal. No curso “A democracia e a Igreja”, Gustavo Corção salienta que o conceito de democracia não era uma questão para a doutrina da Igreja. Porém, o fato de que o tema tenha se tornado um problema humano fez com que a Igreja como “mãe e mestra” refletisse sobre alguns aspectos dessa doutrina política (ARQUIVO NACIONALd, 1963).

O ponto fulcral na abordagem de Corção é de que a democracia é um regime político que não resguarda ligação estreita com os sistemas econômicos. Ao mesmo tempo, o pensador, à guisa de textos produzidos nos pontificados de Pio XII e João XXIII, infere que no contexto religioso um regime democrático deve basear-se “na premissa de que o ser humano transcende ao mundo físico e é muito mais do que um simples átomo social.” (ARQUIVO NACIONALd, 1963, p. 9). Ainda nos referindo à palestra do escritor católico, a democracia deve levar em conta acima de tudo a valorização do indivíduo em contraposição completa a qualquer perspectiva que ambicione a coletivização dos homens.

(...) A democracia sob inspiração cristã, assegurando tal valorização, dá ao homem aptidão a vetar, hostilizar e combater, com vigor, qualquer mecanismo de escravidão, usando pelas concepções políticas totalitárias para alcançarem uma distribuição equitativa dos bens e das riquezas (ARQUIVO NACIONALd, 1963, p. 9).

Posto isso, Gustavo Corção alega que para existir democracia plena é necessário buscar a essência humana e a verdade das coisas, tornar os homens íntegros e bons capazes de reformar o sistema político destruindo os preceitos da não verdade, do maquiavelismo político. Nas considerações do pensador repousam uma forte crítica aos preceitos do socialismo que descreve como sendo pessimista em relação ao homem, é no momento em que tece essas considerações que o palestrante incutiu nos ouvintes uma crítica tenaz às reformas de base de Goulart enquanto associava o presidente ao socialismo (ARQUIVO NACIONALd, 1963).

Com todas as consequências de ordem material, a democracia é sobretudo uma atitude de alma, e, por isso, como sistema político ou de vivência humana, não se pode caracterizar por estruturas econômicas. Distingue-se, pois, pelo estado de espírito, pela maneira como vemos o mundo e a vida.

Os socialistas, com uma espécie de profundo pessimismo em relação ao homem, pensam solucionar os graves problemas da humanidade melhorando a sociedade de fora para dentro. Daí as estruturas, as reformas de base, como dizem, em primeira urgência, para que depois, como consequência, venha a felicidade do povo. Ao contrário disso, se alguma reforma deve ocorrer, que se processe de dentro para fora, e com ideal político a iluminá-la (ARQUIVO NACIONALd, 1963, p. 14).

Apesar do teor de idealismo hegeliano na concepção de democracia de Gustavo Corção, o pensador se pauta, sobretudo, nas encíclicas basilares da Doutrina Social da Igreja. Antes desse compilado de escritos, a Igreja Católica compreendia que a monarquia era o modelo de governo que mais se assemelhava aos princípios da cristandade, como lembra o próprio texto de Gustavo Corção ao inferir que, apenas em 1945, no pontificado de Pio XII, se fez alusão ao sistema democrático pela primeira vez (ARQUIVO NACIONALd, 1963).

O pouco apreço pela democracia não impediu que teólogos e pensadores da Igreja Católica tecessem considerações sobre democracia *versus* regimes totalitários como alude a palestra proferida por João Camilo de Oliveira Torres. O professor iniciou sua comunicação aos ipesianos definindo democracia, que, segundo ele, é uma forma de governo que subordina os poderes do Estado à lei e preserva como condição fundamental para seu exercício o consentimento dos cidadãos. A democracia também deve buscar “como finalidade o bem comum do povo e como limite os direitos fundamentais do homem.” (ARQUIVO NACIONALe, 1963, p. 21-22). A partir de então, Torres passa a esmiuçar essas características: o império da lei, as formas de consentimento dos cidadãos, o bem comum do povo e, por último, os direitos fundamentais.

Sem adentrarmos muito nas tecnicidades do conceito de democracia em João Camilo de Oliveira Torres, já que o texto derivante da palestra é elementarmente descritivo, vamos nos deter a expor algumas críticas do pensador ao sistema democrático brasileiro. Segundo o conferencista, um dos elementos do Estado democrático é que ele deve ser aberto a todos. Portanto, nenhum partido ou corrente de opinião pode monopolizar o Estado. Apesar de ser o governo das majorias, na democracia é necessário respeitar as minorias. Contudo, para Torres, os grupos minoritários brasileiros advogam-se como os detentores da verdade, monopolizando a cultura brasileira e combatendo os valores que a maioria acredita (ARQUIVO NACIONALe, 1963).

Paradoxalmente, o Estado brasileiro deixou de ser ideologicamente neutro, e o que é pior, é hostil aos pontos de vista da maioria. Tenho visto muitas deformações da democracia, esta, peculiar a um certo estado de espírito dominante em grupos intelectuais, é das mais engraçadas – o Estado deve estar a serviço das ideias defendidas pelos grupos escolhidos. Ora, se fossemos achar que o Estado deveria adotar a posição doutrinária da maioria, deveríamos ter religião oficial e ensino religioso obrigatório. Mas, a minoria de protestantes, agnósticos, espíritas etc., possuem direitos que devem respeitados (ARQUIVO NACIONALe, 1963, p. 26).

O que incomoda João Torres nesse sentido, não é que o Estado garanta o direito das minorias, mas que elas reivindiquem seus direitos. Em outras palavras, são as manifestações que afligem o pensador que parte do princípio de que o Estado concede de espontânea vontade e porque é justo os direitos da minoria. Ademais, este não é o único ponto presumivelmente autoritário na argumentação de Torres, ao definir o que é um Estado totalitário o professor católico acaba justificando e amenizando a ditadura.

A ditadura, por definição, é um governo não um “regime” e, principalmente, um governo de caráter transitório. É uma supressão, por um prazo teoricamente limitado (embora na prática se dilate indefinidamente...) das formas do direito vigente, em vista de um fim precioso. (...). As ditaduras podem ser apenas políticas, isto é, a supressão das garantias constitucionais e das liberdades democráticas, sem alteração na vida social (...) quando procura usar dos poderes ilimitados de que possui, para a realização de um programa social qualquer, que não poderia, segundo os dirigentes, ser executado em regime regular (ARQUIVO NACIONALe, 1963, p. 27).

Veremos no item seguinte que esta percepção sobre o que é um regime ditatorial de acordo com João Camilo de Oliveira Torres percorreu parcela significativa dos movimentos católicos antidemocráticos que passaram a atribuir às forças militares a capacidade de impor um projeto a curto prazo que afastasse a suposta ameaça comunista personificada pelo presidente João Goulart. Todavia, antes de passarmos a essa análise, vamos recapitular a argumentação dos pensadores leigos do catolicismo exposta no curso Atualidades Brasileiras, assinalando fundamentos comuns sob os quais se assentavam seus diagnósticos da sociedade e da democracia brasileira.

A tríade leiga do catolicismo fazia um diagnóstico bastante alarmista sobre a situação brasileira. Alceu Amoroso Lima argumentou que a atualidade brasileira era caótica devido ao momento de transição da democracia imperial para a liberal, por isso a extensa instabilidade e inquietação que tomava o povo brasileiro (ARQUIVO NACIONALc, 1963). O ceticismo quanto ao diagnóstico da realidade brasileira também está presente no curso de Gustavo Corção. Segundo sua perspectiva, o Brasil passava por um momento de ilusão da posse em comum, uma convicção ingênua de que através da distribuição de riquezas a humanidade seria feliz (ARQUIVO NACIONALd, 1963). Por fim, ressalta-se também o pessimismo de João Camilo de Oliveira Torres, cuja análise partiu do princípio de que a democracia brasileira era incipiente e que estava à beira do totalitarismo (ARQUIVO NACIONALe, 1963).

Diante disso, observa-se que há, por parte dos intelectuais orgânicos do Centro D. Vital, um esforço no sentido de elaborar teses que aliavam os temas da democracia, da política e da religião. Estes insumos epistemológicos que não foram apenas construídos por essas três conferências, mas que podem muito bem ser representados por elas, uniram-se a campanhas e movimentos altamente baseados no moralismo cristão e na pregação anticomunista.

Alimentados e estruturados pela classe dominante e o clero religioso as organizações massificaram a ideia de que havia a necessidade de destituição do governo e de intervenção das Forças Armadas. Refiro-me nesse caso a grupos como: União Nacional de Associações Femininas, Associação Cristã dos Moços (ACM), Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), União Cívica Feminina (UCF), Campanha para Educação Cívica (CEC), Campanha da Mulher Brasileira, Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), Liga Independente para a Liberdade, Movimento Familiar Cristão (MFC), Confederação das Famílias Cristãs (CFC), Liga Cristã Contra o Comunismo, Cruzada do Rosário em Família (CRF), Legião de Defesa Social, Cruzada Democrática Feminina no Recife (CDFR), Associação Democrática Feminina (ADF) e Liga de Mulheres Democráticas (LIMDE). No tópico a seguir acompanharemos dois desses movimentos fundamentais: a União Cívica Feminina (UCF-SP) e a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE-RJ).

3.3 Do lar às ruas: senhoras e sacerdotes e a ação política da classe dominante

A participação política feminina nos movimentos de desestabilização e consolidação da ditadura civil-militar não é tema recente na historiografia, pelo menos desde que se passou a investigar os elos civis desse período histórico. Os estudos mais expressivos deram conta da intensa participação das mulheres na organização e execução das grandes mobilizações contra João Goulart, como é o caso da “Marcha da Família com Deus.” (SOUZA, 2018, p. 391).

Outra dimensão também já abordada pela historiografia é a de que essas associações femininas nasceram em centros urbanos, com grande suporte empresarial e no contexto de tensão política entre esquerdas e direitas. Organizações como a União Cívica Feminina de São Paulo (UCF-SP), a Campanha da Mulher pela Democracia do Rio de Janeiro (CAMDE-RJ) e a Liga da Mulher Democrática de Belo Horizonte (LIMDE-MG), foram organizadas e viabilizadas graças ao patrocínio sistemático do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). As ligas femininas também contaram com o apoio da Igreja Católica, de políticos e de militares inspirados pela doutrina de Segurança Nacional criada na Escola Superior de Guerra (ESG) (SOUZA, 2018).

Tão importante quanto a ajuda financeira que setores do empresariado conferiram às ligas femininas foi a *expertise* intelectual e estrutural que a Igreja Católica forneceu através de seus clérigos a essas senhoras organizadas. É este ponto que aspiramos abordar nessas linhas a seguir, muito embora restritos às experiências que se desdobraram da inter-relação entre ipesianos, intelectuais católicos, Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE-RJ), União Cívica Feminina (UCF-SP) e Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE-MG). A escolha deste recorte deve-se ao fato de que essas experiências ocorreram nos maiores centros urbanos do país e que, por isso, possuíam grande impacto político.

Conforme descreve Janaina Cordeiro (2008), no início da década de 1960, surgiram por todo país entidades cívicas femininas que se apresentavam publicamente como mães, esposas e donas de casa, de perfil conservador e anticomunista. Tinham como finalidade principal “alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideias sempre defendidos no Brasil cristão e democrático.” (CORDEIRO, 2008, p. 30).

O primeiro grupo deste tipo a surgir no cenário nacional foi a União Cívica Feminina em São Paulo, suas reuniões inaugurais deram-se ainda em 1961, mas apenas em 1962 se organizaram como entidade cívica (CORDEIRO, 2008). O grupo feminino se institucionalizou depois de uma série de palestras patrocinadas pela Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), os encontros tinham forte apelo anticomunista e lotavam auditórios com a presença feminina. Entre os patrocinadores das conferências da (SEI) estavam professores, líderes católicos, intelectuais e empresários paulistas, entre eles o ipesiano Wladimir Lodygensky, que repassava informações dos movimentos sindicais ao instituto (SIMÕES, 1985). A colaboração e patrocínio do IPES foi primordial para a fundação da UCF como a própria entidade reconhece em seu relatório:

(...) aqueles empresários já haviam levado a seus lares o grande problema, familiarizando suas senhoras com aquele estado de coisas (...) aquela primeira reunião do grupo que se tornaria a UCF contou com várias senhoras cujos maridos pertenciam ao IPES, direta ou indiretamente (SIMÕES, 1985, p. 29).

Em entrevista realizada no ano de 2006, uma das sócias e fundadoras da UCF-SP Maria Violeta Souza Leite, revela que a ideia de organizar o grupo feminino partiu dela quando ainda prestava serviços como tradutora, intérprete e secretária do IPES-Sp. Na ocasião, Maria Violeta diz ter tido contato com relatórios produzidos por membros do instituto que atestavam para a possibilidade concreta de comunização do Brasil, foi então que passou a convencer os homens do IPES a patrocinarem as incursões femininas (SESTINI, 2008).

Mesmo sem uma sede própria, não por falta de recursos, mas por estratégia para evitar possíveis represálias, a UCF-SP se estruturou e a iniciativa de formar grupos femininos para combater o comunismo e preservar a família e os valores cristãos ganhou outras cidades do Brasil. “A dinamização das demais entidades em outros estados e cidades brasileiras sempre acontecia com nomes diferentes, para dificultar uma possível perseguição política por parte do governo de João Goulart.” (SESTINI, 2008, p. 35).

Porém, se os nomes de cada liga feminina eram diferentes, a estratégia de elaboração, fomento e estruturação dos grupos parece resguardar elementos comuns, como os valores cristãos acentuadamente compartilhados e a proximidade com empresários, líderes ipesianos e militares da alta patente. Para Heloísa Starling, as organizações femininas foram custeadas, organizadas e orientadas politicamente pelo IPES em vários estados do país. Essas senhoras, que atuavam de modo semelhante, não iam às ruas como cidadãs, mas como mães, esposas, noivas, irmãs e filhas. Assim, a classe dominante organizada recorreu à “mística feminina” para empreender uma ampla campanha contra o governo de Goulart (STARLING, 1986).

O elo entre líderes ipesianos e os movimentos femininos era tão expressivo que o parentesco com filiados ao instituto passou a ser um dos pré-requisitos para a formação dos comitês diretores. Isso se processou tanto na UCF, quanto na CAMDE e em outras ligas femininas. Outro critério importante para formação dos quadros de lideranças era de que a mulher tivesse como função principal ser “dona de casa”, não exercendo na maioria das vezes atividade remunerada. “Suas vidas estavam voltadas para o cuidado com a família, o lar e atividades de cunho social, religioso filantrópico, que eram as atividades públicas reconhecidas na época como espaço legítimo e natural das mulheres de bem e bens.” (SIMÕES, 1985, p. 46).

Na organização paulista União Cívica Feminina, a primeira presidente foi Regina Figueiredo da Silveira, irmã de João Batista Leopoldo Figueiredo, que era presidente do IPES, membro, orientador e conselheiro diretor do Comitê Executivo e do Conselho Executivo Nacional do instituto. O cônjuge de Regina Silveira, Oswaldo Breyne da Silveira era outro importante membro do IPES-SP e exercia atividades no Grupo de Ação e Estudos e no Comitê Diretor, foi também filiado à União Democrática Nacional (UDN) e conselheiro de Entidades Democráticas (CED) (SIMÕES, 1985).

Outras mulheres que tiveram postos de comando na UCF e que possuíam vínculos parentais com líderes ipesianos foram Grace Ulhoa Cintra e Yvette Silveira Carvalho, que ocupou a 3ª presidência da UCF e, posteriormente ao golpe civil-militar, tornou-se presidente do grupo. Yvette Silveira Carvalho era irmã de Oswaldo Breyne da Silveira, empresário e membro ipesiano. Por sua vez, Grace Cintra era esposa do professor Ulhoa Cintra, que foi reitor da Universidade de São Paulo (1960-1963) e membro do IPES-SP, tendo se tornado, posteriormente ao golpe civil-militar, secretário de Educação do estado de São Paulo na gestão Abreu Sodré (1967-1971) (SIMÕES, 1985).

A presidente do Movimento de Arregimentação Feminina, outra grande entidade do mesmo tipo, era Antonieta Pellegrini, irmã de Júlio Mesquita Filho, dono do *jornal O Estado de São Paulo*, órgão de imprensa patrocinado pelo IPES e que fazia intensa propaganda anticomunista e anti-Goulart. No Rio de Janeiro, a presidente da CAMDE era a senhora Amélia Molina Bastos, irmã de Antônio de Mendonça Molina, membro do Serviço Secreto

do Exército e nome importante no IPES-RJ. Amélia Bastos era casada com Virgílio Alves Bastos, general-médico. A presidente da CAMDE também era cunhada do general Justino Alves Bastos, comandante do IV exército. A vice-presidente da CAMDE, Dona Eudóxia Ribeiro Dantas era casada com o membro do Conselho Orientador Regional e Nacional do IPES, o empresário José Bento Ribeiro Dantas, presidente do Cruzeiro do Sul e do Centro das Indústrias do Rio de Janeiro (SIMÕES, 1985).

A vice-presidente e, posteriormente, presidente da LIMDE em Belo Horizonte, Ana Maria Bragança, era outra a ter fortes vínculos com generais e conspiradores ipesianos, sendo casada com Elcino Lopes Bragança e cunhada do general José Lopes Bragança. Lydia Magon Villar, membra da diretoria, era esposa de Aluísio Aragão Villar, líder do IPES mineiro. Outras componentes do conselho da LIMDE eram Julieta Macedo e Gilda Bernardes, a primeira era mulher de Josafá Macedo, grande latifundiário, banqueiro, presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais (FAREM) e membro do IPES. A segunda, Gilda Bernardes, era cônjuge de Gabriel Bernardes Filho, proprietário de terras, diretor da Cia. Força e Luz de Minas Gerais e vinculado ao IPES (SIMÕES, 1985).

Igualmente importante aos profundos vínculos parentais entre as lideranças dos movimentos femininos com empresários, militares e membros do IPES era o relacionamento dessas senhoras com padres e intelectuais católicos. Como pondera Dharana Sestine, o perfil de feminilidade das mulheres que na década de 1960 estavam organizadas nas ligas femininas era especialmente ditado por padrões ligados ao catolicismo. Neste caso, a mulher deveria destinar-se às funções domésticas: “cuidados com o lar, educação dos filhos e zelo pelo marido.” (SESTINI, 2008, p. 45).

Foi através da ação complementar de cônjuges, familiares e clérigos que as mulheres da classe dominante puderam justificar sua atuação pública e política. Em outros termos, parcela dessas senhoras foram convencidas e estavam empenhadas a agir para defender seus valores familiares e cristãos como relembra Amélia Ruth Borges:

(...) todas elas (todas as entidades femininas) se englobaram nessa causa de rezarmos juntas para preservar os valores que nós chamávamos de “valores permanentes” que seriam a democracia do Brasil, o direito individual e a família. Como nós víamos, naquela época, o que estava acontecendo nos países da então União Soviética e sabíamos por inúmeros depoimentos do que estava começando a acontecer em Cuba por meio de exilados que vinham pra cá e nos contavam que as igrejas tinham sido transformadas em depósito de colchões! Eu mesma vi fotografias. Isso nos países da antiga União Soviética já tinha acontecido há muito tempo. Eu mesma tinha vários testemunhos disso. Pessoalmente eu não me conformava com isso! (SESTINI, 2008, p. 35).

Esse processo de convencimento e de estruturação para ação foi em grande medida alimentado pela estrutura do IPES e seus similares. No entanto, o envolvimento direto de sacerdotes na orientação e direção dos grupos femininos contribuiu em ampla medida para instigar os valores cristãos e torná-los propulsores para intervenções políticas como é perceptível ao observarmos os casos da CAMDE e da LIMDE.

No Rio de Janeiro, a CAMDE contou desde o princípio com o apoio do pároco de Ipanema Frei Leovigildo Balestieri. O sacerdote, conhecido como “padre pop e empresário”, chegou em Ipanema no ano de 1939, logo após a inauguração da Igreja Nossa Senhora da Paz. Pouco depois, fundou ao lado da igreja a Casa Nossa Senhora da Paz, que prestava serviços sociais à comunidade. Para sustentar a obra de caridade, o padre criou no subúrbio uma indústria de azulejos e tornou-se o controlador do guarda-volumes da Central do Brasil.

Já no ano de 1952, inaugurou o Cine Pax. Em terrenos adjacentes à igreja, também abriu um ringue de patinação (o Gelorama), um boliche e um teatro de arena. Durante os anos 60, fez amplas campanhas de captação de recursos para as obras da Igreja. Dez anos depois, em 1970, tornou-se membro de um poderoso grupo empresarial que possuía investimentos nos ramos de hotelaria, turismo, exportação e até mesmo participação no Canecão (CASTRO, 1999).

Em 1973, o padre adquiriu o controle total da Corretora Libra, *trading company* que atuava no ramo de serviços do comércio exterior. Na mesma época, auge da especulação imobiliária em Ipanema, o sacerdote realizou várias reuniões com investidores para construir um hotel no terreno de uma Igreja. A ideia evoluiu e passou a ser considerada a construção de um *shopping*. Todavia, o empreendimento não foi à frente por conta de uma intensa campanha contrária do jornal *Pasquim* (CASTRO, 1999).

Não foi apenas no ramo empresarial que o frei Leovigildo Balestieri foi exitoso. O padre, juntamente com Glycon de Paiva e o general Antônio Mendonça Molina, foram mentores de Dona Amélia Molina Bastos, que foi impelida por eles a criar a Campanha da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia (CAMDE), como fica exposto no relato a seguir:

No dia 14 de junho, D. Amélia Molina Bastos reunia em sua casa, à rua Barão de Jaguaribe, 221, a “Célula de São Francisco de Assis”, a qual congregava metade dos moradores da quadra em que reside e da qual era chefe. O vigário da paróquia, Frei Leovigildo Balestieri, o General Antonio de Mendonça Molina, irmão de D. Amélia e o Dr. Glycon de Paiva, engenheiro e economista, seu vizinho, compareceram a essa reunião.

O vigário referiu-se à situação política do país e o general, integrado num movimento de âmbito nacional em prol da democracia, expos, segura e dramaticamente, os acontecimentos, pedindo a Dr. Glycon de Paiva idêntica exposição com referência ao seu setor de trabalho, já que ambos, em setores diversos, lutavam pelo mesmo ideal.

Profundamente impressionada pelas declarações dos três senhores, teve D. Amélia uma visão clara do perigo que ameaçava nossa pátria. Estimulada por eles, decidiu-se a agir. Frei Leovigildo declarára (sic), convicto: “Esta é a terrível situação e os homens não podem fazer nada, porque estão fracassados. Mas a mulher pode, é uma força nova, de grande influência que, se quiser, ainda salvará o país.” Todos procuraram estimular as senhoras presentes, sobretudo o general que, a partir daquele momento, foi orientador do movimento.

No dia seguinte, trinta senhoras dirigiram-se ao vespertino de maior circulação do país, “*O Globo*”, levando um protesto contra a indicação do Sr. San Tiago Dantas para primeiro ministro. Alguns dias depois, convocado por uma das senhoras que haviam estado presentes à reunião em casa de D. Amélia, um dos diretores de “*O Globo*”, Dr. Rogerio Marinho, ofereceu à incipiente organização feminina, para seu lançamento, o auditório daquele jornal. (...) Aconselhada, porém, pelo Dr. Marinho, organizou “uma bola de neve”- cada senhora convocando cinco amigas e cada uma dessas convocando outras cinco e, assim, sucessivamente. Foram, ainda, às igrejas católicas, protestantes e israelita, pedindo seu apoio.

O auditório foi lotado. Convidado, o deputado Armando Falcão expos “A verdade sobre a situação brasileira”. Foi lançado um manifesto incitando a mulher brasileira à ação, de norte a sul, para o fortalecimento da Democracia em todo país. Era o dia 12 de julho de 1962.

Estava criada a Campanha da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia, CAMDE (ARQUIVO NACIONALd, 1964, p. 88).

Como revela a longa transcrição, a participação de frei Leovigildo foi tão elementar [ou fundamental?] quanto a dos demais agentes envolvidos na fundação da CAMDE. O padre não só forneceu sustentação intelectual como também abriu as portas da igreja de Nossa Senhora da Paz para a realização dos encontros do grupo (SIMÕES, 1985). Processo similar em relação ao apoio eclesialístico, deu-se na Liga da Mulher pela Democracia em Minas Gerais com os padres João Botelho e Caio Cândido de Castro, prestando assessoria intelectual ao grupo de mulheres. Os sacerdotes eram engajados na ala conservadora da Igreja mineira cujo maior expoente era o arcebispo de Diamantina D. Geraldo Proença Sigaud (GOVERNO, 2017).

O clérigo José Cândido de Castro era membro da Comissão Coordenadora do grupo Novos Inconfidentes, organismo que surgiu como uma das estratégias do IPES mineiro para expandir seu apoio na esfera das elites tradicionais do estado e que para isso se apropriou de elementos da Inconfidência Mineira, legitimando desta forma a conspiração contra o governo janguista. Para além do apoio da ala ultramontana da Igreja Católica, que permitiu ao IPES/Novos Inconfidentes realizar sua pregação ideológica ao conjunto de organizações da igreja, alinharam-se ao grupo: militares, profissionais liberais, estudantes universitários, latifundiários e empresariado mineiro (STARLING, 1986).

Parte significativa da ala militar dos Novos Inconfidentes já estava na reserva, mas havia também a participação ativa de oficiais graduados em atividade como o coronel Dióscoro Gonçalves do Valle que comandava o 12º regimento de Belo Horizonte. Ainda eram ativos no grupo agentes graduados da polícia militar, como o coronel José Geraldo de Oliveira, e seu antecessor no comando da força, o coronel José Meira Júnior. Merecem menção no referente ao aparato repressivo, a presença dos delegados da polícia José Rezende de Andrade e Fábio Bandeira de Figueiredo (STARLING, 1986).

No grupo de profissionais liberais e estudantes universitários, os Novos Inconfidentes reuniram jornalistas, como Aluísio de Carvalho Cunha e Dênio Moreira; professores universitários, entre os quais Alberto Deodato e Francisco Floriano de Paula; os médicos Lindorífico Esteves dos Santos e Francisco de Sousa Lima; alguns advogados, como Rúbio Ferreira de Souza e Isis Almeida; e por fim, os comerciantes Mário Phisnpson e Ennuis Athayde; e os estudantes universitários, Élcio Spínola de Castro, José Augusto de Figueiredo Branco e outros (STARLING, 1986).

Havia também na estrutura dos Novos Inconfidentes representantes dos latifundiários e do empresariado. Entre os latifundiários estavam nomes como Josaphat Macedo (Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais e membro da diretoria do IPES-MG), Evaristo de Paula (fazendeiro e líder político das regiões de Curvelo e Corinto) e Paulo Souza Lima (Presidente da União Nacional das Associações Cooperativas). Dos industriais e empresários se inserem Ademar de Carvalho Barbosa (USIMINAS), Augusto de Lima Neto (Companhia Telefônica de Minas Gerais), Gabriel Bernardes Filho (Companhia Força e Luz de Minas Gerais), Raimundo Silva de Assis (Companhia Fiação e Tecelagem de Pará de Minas), Nirlando Beirão (Companhia Mineira de Cerveja e Casa das Louças), Bráulio Carsalade Villela (Companhia Imobiliária de Santos Elói e Belgo Mineira), Flávio Castelo Branco Gutierrez (Construtora Andrade Gutierrez), José Luiz Andrade (Fundo Crescincio de Investimento), Luiz Gonzaga Fortini (Laminação de Ferro S/A- LAFERSA), entre outros (STARLING, 1986).

Da mesma forma que o padre Caio Castro, o clérigo João Botelho também mantinha estritas ligações com a classe dominante mineira. O sacerdote criou, em 25 de dezembro de 1956, o Movimento por um Mundo Cristão, ligado à Arquidiocese de Belo Horizonte. O MMC se definia como combatente das imoralidades, apoiador dos bons e sem qualquer

finalidade política. Junto com Botelho, a cúpula decisória do grupo era composta pelo padre jesuíta João Botelho, José Candido de Castro (vice-presidente) e João Luís de Freitas (secretário). Porém, na prática, o MMC funcionou desde o princípio como um canal efetivo de doutrinação ideológica da opinião pública utilizando-se para isso dos mais variados meios de comunicação (STARLING, 1986).

Na televisão, o movimento contava com um horário semanal na TV Itacolomi, nas rádios eram transmitidos “Hora do Angelus” pela rádio Inconfidência e “Por um mundo Cristão” das emissoras Jornal de Minas e Itatiaia (STARLING, 1986, p. 216). Em 1958, dois anos após ter fundado o movimento, o padre João Botelho passou a contar com um jornal impresso, o *“Movimento por um Mundo Melhor”*, com tiragem de cerca de vinte cinco mil exemplares (STARLING, 1986, p. 216).

Essa infraestrutura de comunicação tornou o MMC de padre Botelho notadamente importante para as pretensões dos conservadores mineiros. Logo vieram as sistemáticas contribuições financeiras de empresários e comerciantes que chegavam ao movimento de várias formas. O empresário Aluizio Aragão Villar, por exemplo, tornou-se membro da organização, alguns industriais do ramo de tecido fizeram a assinatura do jornal *“Por um mundo Melhor”* e passaram a distribuir aos seus operários. A senhora Marie Carsalade Villela uma assídua militante de LIMDE e esposa de Bráulio Carsalade Villela (diretor da Belgo-Mineira e membro do IPES) cedeu ao movimento sua sede própria (STARLING, 1986). Não tardou para que o IPES/Novos Inconfidentes se tornasse parceiro do empreendimento, forjando uma identidade comum em defesa da moral cristã e da ordem. Conforme disserta Heloísa Starling (1986):

(...) Se para os membros do IPES a ideia da Ordem significava um elemento de ordenação política e preservação do status quo, para as elites “tradicionais” reunidas nos Novos Inconfidentes a Ordem surgia invariavelmente associada à defesa dos valores morais tradicionais- a Família, a Religião e a Moralidade. Assim, embora para as elites o valor discursivo “para consumo externo”, os “Novos Inconfidentes” e o Movimento por um Mundo Cristão encontravam sua identidade inicial na mesma concepção autoritária e repressiva de sociedade. Em outras palavras, no fato de que “a civilização exige a moralidade.” (STARLING, 1986, p. 217).

Os casos de Frei Leovigildo, e dos padres João Botelho e Caio Cândido de Castro, denotam que os sacerdotes, embora no papel de dirigentes espirituais e mentores intelectuais na LIMDE, CAMDE e outros organismos católicos, eram também espécies de intermediários nas relações entre os interesses religiosos, a classe dominante mineira, a carioca e os fiéis.

O resultado da interação entre padres e mulheres da mais alta burguesia brasileira foi o aparecimento de organizações com plataformas políticas em que o teor além de fortemente anticomunista e anti-Goulart, agregava fundamentos do moralismo cristão que beirava o fanatismo religioso. Na declaração de princípios da LIMDE, a organização afirmava rejeitar com todas “as energias, históricas e atuais, da mulher mineira” qualquer reforma ou mudança fundamentada por ideologias estranhas e antipatrióticas que não prezasse pelas raízes nacionais (ARQUIVO NACIONALe, 1964, p. 36).

As senhoras da LIMDE afirmavam ainda possuir espírito ecumênico, mas declaravam-se cristãs e ambicionavam arregimentar todas as forças cristãs de Minas Gerais para lutarem por uma nova ordem social, política e econômica. Por esse motivo, não aceitavam “outras diretivas senão as do Evangelho de Cristo.” Apesar de se declararem apartidárias, o organismo reconhecia sua intenção de influenciar diretamente nas eleições (ARQUIVO NACIONALe, 1964, p. 36):

A LIMDE não se filia a nenhum partido político. Nem por isso, entretanto, se omite da política, pois visa tornar presentes e atuantes, nas estruturas políticas, os princípios cristãos do bem comum e da ordem social. Para isto, propõe-se a fazer intensa doutrinação dos princípios cristãos da política e só aceitar os candidatos a postos eletivos que respeitarem, obedecerem e se orientarem sem nenhuma sombra de dúvida, por esses mesmos princípios. A LIMDE jamais se prestará à promoção de candidatos ou aventureiros da política, de falsos líderes e eventuais reformadores que visem somente a agitação em seu próprio benefício (ARQUIVO NACIONALe, 1964, p. 36).

Por fim, como esperado a associação declarava-se integralmente anticomunista e justificava sua posição afirmando que a ideologia política era antidemocrática, totalitarista, estatizante, antibrasileira, anticristã e ateia. Em resumo, a LIMDE afirmava que a colaboração consciente com o comunismo não correspondia a princípios cristãos, pois “o cristianismo social e o comunismo são diametralmente opostos.” (ARQUIVO NACIONALe, 1964, p. 36).

É possível perceber que as intervenções políticas da CAMDE e da UCF se pautavam por princípios similares aos expostos na declaração da LIMDE, ou seja, por forte teor do moralismo cristão anticomunista. Logo após o momento de sua fundação, em 7 de agosto de 1962, as senhoras da CAMDE foram até a capital federal Brasília e levaram ao congresso 30 mil cartas pedindo para que não realizassem a delegação de poderes e o plebiscito que iria decidir entre parlamentarismo e presidencialismo (ARQUIVO NACIONALf, 1964).

Conforme aborda Janaina Cordeiro, as cartas enviadas pelos movimentos femininos procuravam apelar aos sentimentos de coragem e patriotismo político. Outro elemento apelativo era que essas senhoras falavam em nome da família brasileira, como mães e guardiãs. A autora ainda enfatiza que a antecipação do plebiscito para outubro de 1962 não ocorreu como inicialmente pretendia Goulart. Somente em janeiro de 1963 foi feita a consulta popular (CORDEIRO, 2009). Isso demonstra que a CAMDE e os movimentos femininos em geral já nas suas primeiras ações possuíam credibilidade política suficiente para interferir no curso da vida política nacional:

Este episódio é muito representativo do sentido das ações da CAMDE entre 1962 e 1964, qual seja, a mobilização a opinião pública para a causa anticomunista e, ainda que não explicitamente, contra o governo Goulart. (...) enfim, onde pudesse haver sinais de infiltração comunista, as mulheres organizadas em grupos de pressão levavam seu protesto. Independente de o governo atender ou não a essas reivindicações, é importante notar como as direitas brasileiras, nos anos que precederam ao golpe civil-militar, estavam organizadas em torno de determinadas demandas e eram capazes de realizar feitos importantes e grandiosos- como, por exemplo, o envio de 30 mil cartas ao Congresso- em benefício dessas reivindicações (CORDEIRO, 2009, p. 60).

Outras ações da CAMDE demonstram esse poderio de mobilização da entidade. No dia dos pais, em 12 agosto de 1962, a entidade fez circular por todos os jornais do Rio de Janeiro uma fotografia de Pavlik Morozov²⁸ para servir de alerta aos brasileiros que um

28 Pavlik Morozov era filho de camponeses pobres e líder do grupo Jovens Pioneiros em sua aldeia. Defensor afcionado da campanha de coletivização do governo soviético no campo, aos 12 anos denunciou seu próprio pai ao chefe local dos soviets. Durante as sessões do julgamento, Pavlik Morozov acusou o pai de falsificar documentos e vender favores aos kulaks (camponeses que resistiam à campanha de coletivização). O jovem também acusou outros camponeses de acumular grãos e retê-los das autoridades. Após as denúncias Morozov foi brutalmente assassinado por camponeses locais. Posteriormente aos fatos tornou-se mártir do regime soviético e seu modelo de comunista foi ensinado a várias crianças em idade escolar. Somente em finais do século 20 a memória de Morozov foi contestada e o regime soviético liberalizador passou a vê-lo como símbolo trágico das pressões que o stalinismo exercia sobre a família. BRITANNICA, Encyclopaedia. Juventude Comunista

filho comunista poderia se desvincular totalmente da família ao ponto de trair o próprio pai (ARQUIVO NACIONALf, 1964). Ainda em 1962, a CAMDE participou com vários delegados do 2º Congresso Interestadual do Sindicalismo e auxiliou os Círculos Operários Católicos na exibição de películas fílmicas nas favelas (ARQUIVO NACIONALf, 1964).

Durante 1963, a CAMDE continuou promovendo movimentos de grande repercussão, como a reunião em menos de uma hora de cerca de 400 senhoras que se dirigiram ao Ministério das Relações Exteriores para denunciar possíveis armas nucleares de Cuba e exigir que o Brasil respeitasse tratados internacionais. Também em 1963, a CAMDE em parceria com UCF enviou ao congresso 50 mil cartas contra a reforma constitucional e em favor da reforma agrária (ARQUIVO NACIONALf, 1964).

Em 1964, antes de se envolver ativamente nas organizações da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a CAMDE acusou o governo brasileiro de utilizar procedimentos similares a Cuba para selecionar professores de alfabetização, incluindo a distribuição de cartilhas comunistas na região Nordeste do país. Para comprovar seu ponto de vista, o grupo de mulheres fez massiva campanha midiática que incluía a publicação de artigos nos jornais e revistas de maior circulação nacional (ARQUIVO NACIONALf, 1964).

Expediente similar ao da CAMDE era adotado pela UCF em São Paulo com suas campanhas intensas na grande mídia e expressivamente anticomunistas. Em 1962, as senhoras paulistas organizaram um abaixo-assinado de residentes no estado reivindicando a manutenção do regime parlamentarista. As assinaturas foram entregues a Herbert Levy, presidente da UDN que leu o manifesto da UCF durante a sessão plenária. No texto elaborado pela organização, as senhoras clamavam para que houvesse uma nova oportunidade ao parlamentarismo justificando que o regime não havia operado da maneira correta no país porque os primeiros ministros tinham compromissos assumidos com o presidente da república João Goulart.²⁹

Outras campanhas apelativas levadas a cabo pela UCF ocorreram nos anos subsequentes, em 1963 e 1964. Um dos exemplos mais notórios foi a reação contra o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba que gerou um manifesto da entidade. No texto, as senhoras paulistas afirmavam levantar suas vozes contra a realização do Congresso porque não se solidarizariam com um regime de opressão, que criou o “paredon”, e que assim como a CGT do Brasil manipulava os trabalhadores. Por fim, as senhoras da UCF apelavam a “deus” para que inspirasse os governantes e proibissem o congresso no Brasil, para que o país não fosse palco daquilo que classificavam como “macabra comédia.” (A UNIÃO, 1963, p. 5).

No ano de 1964 as publicidades da UCF voltaram-se para a convocação das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, eram anúncios que mesclavam a convocatória para a manifestação de rua e um manifesto assinado por várias entidades cívicas como se verifica em uma edição da Folha de São Paulo:

Mulher Paulista

Mãe Paulista

Esposa Paulista

Irmã Paulista

O nosso direito de amar a Deus, e a liberdade e a dignidade de nossos maridos, filhos, irmãos, estão ameaçados pelos comunistas, primários em seus instintos e brutos em seus sentimentos.

Eles se acham em plena marcha para submeter o Brasil à escravidão da sua ditadura retrograda, anti-humana, anti-cristã e fracassada na quase faminta Rússia e na faminta China.

Russa: Pavlik Morozov. [S. l.], 1 jan. 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Pavlik-Morozov>. Acesso em: 15 jan. 2020.

29 O APELO das mulheres de São Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 26810, p. 3, 16 set. 1962.

Explorando condições difíceis que eles próprios ajudaram artificialmente a criar neste país da esperança e do futuro, os comunistas, altamente acumpliciados, preparam-se para o assalto final às igrejas de todos os credos e a todas as liberdades de todos os cidadãos.

Eles já mostraram a Cuba, na Hungria, na Tchecoslovaquia e na Romania como são capazes de transformar templos em centros de heresia e paganismo.

Vamos para as ruas antes que os inimigos cheguem as nossas igrejas!

Compareça a “Grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade que será realizada dia 19, partindo às 16 horas da Praça da República para a Praça da Sé.

Venha conosco, marche conosco ao lado de Deus e do espírito dos nossos heróis da Liberdade.

São Paulo, 18 de março de 1964 (MULHER, 1964, p. 2).

A classe dominante e parcela do clero religioso interessados em apoderar-se da imagem idílica das mulheres como “frágeis senhoras”, alimentou os movimentos femininos e paulatinamente os transformaram em organizações de contestação e oposição políticas. Essas senhoras da mais alta burguesia nacional tinham a intenção de atuar politicamente, como esclarecemos ao longo deste texto, mas a campanha anti-Goulart tornou-se prioridade quando passaram a associar o governo a tudo aquilo que elas aprenderam a odiar, ou seja, o comunismo e o ateísmo. Foi este labor ideológico cultivado a longo prazo que desagregou o tecido social brasileiro em três partes, os indiferentes, aqueles que estavam com João Goulart representados pelo comício da Central do Brasil, e aqueles que queriam o fim de seu governo retratados nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

3.4 Deus, a pátria e o dinheiro: preparativos para um golpe de Estado

Antes que se realizasse a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, houve um longo processo de maturação dos ideários antidemocráticos alimentados pela massiva campanha de opinião pública cujo principal enfoque eram as classes médias e as populações urbanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (IANNI, 1975). Anteriormente abordamos parte dessas movimentações observando sempre a conexão entre a parcela golpista dos religiosos e leigos católicos, e a classe dominante.

Mais uma vez, a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorrida em São Paulo, deixa evidente a participação de membros religiosos que além de emprestarem os elementos agregadores da fé para fins políticos, trabalharam para prover a captação de recursos, a divulgação e a infraestrutura necessária do evento.

No início de 1964, o presidente João Goulart resolveu andar pelas principais cidades do Brasil fazendo uma série de comícios com o intuito de informar os cidadãos e gerar pressão no Congresso Nacional pela aprovação das reformas de base (FERREIRA, 2004). O primeiro dessa série de eventos ocorreu em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, e contou com uma expressiva adesão popular. De acordo com as informações de Carlos Fico, depois de ouvir cerca de 3 horas de discursos acalorados, finalmente era chegado o momento de Goulart falar diretamente ao público presente (FICO, 2004). O presidente adotou um tom polido na maior parte de sua oratória, mas um escape foi o suficiente para causar um verdadeiro alvoroço que serviu como estopim para a organização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade (FICO, 2004). A fala foi a seguinte:

(...) não há ameaça mais séria para a democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares,

fazendo calar as suas reivindicações. (...) Ameaça à democracia, enfim, não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro, é explorar os seus sentimentos cristãos, na mistificação de uma indústria do anticomunismo, insurgindo o povo até contra os grandes e iluminados ensinamentos dos grandes e santos Papas que informam notáveis pronunciamentos, das mais expressivas figuras do episcopado nacional. O inolvidável Papa João XXIII é que nos ensina, povo brasileiro, que a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamento natural para a vida, o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos. (...) O cristianismo nunca foi o escudo para privilégios condenados pelo santo padre, nem também, brasileiro, os rosários podem ser levantados contra a vontade do povo e as suas aspirações mais legítimas. Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena minoria (GOULART, 2009, p. 81-82).

Continuando amparados pela narrativa de Carlos Fico, esta fala do presidente motivou Lucília Batista Pereira, neta de Rui Barbosa, cujo nome religioso era irmã Ana Lourdes a empreender um movimento em desacordo ao discurso do presidente e em defesa da força do rosário, assim teria surgido as Marchas da Família com Deus pela Liberdade (FICO, 2014).

Versão semelhante à descrita por Carlos Fico aparece no primeiro livro publicado após o golpe civil-militar organizado pelos periodistas do *Jornal do Brasil*. Segundo os jornalistas, a ideia da marcha paulista surgiu da freira Ana Lourdes logo depois de encerrado o Comício da Central. Em seguida, uniu-se à religiosa o deputado Antônio Sílvio Cunha Bueno (PSD-ARENA) e Conceição da Costa Neves (PSD). Foi então que passaram a fazer reuniões para esboçar a manifestação (DINES, 1964).

Já no primeiro encontro decidiu-se que a data do protesto seria 19 de março, nos festejos de São José, padroeiro da família. Foi também determinado o bordão do evento “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Aos idealizadores uniram-se muitas entidades femininas e cívicas que ajudaram a construir o itinerário da concentração que começou na Praça da República, foi em desfile pelas ruas Barão de Itapetininga, passando pela Praça Ramos de Azevedo, Viaduto do Chá, Praça do Patriarca, Rua Direita e terminando na Praça da Sé. Outras duas reuniões ocorreram, a última delas no dia 18 de março no auditório do Colégio Rio Branco, do Rotary Club (DINES, 1964).

O jornal *O Estado de São Paulo*, em sua edição de 1965 comemorando a Marcha da Família com Deus na capital paulista, também atesta que foi a freira Ana Lourdes a primeira idealizadora da campanha, que nasceu como o intuito de defender o rosário. Segundo consta no jornal, ela teve a ideia enquanto atendia os pacientes do Hospital de São Paulo e assistia à fala de João Goulart. No mesmo dia, a freira teve um encontro com José Carlos Pereira de Souza, Augusto Inácio Bravo e Cunha Bueno, que tinham se deslocado ao hospital para averiguar com Ana Lourdes e outras freiras os problemas da Escola de Enfermagem. Durante o encontro, Ana Lourdes convenceu os demais sobre a necessidade de prover o movimento. Foram então para a casa do deputado Cunha Bueno, onde fizeram algumas ligações (MARCHA, 1965).

Entre os primeiros convites para formar o comitê organizador da marcha estava o nome de André Faria Pereira, presidente do Conselho das Entidades Democráticas, organização

que reunia vários movimentos cívicos e que foi fundado em junho de 1963, durante um comício que acusava o governo de estar composto por elementos subversivos. Na ocasião do comício de 1963, André Pereira dividiu o palanque com Adhemar de Barros e Carlos Lacerda.

Boa parte das entidades cívicas foram convencidas por André Pereira para participar das marchas. Com a grande aceitação, instalou-se um comitê organizador na casa do general Agostinho Cortes. Logo após o golpe civil-militar, Cortes se tornaria chefe local do Serviço Nacional de Informações (MARCHA, 1965). Em 14 de março de 1964, reuniram-se as primeiras 50 pessoas que compuseram a organização da marcha na casa da senhora Rosita Peduti Nogueira.³⁰

Dois dias depois, uma nova reunião aconteceria no mesmo local na sala do fazendeiro Brás de Assis, estiveram presentes: D. Leonor Mendes de Barros, esposa do governador paulista; Oscar Thompson Filho (Secretário de Agricultura do Estado- SP); Silva Gordo (Secretário da Fazenda-SP); os parlamentares, Arnaldo Cerdeira Carvalho Sobrinho, Herbert Levy, Lauro Cruz, Nicolau Tuma, Conceição da Costa Neves, Atos Vieira, Cunha Bueno, Justino Hirata e Padre Calazans; os vereadores, Dulce Salles Cunha Braga e Padre Caio Alvim de Castro; o rabino-mor da congregação israelita paulista, o senhor Fritz Pinheiro; os poetas Guilherme Almeida, Abreu Sodré, Maria Pacheco Chaves, Ernesto Leme e J.B Isnard (OS PAULISTAS, 1964).

A mobilização civil crescia principalmente entre o empresariado paulista e seus associados. Foi então que os organizadores da Marcha resolveram buscar uma sede maior para alojar os materiais preparativos como uma central de P.B.X, máquinas de escrever, restaurantes e salas de preparação e discussão. Aventou-se a possibilidade de ocupação das sedes da Federação das Indústrias, Associação Comercial e Sociedade Rural Brasileira. No dia 16 de março, José Carlos Pereira de Souza e André Farias aceitaram a proposta de Sávio Almeida Prado, presidente da Sociedade Rural, e transferiram para a sede da entidade todo o material de divulgação da passeata (MARCHA, 1965).

Resolvida a questão da sede, intensificou-se a campanha de divulgação. O empresário Júlio Mesquita Filho, dono do jornal *O Estado de São Paulo*, colocou o veículo à disposição dos organizadores da marcha. O periódico passou a noticiar cotidianamente a grande adesão da burguesia à passeata. Outro empresário que prestou grandes serviços de divulgação foi José Ortiz Júnior, proprietário de uma litográfica que imprimiu todos os cartazes, gravuras, propagandas e circulares gratuitamente. O material foi distribuído para boa parte dos estabelecimentos comerciais pelo Clube dos Lojistas de São Paulo, que tinha como diretor o empresário José Júlio de Azevedo e Sá que recomendou aos comerciantes a fixação dos cartazes em suas vitrines (MARCHA, 1965).

O apoio do governo do Estado facilitou a presença dos funcionários públicos na marcha, posto que todas as repartições públicas encerraram seu expediente às 15:30 horas (OS PAULISTAS, 1964). Já a presença dos trabalhadores assalariados foi garantida graças ao empenho da FIESP e da Associação Comercial. No dia do evento, o expediente do operariado paulista foi reduzido e encerrado às 15 horas, mantendo-se apenas atividades essenciais nas fábricas. O mesmo aconteceu com os comerciantes que viram sua jornada de trabalho atenuada, já que os lojistas fecharam no horário em que a marcha estava agendada (MARCHA, 1965).

O grande empenho da classe dominante paulista foi reconhecido inclusive pelo embaixador norte-americano Lincoln Gordon, que, em entrevista, disse não ter sido preciso

30 A senhora Rosita Peduti Nogueira era esposa do industrial, publicitário e cafeicultor Brás de Assis Nogueira que exerceu mandatos de Vereador em Botucatu (1956-1959) e Deputado Federal de São Paulo pela ARENA (1966-1975). Assis Nogueira também dirigiu fazendas em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Foi diretor da empresa teatral Pedutti e da Associação Cristã de Moços, Vice-Presidente da Prox Produtores e Exportadores e membro da Associação Rural Brasileira e da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bras-de-assis-nogueira>.

investir dinheiro americano no empreendimento, seus amigos organizados no IPES deram conta de preparar a Marcha:

Não estava em São Paulo na época. Não gostaria de dizer que não houve qualquer apoio e simpatia de nossa parte, mas a iniciativa foi 100% ou 98% brasileira. Conheço alguns de seus organizadores, muitos são meus amigos, e o IPES (...) desempenhou um papel importante em sua preparação. Mas não precisava de nosso dinheiro. São Paulo estava cheio de dinheiro e, além disso, a Marcha não foi cara (ARQUIVO NACIONALc, 1961, p. 35).

Aos poucos, a ideia da religiosa Ana Lourdes foi ganhando a infraestrutura e a publicização necessária para um grande evento. Isso por conta do empenho da burguesia industrial e comercial paulista que marchou lado a lado com clérigos como: Frei Celso de São Paulo, Padre Calazans, Monsenhor Manuel Pestana e Frei Henrique Maria Pirassununga, conforme consta na lista de organizadores ativos da marcha (MATÍAS, 1964). Não se pode esquecer também da presença de padre Januário Baleeiro, Secretário de Educação e Cultura do governador Carlos Lacerda. Esses clérigos formavam um elo forte entre a Igreja Católica e movimentos da sociedade civil.

Januário Baleeiro que fez ativa convocação das entidades cívicas católicas para a manifestação e confirmou sua presença nas ruas da capital paulista (SÃO PAULO, 1963), quando assessorado pelos arcebispos de Belo Horizonte e São Paulo, D. Antônio dos Santos Cabral e D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, fundou a Congregação dos Oblatos de Cristo Sacerdote com a finalidade de cuidar de bispos e padres enfermos (CARVALHO, 2018). O frei Celso, de São Paulo, em 1961, foi um dos mentores da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de Rio Preto e era líder importante da Federação dos Círculos Operários de São Paulo (LAVRADORES, 1963).

O clérigo Benedito Mário Calazans tem um longo currículo e não atuava apenas na função sacerdotal, sendo também político eleito para o cargo de senador em 1958. Junto com os padres Antônio Godinho, Arruda Câmara e Pedro Vidigal, Benedito Calazans, formava a bancada conservadora do congresso (GASPARI, 2014). Teve papel tão ativo na organização da marcha que estava na primeira fila da manifestação junto com os deputados Herbert Levy, Conceição da Costa Neves, Ciro Albuquerque, Cunha Bueno, o senador Auro de Moura Andrade e o general Néelson de Melo.³¹ Chegando à praça da Sé, o padre discursou aos manifestantes logo depois de lida a prece da mulher brasileira. Findou o momento com a reza da “Ave Maria acompanhado pelo povo terminando com um Ave Maria do Brasil, abafado pelos aplausos.” (VOLTOU, 1964, p. 14-15).

Outro proeminente líder religioso que apoiou a marcha foi o Monsenhor Manuel Pestana, ordenado padre em 1952, tendo concluído o curso de teologia na Universidade Gregoriana, em Roma. Ao retornar para o Brasil, foi constituído coadjutor da paróquia de São Vicente por D. Idílio José Soares, bispo de Santos. Posteriormente, foi professor no seminário diocesano São José, em São Vicente. Na cidade de Santos, tornou-se professor e diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Sociedade Visconde de São Leopoldo, onde manteve contato com a Juventude Estudantil Católica (JEC) e com a Juventude Operária Católica (JUC). Foi também em Santos que recebeu o título de monsenhor, honraria papal a um eclesiástico que desempenha funções importantes na Igreja. Elegeu-se bispo por recomendação do pontífice João Paulo II, em 30 de novembro de 1978, e dirigiu a diocese de Anápolis (GO) por 26 anos (CATHOLIC, 2008).

Em entrevista publicada no ano de 1996, D. Manuel Pestana relata ter participado das marchas de modo convicto e que posteriormente a “revolução de 64 foi um alívio.”

31 Sobre isso, ver: DINES (1964) e VICTOR (1965)

(BORDONI et al. 1996) O clérigo afirma que havia uma situação insuportável desde 1963 e que, portanto, a melhor opção era destituir o governo e aderir à opção autoritária:

Sobre o período imediatamente anterior ao regime militar, não se tem mais coragem de dizer nada. Mas 1963 foi horrível. Vivi em Santos. Lá apenas neste ano, tivemos 97 greves (...). Meu pai, por exemplo, foi atacado porque não quis coletar contribuições para o Partido Comunista entre os operários da sua turma. (...) A revolução de 64 foi uma revolta popular, porque ninguém mais suportava aquilo. (...) Participei das marchas de modo convicto. Mas tive uma grande decepção, logo no 1º de Abril, quando foi eleito para vice-presidente o Alkmin (...).

João Goulart não foi tão inocente assim, mas era bastante útil. Felizmente, a maldade do homem é sempre maior do que sua inteligência, daí porque não existe crime perfeito. Jango foi vítima também, mas uma vítima consciente. Fazia parte da engrenagem (BORDONI et al., 1996, p. 1).

Falta ainda salientarmos a contribuição do próprio arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos. Mesmo que Arthur John Langguth alegue que D. Vasconcelos foi formalmente contrário à realização da passeata, uma vez que desconfiava da interferência de uma agência de publicidade norte-americana chamada *Mc Cann Erickson*, que teria atuado para arregimentar manifestantes, outros fatos mostram uma relação duvidosa por parte do cardeal (LANGGUTH, 1979).

É certo que D. Carlos Carmelo de Vasconcelos não compareceu no ato e isso frustrou a expectativa dos organizadores. Mas o cardeal, que também queria proibir que seus bispos e colegiais católicos participassem do ato, acabou sendo demovido da ideia depois de uma conversa com lideranças e organizadores da marcha. Só a ideia de não se opor e de liberar o rebanho para a manifestação seria suficiente para entendermos que não houve uma oposição tão contundente do arcebispo de São Paulo ao evento (MARCHA, 1965).

Para completar, temos que mencionar a grande recepção que aguardava os manifestantes na Catedral da Sé, principal sede do arcebispado. Ao chegar na praça, os líderes do movimento tomaram a escadaria da Igreja e de lá discursaram seguidos por badaladas dos sinos da torre principal. Houve ainda a recitação do terço dentro das dependências da catedral, contando inclusive com a participação das mulheres da União Cívica Feminina. Para fechar celebrou-se a missa com a presença de vários manifestantes que tinham tomado as ruas momentos antes pedindo o fim do governo de João Goulart (MARCHA, 1965).

Muito embora a participação das figuras religiosas mais proeminentes tenha sido mais bem documentada, é possível perceber o comparecimento de outros membros da hierarquia católica. É o caso da madre Terezinha, citada em entrevista de Paulo Egydio Martins (2007)³² como uma das idealizadoras da marcha, juntamente com André Faria Pereira, o advogado e líder das entidades cívicas:

É claro. Eu estava lá com minha mulher. Um grupo preparou a marcha, sob a articulação do André Faria Pereira, advogado em São Paulo (...) e da madre Terezinha, que fazia parte da Liga das Senhoras Católicas. Foi um movimento que causou um impacto enorme na opinião pública. Não foi nenhuma organização que

32 Fez parte do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro em 1952, tornando-se no ano seguinte superintendente do departamento de engenharia da Byington & Companhia. Entre 1954 e 1962 atuou na Byington e na função de gerente geral da Companhia Geral de Minas. Também em 1962 assumiu a presidência da Companhia Mineira de Alumínio S.A (ALCOMINAS-ALCOABRASIL). Foi um dos principais articuladores da Associação Dirigentes Cristãos de Empresas e atuou sistematicamente para a deposição de João Goulart. Após o golpe civil-militar ocupou o cargo de Ministro da Indústria e Comércio e contribuiu com os governos militares em outras ocasiões. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-egidio-martins>.

fez isso, posso garantir, houve uma adesão espontânea do povo. E isso abalou profundamente o governo de Jango (MARTINS, 2007, p. 180).

O impacto a que se refere o empresário não ficou restrito às cerca de 500 mil pessoas que acompanharam a marcha em São Paulo.³³ As passeatas se expandiram primeiro para o interior paulista, depois para as demais capitais do Brasil (BETT, 2010). Havia uma clara estratégia, antes mesmo da marcha paulista ser exitosa, de espalhar as manifestações por todo país como admite a presidente e a secretária da UCF-SP, as donas Acyr Guisard e Maria Paula Caetano da Silva (SESTINI, 2008). Os números da autora Aline Presot apontam que, entre março e junho de 1964, foram realizadas 69 marchas. Na maior parte delas havia lideranças e organizadores paulistas, mas os protestos tinham a capacidade de anexar elementos culturais e reivindicatórios de cada local que os abrigava (PRESOT, 2004).

No estado de São Paulo, várias cidades do interior fizeram edições da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Um elemento comum em todas essas produções era a presença de lideranças religiosas, em sua grande maioria padres do clero. No município de Jaú, o padre Joaquim Godoy discursou no palanque principal durante a marcha realizada no dia das mães (ARQUIVO NACIONALf, 1964). Na cidade de Assis, o evento foi promovido pela Liga das Senhoras Católicas, o bispo D. José Lázaro Neves marcou sua presença e falou aos manifestantes junto com outros padres da diocese (ARQUIVO NACIONALg, 1964).

Na cidade litorânea de Santos, a organização ficou por conta do deputado padre Vidigal que contou com a ajuda de seu irmão de batina, Marcelino Pires de Carvalho (ARQUIVO NACIONALh, 1964). Os munícipes de Capivari depois de receberem as bênçãos de padre Eusébio Van Aardweg, vigário da paróquia de São João Batista, percorreram a rua da cidade e se deslocaram em romaria para Aparecida (ARQUIVO NACIONALi, 1964).

No dia do aniversário de Itu, realizou-se a Marcha da Família com Deus, percorrendo grande parte das ruas da cidade. Ao final, houve a celebração da missa pelo capelão militar padre João Pheney de Camargo (ARQUIVO NACIONALj, 1964). O município de Jacareí abrigou outras cidades para sua marcha. Estavam representantes de Santa Isabel, Igaratá, Santa Branca, São José dos Campos, Guararema, Suzano, Ferraz de Vasconcelos e Poá. O clérigo e parlamentar padre Calazans marcou presença junto com os líderes da marcha paulista, os deputados Cunha Bueno e Herbert Levy (ARQUIVO NACIONALj, 1964).

Após a derrubada de João Goulart, em 31 de março de 1964, as marchas ficaram conhecidas como “marchas da vitória”, sendo que a maior delas ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 2 de abril de 1964, mesma data em que Ranieri Mazzilli declarou vaga a presidência da República, consumando assim o início do regime de exceção. Aliás, nos últimos suspiros da democracia, a Igreja Católica notabilizou-se ainda mais como instituição copartícipe da trama, desta vez sem esconder suas grandes figuras, em outros termos, o alto clero como bem explana Elio Gaspari (2014):

Na grande divisão ocorrida no país em março de 1964, a maior parte da hierarquia da Igreja pendera para o levante. Dera-lhe a base popular da Marcha da Família. D. João Rezende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, abençoara sob o sigilo a rebelião do governador Magalhães Pinto. D. Jaime de Barros Câmara, cardeal do Rio de Janeiro, fora ao ar dia 31 de março atribuindo à Virgem Maria, ao venerável Anchieta e aos quarenta mártires do Brasil a religiosidade e o patriotismo com que se organizava a Marcha da Vitória. Na tarde de 1º de abril, durante a guerra de boatos

33 Existem muitas controvérsias acerca do número de presentes, os próprios veículos de comunicação não chegaram a um consenso. O número que apresentamos foi noticiado pelos jornais O Estado de São Paulo edição de 20 de mar 1964, Tribuna da Imprensa edição de 20 de mar 1964 e Diário de Notícias na edição de 24 mar. 1964.

em torno das movimentações militares, foi o padre Benedito Calazans, senador pela UDN paulista, quem anunciou ao plenário que o general Mourão Filho já entrara no Rio de Janeiro. (chegaria só no fim da noite) e fora ao palácio Guanabara cumprimentar o governador Carlos Lacerda (coisa que não fez). Horas depois, acolitado pelo padre Antônio Godinho, vice-líder da UDN na câmara, tentara anexar o arcebispo de Brasília às manobras a proclamar vaga a Presidência da República (GASPARI, 2014, p. 241).

Incluem-se ainda neste rol importante, os arcebispos de Juiz de Fora e Diamantina, D. Geraldo Maria de Moraes Penido e D. Geraldo Sigaud, que felicitaram o governador mineiro Magalhães Pinto pela condução das tropas e a libertação do Brasil do comunismo (TODOS, 1964). Até mesmo D. Paulo Evaristo Arns, que se tornaria um grande defensor da justiça social, dos direitos humanos e crítico severo das práticas da ditadura civil-militar posteriormente, manifestou-se positivamente às tramas militares para destituir o governo.

Na época, bispo de Petrópolis, D. Arns se deslocou para Três Rios para abençoar a chegada das tropas do general Mourão Filho ao Rio de Janeiro (GOMES, 2014).

Assim, como admite D. Waldyr Calheiros de Novaes, as Marchas da Família com Deus, em São Paulo contaram com apoio imprescindível dos conservadores e do clero. No Rio de Janeiro a marcha chegou a ser oficializada pela Igreja, mesmo que a CNBB não tenha assumido. Mesmo assim, ficou a cargo de cada bispo local a responsabilidade de assumir ou não o evento (COSTA et al, 2001).

O ativo envolvimento de fração importante da Igreja Católica abarcando desde leigos, ao baixo clero até os postos mais altos de cardeais, arcebispos e bispos, nos mostra que não é possível mais tergiversar no reconhecimento de que a fé e os preceitos do catolicismo foram elementares na campanha da classe dominante contra o governo de João Goulart.

As Cruzadas do Rosário em Família, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, as ações políticas das Ligas Femininas e outros conjuntos de manifestações religiosas servem então para demonstrar-nos que havia uma base social disciplinada pela grande campanha de medo, insatisfação e religiosidade, levada a cabo pelo clero conservador, por políticos da oposição, por membros das classes médias, pela porção militar conspiracionista, e principalmente pelo grande empresariado nacional e transnacional. Essa fração da sociedade brasileira foi incapaz de conviver com o governo de João Goulart e preferiu jogar o Brasil no autoritarismo dos anos de ditadura. Restou à Igreja, como instituição, assumir a sua parcela de culpa 50 anos depois, quando a Conferência dos Bispos do Brasil admitiu que “a tomada do poder naquele ano foi um erro histórico do qual setores da Igreja fizeram parte.” (CNBB, 2014).

CONCLUSÃO

A cisão entre religião e Estado no período pós-proclamação da República impeliu a Igreja Católica a se reorganizar em vários âmbitos, inclusive no que se refere à reaproximação com a classe dominante. Essa readaptação garantiu que a instituição continuasse logrando benefícios sistêmicos perante o Estado e ampliasse sua ingerência nos assuntos políticos. Na antevéspera das eleições de 1960, a persuasão política de leigos engajados e de religiosos católicos havia se tornado um dos elementos primordiais para o sucesso ou declínio de uma candidatura, fato que se notabilizou principalmente entre os que disputavam a presidência da república.

Desta forma, atentamos que a Igreja Católica, mesmo passados 71 anos após perder seu *status* de religião oficial do Estado, continuou sendo um componente indispensável no enraizamento de propostas e ideologias políticas. Nesse caso, a Igreja Católica e seu cabedal religioso se tornou uma arena de disputa entre os mais variados organismos da sociedade civil, como lembra René Dreifuss ao afirmar que, em alguns casos, os grupos eram controlados exclusivamente pela classe dominante, como são as associações empresariais. Entretanto, em outros casos, existiu um intenso conflito de interesses, no qual o controle hegemônico estava em disputa. Nessa situação estavam clubes culturais, sociais e esportivos, associações profissionais e sindicais, e, por fim, a Igreja Católica (DREIFUSS, 1981).

A incorporação, por parte de algumas organizações da classe dominante brasileira, de delineamentos dispostos na Doutrina Social da Igreja e no Plano Emergencial de 1962 clarifica como se operacionalizou elementos do catolicismo para fins de mobilização social e política. Na declaração de princípios do Ipes, por exemplo, o instituto se diz norteado pela carta encíclica *Mater et Magistra*, texto elaborado pelo pontífice João XXIII, em 1961, e que atualizava a Doutrina Social da Igreja. A colaboração de padres, leigos e até mesmo membros do alto clero tornou associações como a ADCE e o Ipes capazes de agregar várias frações de classe em um processo de maturação ideológica multifacetada.

Empresários, religiosos e leigos passaram a se retroalimentar em um procedimento quase que endógeno. Por um lado, o empresariado viu no invólucro das ideias religiosas uma oportunidade para sacralizar seus interesses sociais, econômicos e políticos, por outro, frações dos religiosos serviram-se do capital empresarial para fortalecer sua agenda de mobilização conservadora. Na prática a convergência entre frações do empresariado e de religiosos católicos produziu inicialmente um inimigo metafórico materializado no anticomunismo.

Todavia, conforme a relação se estendeu para frentes amplas que abarcavam desde a doutrinação de trabalhadores em Círculos Operários, passando a campanhas para a Juventude Católica, até Ligas Femininas, se tornou possível eleger um inimigo político mais factível que aos poucos foi ganhando as feições de todo bloco histórico populista personificado na realidade por João Goulart. Ao tornar-se alvo desta vasta campanha de desagregação popular, o então presidente perdeu também sua sustentação política.

No âmbito social, frações da burguesia brasileira empenharam-se para viabilizar a opção autoritária, isso só foi possível graças ao processo de deterioração política do presidente levada a cabo por grandes campanhas de moralização travestidos de túnica, estolas e casulas. A recepção e a incursão de padre Peyton e sua Cruzada do Rosário em Família no território nacional, financiado com dinheiro de empresas nacionais e transnacionais e pelo governo estadunidense, foi o primeiro ato demonstrativo do que viria a ser construído mais adiante. Sucessivas manifestações na imprensa contra João Goulart e seus principais aliados políticos assinados por Ligas Femininas que se apresentavam como singelas donas de casa, mães, irmãs e filhas, preocupadas com o futuro da nação. Na retaguarda da ação feminina, mentores religiosos e massivo apoio financeiro de empresários e suas organizações.

Em 1963, através do curso “Atualidade Brasileiras”, as ideias religiosas que influenciavam diretamente essas organizações emergiram do subterrâneo. Nas sessões palestradas por proeminentes leigos do Centro D. Vital, ficam a mostra o que se elaborava sobre questões políticas, sociais e econômicas no íntimo dos movimentos católicos. Tratava-se de um diagnóstico alarmante, aliado a soluções para a democracia brasileira baseadas em percepções político-religiosas audíveis ao empresariado.

Paulatinamente a ideia de destituir o presidente ganhou forma e se massificou tomando as ruas de São Paulo no dia 19 de março de 1964 no evento conhecido como Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Os preparativos para a marcha evidenciam que, naquela altura, parcela dos políticos, empresários e religiosos estavam tão harmoniosamente aliados que foi possível tornar a ocasião um fenômeno de público em poucos dias de planejamento.

A marcha teve o mesmo *modus operandi* das Cruzadas do Rosário em Família: grande disponibilidade do empresariado em fornecer a infraestrutura necessária, ampla cobertura nos veículos de comunicação, farta contribuição de políticos da oposição, facilidades aos trabalhadores para comparecimento nas marchas, e por último, e não menos importante, colaboração de religiosos católicos que emprestavam seu poder de mobilização e seus discursos atemorizantes.

Depois de realizada a primeira marcha na capital paulista, outras manifestações do mesmo tipo vieram do interior do estado, a maior parte delas sempre contava com a presença de autoridades eclesiásticas. Finalmente os protestos se espalharam por várias capitais brasileiras na trama final do governo de Goulart. A deposição do presidente foi saudada por membros do mais alto posto da hierarquia católica, inclusive com nota oficial da CNBB condecorando o golpe civil-militar como observamos na última parte de nosso capítulo final.

Em vias de conclusão, é possível perceber que a contribuição de fração significativa da Igreja Católica no processo de desestabilização de João Goulart não foi circunstancial, diversos membros do baixo ao alto clero, além de leigos proeminentes foram protagonistas na gestação, na condução meticulosa e na execução do golpe civil-militar. Podemos afirmar então que assim como os quartéis, as empresas e os órgãos de comunicação, os salões paroquiais, as sacristias e as igrejas também fazem parte do cenário que permeou o golpe civil-militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (org.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

ALBERIGO, Giuseppe. O concílio Vaticano I (1869-1870). In: ALBERIGO, Giuseppe (Org.). História dos Concílios Ecumênicos. São Paulo: Paulus, 1995.

ALESSI, Gil. Bancada da Bala, Boi e Bíblia impõe ano de retrocesso para mulheres e indígenas. El País. São Paulo, 7 dez. 2017.

ALVES, Márcio Moreira. A Igreja e a política no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

AMORIM, Carlos Roberto Cunha. O Catolicismo Brasileiro no Golpe Militar de 1964. Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca.06 a 10 set. 2010.

ANDRADE, Juciane Rêgo de. Imunidade dos templos religiosos. Dissertação de mestrado em Direito defendida na Universidade Autónoma de Lisboa. Lisboa, 2017.

ANTCZAK, Richard; GOLDSCHMIDT, Laura. O Padre Peyton e as marchas da família com Deus pela liberdade. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v. 8, p. 125-136, fev. 2014.

ARAGÃO, Livia. Pilotis contam história da Universidade. Jornal da Puc. n.192. 2017. Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=692&sid=20> Acesso em: 02 jan. 2019.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. ESTUDOS AVANÇADOS, v.18, 2004.

AZZI, Riolando. História da educação católica no Brasil: Irmãos Maristas. São Paulo: SIMAR, 1996-1999.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BARRETO, Álvaro. Uma avaliação da produção historiográfica sobre os Círculos Operários. Anos 90, Porto Alegre, n.7, 1997.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Jânio Quadros. 8. ed. SP: Brasiliense, 1981.

BENJAMIN, Walter. O anjo da História. Tradução: João Barreto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BERRY, Jason. Render Unto Rome: The Secret Life of Money in the Catholic Church. Broadway Books, 2012.

BETT, Ianko. A (re)invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes impresas brasileiras e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. 2010. 261 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2010.

BORDONI, Luis Carlos; SILVA, José Maria; BELÉM, Euler; BARBOSA, Licínio. Entrevista com Dom Manoel Pestana. *Jornal Opção*, Goiânia, n. S/N, p. 1, jun. 1996. Disponível em: <http://porquenaodizem.blogspot.com/2008/12/entrevista-com-dom-manuel-pestana-filho.html>. Acesso em: 23 jan. 2020.

BORTONE, Elaine de Almeida. O instituto de pesquisas e estudos sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: o caso das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). 2018. 564 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BOTELHO, Marcelo de Azevedo. A censura moral de Jânio Quadros nas representações da imprensa católica do Estado da Guanabara em 1961. *Boletim Historiar*, n.08, mar/abr, 2015.

BRUNEAU, Thomas C. Catolicismo brasileiro em época de transição. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

CAMINHA, Pêro Vaz de. Carta a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. Parque Expo 98 s.a. Lisboa, 1997.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. 2012. 584 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CARLONI, Karla Guilherme. Marechal Henrique Teixeira Lott: A opção das esquerdas. Tese de doutorado em História Social pela UFF. Niterói, 2010.

CARVALHO, Samuel José de. Política e educação no Estado de São Paulo (1963-1964): a gestão do secretário Januário Baleeiro. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018.

CASTRO, Ruy. Ela é carioca: uma enciclopédia de Ipanema. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

CHAGAS, Carlos. A ditadura militar e os golpes dentro do golpe 1964-1969. Rio de Janeiro: Record, 2014.

CHAIA, Vera. A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990). São Paulo: Humanidades, 1991.

CNBB. Plano de Emergência para a Igreja do Brasil. Cadernos da CNBB, nº1, 2º Edição. Rio de Janeiro: Dom Bosco, 1963.

CODATO, Adriano; OLIVEIRA, M. R. de. A Marcha, o Terço e o Livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo - SP, v. 24, n.47, p. 271-302, 2004.

CORDEIRO, Janaina Martins. A nação que se salvou a si mesma: entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974). 2008. 158 p. Dissertação (Mestrado), Niterói, 2008.

CORREIA, Ronaldo Zandoná. Reflexões sobre economia e religião: seus principais pensadores e a igreja católica brasileira. 2003. 81f. Dissertação (Mestrado)- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2003.

COSTA, Celia Maria Leite. A campanha presidencial de 1960. FGV CPDOC, 2003. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Campanha1960/A_campanha_presidencial_de_1960 Acesso em: 20 de jan 2018

COSTA, Celia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth. (orgs) O bispo de volta redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

COSTA, Iraneidson Santos. Que papo é esse? Intelectuais religiosos e classes exploradas no Brasil (1974-1985). 2007. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

DANTAS, San Tiago. Política externa independente. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

DELLA CAVA, Ralph. Política a curto prazo e religião a longo prazo. Uma visão da Igreja Católica no Brasil. Encontros com a civilização brasileira, São Paulo, n. 01, p. 242-258, 1978.

DINES, Alberto et al. Os idos de março e a queda em abril. 2. ed. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. Sexta-Feira 13 na Central do Brasil. Revista Nossa História, Rio de Janeiro, v. 1, n.5. 2004.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 3.

FICO, Carlos. Com rosário na mão. Nossa História, Rio de Janeiro, v.1, n.5. 2004.

FICO, Carlos. O golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FREIRE, Jonis. Legados da administração jesuítica: comunidade e família entre os cativos da Fazenda de Santa Cruz, século XVIII. In: AMANTINO, Marcia; ENGEMANN, Carlos (org). Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

FRIDMAN, Fania. De chão religioso à terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz. Simposio: Estrategias productivas y transformaciones del espacio en el mundo rural. Uruguay, Brasil y Argentina (siglos XIX y XX). Segundas Jornadas de História Econômica. 1999.

GASPARI, Elio. A ditadura escancarada: as ilusões armadas. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GODOY, João Miguel Teixeira; MIGUEL. Bruna Aparecida. Centro D. Vital nos tempos de Alceu Amoroso Lima (1928-1950). Revista Brasileira de História das Religiões. Ano X, n. 28, Maio/Setembro de 2017.

GOMES, Marco Túlio Antunes. Entre a espada e a política: A candidatura Lott em 1960. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. Belo Horizonte, 2014.

GOMES, Paulo Cesar. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem. Editora Record: Rio de Janeiro, São Paulo, 2014.

GONÇALVES, Joaquim. Doutrina social da Igreja Católica. Questões de fundamentação teológica e filosófica. Didaskalia, Lisboa, v. 44, 2014.

GONÇALVES, Martina Spohr. Páginas Golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964). 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GORENDER, JACOB. A Burguesia Brasileira. 3ªed. Coleção tudo é história. São Paulo: Brasiliense, 1991 [1981].

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 5º Edição. São Paulo: Ática,1998.

GOULART, João. Discursos selecionados do presidente João Goulart. Organização Wanielle Brito Marcelino. Brasília: FUNAG, 2009.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere: notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUISOLPHI, Anderson. As Cruzadas do Rosário em Família e a atuação anticomunista do Padre Patrick Peyton no Brasil (1962-1964). 2013. Dissertação (Mestrado), Passo Fundo, 2013.

HAMILTON, Duda; MARKUN, Paulo. 1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil. São Paulo: Benvirá, 2011.

IANNI, Octavio. O Colapso do Populismo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LAGO, Pedro Aranha Corrêa do. A SUMOC como embrião do Banco Central: sua influência na condução da política econômica 1945-1965. Rio de Janeiro: PUC, 1982.

LANGGUTH, A.J. A face oculta do terror. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1979.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, n.57, 2009.

LÖWY, Michael. Marxismo e religião: ópio do povo? A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires, 2007.

MAGALHÃES, Felipe Santos. Varrendo a imprensa: a ascensão de Jânio Quadros e o periodismo paulistano (1947-1951). Projeto História (PUCSP), v. 95, 2007.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985). São Paulo: L&PM, 1986.

MARCHI, Euclides. A Igreja do Brasil e o plano de emergência- 1952/1962. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis: Edufsc, n.30. 2001.

MARTINS, Paulo Egydio. Paulo Egydio conta: depoimento ao CPDOC/FGV/ Organização Varena Alberti, Ignez Cordeiro de Faria, Dora Rocha. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2007.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da Economia Política. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATÍAS, Rodrigues. Marcha da Família com Deus pela Liberdade: um ato de fé numa hora de trevas. São Paulo: Empresa Gráfica Tietê, 1964.

MAYER, Jorge Miguel; XAVIER, Libânia. Jânio da Silva Quadros. FGV CPDOC, 2018. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>
Acesso em: 20 jan. 2018.

- MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço Plural, Ano XIII, n. 27. 2º Semestre 2012.
- MELO, Demian Bezerra de. O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. Marx e Marxismo. Vol. 2, nº2, jan/jul de 2014.
- MONTEIRO, Lorena Madruga. A romanização do catolicismo e os instrumentos de restauração católica dos Jesuítas. XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009.
- MOREIRA, Regina. Jaime de Barros Camara. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro-Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- MOURA, Priscila Carla. A atuação da religião na política brasileira contemporânea: Uma análise crítica dos projetos de lei da bancada evangélica no Congresso Nacional. Monografia de Direito apresentada na Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2017.
- PARKER, Phyllis R. 1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- PEDREIRA, Pedro Henrique; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- PINHEIRO, Fernando Antonio Filho. A invenção da Ordem: Intelectuais católicos no Brasil. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2007.
- PRESOT, Aline Alves. As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964. 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- PRESTES, Anita Leocadia. Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista. Expressão Popular: São Paulo, 2006.
- QUELER, Jefferson José. Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961). Tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.
- RAMÍREZ, Alberto. El contexto histórico de la elaboración de la encíclica “Rerum Novarum”. Revista Universidad Pontificia Bolivariana, v. 40, n. 133, 1991.
- RAMÍREZ, Hernán. Dinero y sotanas: una perspectiva de la imbricación de la Iglesia católica en el proceso político brasileño (1961-1970) a través de las fuentes del Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS). Estudios. Revista del Centro de Estudios Avanzados (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina), v. 42, p. 51-70, 2019.
- RIVERA, Paulo Barrera; FIDALGO, Douglas. Patrimonialismo pentecostal: novo patamar das relações entre religião e política no Brasil recente. Estudos de Religião, v. 33, ed. 2, p. 77-99, maio-ago. 2019.
- ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico. São Paulo: Kairós, 1979.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SALEM, Tânia. Do Centro D. Vidal à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon. (org) Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro. Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982.

SERBIN, Kenneth.. Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura; tradução Carlos Eduardo Lins da Silva- São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SESTINI, Dharana. A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe de 1964. 2008. 129 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SIMÕES, Solange de Deus. Deus, Pátria e Família: As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930- 1964). São Paulo: Paz e Terra, 1969.

SOARES, Edvaldo. Pensamento católico brasileiro: influências e tendências. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à ditadura militar em Curitiba (1964-1985). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 31, ed. 65, p. 390-411, setembro-dezembro 2018.

SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. As várias faces da Igreja Católica. Estudos avançados, 18(52), 2004.

SOUZA, Maria Inês Salgado de. Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.

STARLING, Heloísa. Os senhores das gerais: os Novos Inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o Golpe de 64. Coleção Tudo é História. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VICTOR, Mario. 5 anos que abalaram o Brasil: as ilusões armadas. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

YOUNG, Jordan M. Brasil 1954/1964; fim de um ciclo civil. Guanabara: Nova Fronteira, 1973.

FONTES

“MARCHA” abriu o caminho à Revolução. O Estado de São Paulo, São Paulo, n. 27580, p. 14-15, 19 mar. 1965.

“ÊSTE governo será duro e áspero”: JQ. Diário Carioca: O máximo de jornal, no mínimo de espaço, n.100003, p. 01, 01 de fev. 1961.

30 MIL voluntários da Cruzada, de casa em casa, a serviço de Deus e da paz. O Jornal, 12754, p. 10. 14 de dez. 1962.

A CULTURA popular e a editora Universitária. Tribuna da Imprensa. Edição 02799 (1). 17/06/1962. p. 9.

A IGREJA é contra o reatamento. Correio Brasiliense, Rio de Janeiro, n. 002973, p. 1, 26 nov. 1961.

A IGREJA é contra o reatamento. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, n. 002973, p. 1, 19 fev. 1961.

A UNIÃO Cívica Feminina. Diário da Noite, Rio de Janeiro, n. 11711, p. 5, 20 mar. 1963.

ADCE. UNIAPC. Disponível em: <http://adcebrasil.org.br/uniapac/>. Acesso em: 05 jan. 2019.

ADEUS do Padre Peyton ao recife: cruzada na Guanabara dia 20. Última Hora, 0093, p. 2. 18 de set. 1962.

AINDA as afirmações do padre Negromonte. Diário Carioca: O máximo de jornal, no mínimo de espaço (RJ), n.09852, p. 04, 10 ago. 1960.

ARQUIVO NACIONALa. Estatutos, regulamentos, atas e registros do IPES. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Série: Organização e Funcionamento. 1962.

ARQUIVO NACIONALa. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Comunicação e Divulgação. Texto Socialismo e Consciência Cristã. 1963.

ARQUIVO NACIONALa. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Correspondência Expedida. 04/03/1964.

ARQUIVO NACIONALa. Panfleto “Carta Integração” e folheto “O que o IPES”. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Série: Comunicação e Divulgação. 1961

ARQUIVO NACIONALb. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Organização e Funcionamento. Relação de nomes e temas para palestra na TV. 1961.

ARQUIVO NACIONALb. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Organização e Funcionamento. Ata do dia 9/05/1963.

ARQUIVO NACIONALb. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Correspondência Recebida. 27/01/1964.

ARQUIVO NACIONALb. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Organização e Funcionamento. Ata do dia 27/03/1962.

ARQUIVO NACIONALc. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Cursos. Conferência de Alceu Amoroso Lima “A realidade Brasileira”, 1963.

ARQUIVO NACIONALc. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Correspondência Expedida. 18/02/1964.

ARQUIVO NACIONALc. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Correspondência expedida do dia 02/04/1962.

ARQUIVO NACIONALc. Fundo: João Goulart. Documentos Complementares. Documentos textuais. 2 Caderno da Juventude Trabalhista Popular e Socialista PDT. Jango: a luta pelas reformas de Base. 1961.

ARQUIVO NACIONALd. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Cursos. Conferência de Gustavo Corção “A democracia e a Igreja.”, 1963.

ARQUIVO NACIONALd. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Textos, discurso e recortes de jornais sobre a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Histórico da Campanha da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia, 1964.

ARQUIVO NACIONALd. Fundo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Correspondência Recebida. 26/02/1962.

ARQUIVO NACIONALE. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Organização e Funcionamento. Ata do Comitê Executivo- 29/10/1962.

ARQUIVO NACIONALE. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Cursos. Conferência de João Camilo de Oliveira Torres “A democracia e os regimes totalitários”, 1963.

ARQUIVO NACIONALE. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Recortes de jornais e textos sobre a Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco, o Movimento Democrático Mineiro, a União Democrática Assistencial Paulista, o Movimento em Defesa da Democracia de Alagoas e a Ação Democrática Feminina Gaúcha, entre outras, na luta contra o comunismo. Declaração de princípios, 1964.

ARQUIVO NACIONALf. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Organização e Funcionamento. Ata do dia 16/12/1962.

ARQUIVO NACIONALf. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Dossiê: Recortes de Jornais sobre “A marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Grande afluência na Marcha da Família realizada em Jaú. 1964.

ARQUIVO NACIONALf. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Recortes de jornais e textos sobre a Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco, o Movimento Democrático Mineiro, a União Democrática Assistencial Paulista, o Movimento em Defesa da Democracia de Alagoas e a Ação Democrática Feminina Gaúcha, entre outras, na luta contra o comunismo. Onde, como e porque nasceu a CAMDE, 1965.

ARQUIVO NACIONALg. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Correspondência Recebida. 18/12/1962.

ARQUIVO NACIONALg. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Dossiê: Recortes de Jornais sobre “A marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Mobiliza-se o interior no repúdio ao comunismo. 1964.

ARQUIVO NACIONALh. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Correspondência Expedida. 20/12/1962.

ARQUIVO NACIONALh. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Dossiê: Recortes de Jornais sobre “A marcha da Família com Deus pela Liberdade”, Os Santistas mostrarão nas ruas que a liberdade persistirá. 1964.

ARQUIVO NACIONALi. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Documentos de Caixa do IPES. 10/08/1962.

ARQUIVO NACIONALi. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Dossiê: Recortes de Jornais sobre “A marcha da Família com Deus pela Liberdade.” Com uma romaria a Aparecida, Capivari realizou sua Marcha.1964.

ARQUIVO NACIONALj. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Organização e Funcionamento. Ata do dia 29/11/1962.

ARQUIVO NACIONALj. Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia. Dossiê: Recortes de Jornais sobre “A marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Hoje, dia da convenção, Itu realiza também a sua Marcha. 1964.

ARQUIVO NACIONALk.Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Orçamentos e Finanças. 1962.

ARQUIVO NACIONALl. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Comunicação e Divulgação. 1862.

ASSOCIAÇÃO dos Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE-BR). Verbete. CPDOC. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-dos-dirigentes-cristaos-de-empresa-do-brasil-adcebr>. Acesso em: 23 out. 2019.

BISPOS definirão posição da Igreja em Minas diante dos problemas nacionais. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 00297, p. 3, 16 dez. 1961.

CARDEAL repudia os comunistas. Jornal do Commercio (RJ), n.00001, p. 03, 01 de out. 1960.

CARTAS à redação. Correio da Manhã, 21393, p. 4. 28 de dez. 1962. PADRE Peyton agradece ao DC. Diário Carioca, 10699, p. 1. 19 de dez. 1962.

CATHOLIC-HIERARCHY. [S. l.], 8 jan. 2008. Disponível em: <http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bpest.html>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CATÓLICOS não podem votar em Lott-Sérgio. Tribuna da Imprensa (RJ), n.03255, p. 01, 28 de set. 1960.

CID RECEBE novas adesões de políticos alagoanos à sua candidatura a deputado. Diário de Pernambuco, 00206, p. 5. 12 de set. 1962.

CNBB afirma que golpe de 1964 foi um “erro histórico”. Folha de São Paulo, [S. l.], 3 abr. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1435249-cnbb-diz-que-golpe-de-1964-foi-erro-historico.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2020.

CNBB. Plano de Emergência para a Igreja do Brasil. Cadernos da CNBB, n°1, 2º Edição. Rio de Janeiro: Dom Bosco, 1963. p. 9.

CONCURSOS de beleza. A Cruz: Orgão da Parochia de S. João Baptista (RJ), n.02314, p. 06, 09 de jul. 1961.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. Anuário Católico do Brasil 1960. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1960. p. 1230.

CONGREGAÇÃO pela Doutrina da Fé. Decretum Contra Communismum. Montfort associação cultural. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/anticomunismo/>. Acesso em: 27 jan. 2020.

D. AVELAR diz que Igreja quer reforma agrária mas não apoia Ligas Camponesas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 00258, p. 8, 6 nov. 1961.

D. SCHERER preconiza reforma social dentro dos princípios cristãos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 00258, p. 9, 4 nov. 1961.

DEMOCRACIA estará em perigo se falhar Aliança para o progresso. O Estado de Florianópolis, Rio de Janeiro, n. 14374, p. 1, 21 fev. 1962. D. Helder saúda IPES e iniciativa privada. Diário Carioca, Rio de Janeiro, n. 10412(1), p. 1, 19 fev. 1962.

DEPUTADOS citaram “Deus” 59 vezes na votação do impeachment. Congresso em Foco, [S. l.], 19 abr. 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/deputados-citaram-%E2%80%9Cdeus%E2%80%9D-59-vezes-na-votacao-do-impeachment/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

DIOCESE de Petrópolis. Petrópolis, 8 jan. 2008. Bispos do Clero. Disponível em: <http://diocesepetropolis.com.br/clero/14489>. Acesso em: 23 jan. 2020.

DIRETOR de trânsito tem plano com rotas especiais para Cruzada do Rosário. Jornal do Brasil, 00286, p. 4. 12 dez. 1962.

DIRETRIZ única da Igreja para problemas nacionais foi discutida por bispos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 00299, p. 4, 22 dez. 1961.

DN COLABOROU no êxito da Cruzada do Rosário. Diário de Notícia, 12296, p. 01. 19 dez. 1962.

DOM Scherer repele o que disse Lott. Tribuna da Imprensa (RJ), n.03238, p. 02, 08 set. 1960.

EMPRESÁRIOS Católicos unem-se em associação. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 19 Mar. 1962. p.4

ESFORÇO para acelerar desenvolvimento econômico de toda América Latina. Diário de Notícia, Rio de Janeiro, 7 Ago. 1963, p. 9.

FORUM de desenvolvimento vai reunir empresários em novembro em São Paulo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 7 Ago. 1963. p. 8.

GAMA, José Saldanha da. Tombo das terras de Santa Cruz. História da Imperial Fazenda de Santa Cruz. RIHGB, vol. XXXVIII-2, 1875, pp. 174-177.

GOULART pede amparo da Igreja para dar tudo de si pela felicidade da pátria. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 00235, p. 3, 7 out. 1961.

GOVERNO do Estado de Minas Gerais. Comissão da Verdade em Minas Gerais. Relatório/ Governo do Estado. Volume 4. Capítulo 7 – Belo Horizonte: COVEMG, 2017. p. 21.

HOMENS de empresas aderem a revolução de consciências. Última Hora, Rio de Janeiro, 12 Out. 1961. p. 8.

IBGE, Conselho Nacional de Estatística. Anuário Estatístico Brasileiro 1962. Ano XXIII, 1963. p. 321.

INDUSTRIAIS colaboram com A cruz do Rosário em Família. Diário de Pernambuco, n. 00186, p. 3. 18 ago. 1962.

JANGO no poder. O Semanário, Rio de Janeiro, n. 00276, p. 1-2, 19 set. 1961.

JUAREZ ao JD: Comunistas apoiam Lott e combatem JQ. Jornal do dia (RS), n.04077, p. 02, 13 de set. 1960.

LAVRADORES de São Paulo fundam Associação. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, n. 02551, p. 7, 21 set. 1961. O SINDICATO é a defesa dos trabalhadores. Jornal do Maranhão: semanário de orientação católica, Maranhão, n. 03098, p. 1, 17 mar. 1963.

LETRAS, Academia Brasileira de. Biografia de Fernando Bastos de Ávila, Pe. Disponível em:<http://www.academia.org.br/academicos/fernando-bastos-de-avila-pe/biografia>. Acesso em: 14 out. 2019.

LOJISTAS homenagearam pres, da A. Comercial. Diário de Pernambuco, n.00171, p. 14. 1 ago. 1962.

MENSAGEM do Padre Peyton será ouvida no mundo todo. Diário de Notícias, 12295, p. 15. 16 de dez. 1962.

MULHER paulista. Folha de São Paulo, São Paulo, n. 1427, p. 2, 18 mar. 1964.

MULTIDÃO superlotou o Parque Treze de Maio para ouvir Pe. Peyton. Diário de Pernambuco, 00211, p. 3. 18 de set. 1962

NOTICIÁRIO Internacional. Diário de Pernambuco, n. 00137, p. 15-15, 19 jun. 1962.

NOTICIÁRIO local. Diário de Pernambuco, n.00201, p. 11. 19 ago. 1962

NÚCLEO de memória. Pontifícia Universidade Católica. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/instrumentos-de-pesquisa/cronologia-por-decadas> Acesso em: 20 de dez 2018.

O APELO das mulheres de São Paulo. O Estado de São Paulo, São Paulo, n. 26810, p. 3, 16 set. 1962.

O BRASIL está à beira do caos. Tribuna da Imprensa, n. 02514, abr. 1958. p. 01.

ONACIONAL. Fundo: João Goulart. Documentos Complementares. Documentos textuais. 2 Caderno da Juventude Trabalhista Popular e Socialista PDT. Jango: a luta pelas reformas de Base. p. 35

O PATRIOTISMO das forças armadas e a habilidade do congresso salvaram o Brasil. A Cruz, Rio de Janeiro, n. 02322, p. 1, 3 set. 1961.

OS PAULISTAS vão promover a Marcha da Família com Deus Contra a Comunização do País. O Globo, Rio de Janeiro, p. 4, 16 mar. 1964.

PADRE Peyton chegou para pregar domingo na concentração da Cruzada. Jornal do Brasil, 00287, p. 4, 13 dez. 1962.

PADRE Peyton vai lançar terça-feira a Cruzada do Rosário em Família. Jornal do Brasil, 00222, p. 10, 23 set. 1962.

PADRE Peyton. O Semanário, 00314, p. 7, 20 a 26 dez. 1962.

PADRE, Peyton espera um milhão de fiéis hoje na grande concentração. O Jornal, 12756, p. 16. 16 de dez. 1962.

PALAVRAS para a história política. A Cruz: Orgão da Paróquia de S. João Baptista (RJ), n.02278, p. 02, 30 de out. 1960.

PAPA LEÃO XXIII. Carta encíclica “Rerum Novarum”. Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:http://w2.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerumnovarum.html. Acesso em: 22 nov. 2018.

PAPA PIO XI. Carta encíclica “Quadragesimo Anno”. Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso em: 23 nov. 2018.

PARA Jânio a Igreja é um partido político. Última Hora, n.03134, p. 03, 13 de set. 1960.

PCB prepara plano de agitação em todo o Brasil: pretexto é Fidel. Tribuna da Imprensa (RJ), n.03193, p. 05, 18 jul. 1960.

PEYTON contra o futebol. O Semanário, 00313, p. 7. 13 a 19 dez. 1962

PRESIDENTE preconiza a reforma constitucional. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 00271, p. 4, 16 nov. 1961.

RECOMENDAÇÃO do arcebispo repercute entre católicos. Diário da Tarde (PR), n.20455, p. 01, 26 de set. 1960.

REPERCUSSÃO ruidosa do manifesto católico. Acervo O Globo, n. 9799, abr. 1958. p.01.

REUNIÃO dos Capelães Militares. Diário de Pernambuco, n.00178, p. 18. 9 ago. 1962.

ROSÁRIO em família faz sucessivas reuniões. Diário de Pernambuco, n.00183, p. 15. 15 ago. 1962.

ROSÁRIO em Família, uma cruzada vitoriosa. Diário de Pernambuco, n. 00211, p. 1-1, 18 set. 1962.

ROSÁRIO luminoso no alto do Corcovado chama povo para grande concentração. Jornal do Brasil, 00283, p. 4. 8 de dez. 1962.

SÃO PAULO em pesô vai tomar parte amanhã na Marcha da Liberdade. O Jornal, Rio de Janeiro, n. 13122, p. 1, 18 mar. 1963.

SOB o Signo da Mater et Magistra inaugura-se amanhã o VII Congresso de Circulos Operários do Brasil. Ano 1962. Correio Paulistano. Edição 32604. p. 12.

TODOS felicitam Magalhães Pinto. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, n. 21779, p. 7, 4 abr. 1964.

TRABALHAR pela paz. A Cruz: Orgão da Parochia de S. João Batista, n. 02176, nov. 1958, p. 02.

TRANSPORTE gratuito para a concentração do Pe. Peyton. Diário de Pernambuco, n.00205, p. 5. 11 set. 1962

UM milhão e meio de cariocas vão ouvir o Padre Peyton dia 16. Jornal do Brasil, 00282, p. 5. 7 dez. 1962.

VOLTOU ontem as ruas de São Paulo o espírito de 32; passeata cívica reuniu meio milhão de democratas. O Estado de São Paulo, São Paulo, n. 27273, p. 14-15, 20 mar. 1964.

LISTA DE TABELAS

<u>Tabela 1. Complexo religioso da Igreja Católica em 1960.....</u>	<u>20</u>
<u>Tabela 2. Complexo midiático da Igreja Católica em 1960.....</u>	<u>20</u>
<u>Tabela 3. Complexo educacional da Igreja Católica em 1960.....</u>	<u>21</u>
<u>Tabela 4. Complexo imobiliário da Igreja Católica em 1960.....</u>	<u>22</u>
<u>Tabela 5. Propagandas de convocação para a Cruzada do Rosário em família Novembro-Dezembro de 1962.....</u>	<u>6</u>

LISTA DE QUADROS

<u>Quadro 1. Empresas, associações e organizações dos fundadores da ADCE (1961-5).....</u>	<u>54</u>
<u>Quadro 2. Perfil de Classe da Representação Nacional da ADCE-BR.....</u>	<u>56</u>

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI- Associação Brasileira de Imprensa;
ACB- Ação Católica Brasileira;
ACM- Associação Cristã dos Moços;
ACSP- Associação Comercial de São Paulo;
ADCE- Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas;
ADF- Associação Democrática Feminina;
ADF- Associação Democrática Feminina;
ARENA- Aliança Renovadora Nacional;
CAB- Curso Atualidades Brasileiras;
CABS- Curso Superior de Atualidades Brasileiras;
CAMDE- Campanha da Mulher Pela Democracia;
CBTN- Federação de Circulo dos Trabalhadores Cristãos;
CDFR- Cruzada Democrática Feminina no Recife;
CDL- Clube dos Diretores Lojistas;
CDV- Centro Dom Vital;
CEC- Campanha para Educação Cívica;
CED- Conselho de Entidades Democráticas;
CELAM- Conselho Episcopal Latino Americano;
CFC- Confederação das Famílias Cristãs;
CFC- Confederação das Famílias Cristãs;
CIA- Central Intelligence Agency;
CIESP- Centro das Indústrias de São Paulo;
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
CNCO- Conferência Nacional dos Círculos Operários;
CNPQ- Conselho Nacional de Pesquisas;
CRF- Cruzada do Rosário em Família;
CSN- Companhia Siderúrgica Nacional;
EFL- Escola de Formação de Líderes;
ESG- Escola Superior de Guerra;
FACUR- Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural;
FAREM- Federação da Agricultura de Minas Gerais;
FCOF- Federação dos Círculos Operários;

FIESP- Federação das Indústrias de São Paulo;
GES- Grupo de Educação Seletiva;
IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática;
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
IBRADES- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento;
IOR- Instituto para Obras de Religião;
IPES- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais;
JEC- Juventude Estudantil Católica;
JOC- Juventude Operária Católica;
JUC- Juventude Universitária Católica;
LIMDE- Liga de Mulheres Democráticas;
MAF- Movimento de Arregimentação Feminina;
MBS- Mutual Broadcasting System;
MEB- Movimento de Educação de Base;
MFC- Movimento Familiar Cristão;
MFC- Movimento Familiar Cristão;
MMC- Movimento por um Mundo Melhor;
PCB- Partido Comunista Brasileiro;
PDC- Partido Democrata Cristão;
PL- Partido Libertador;
PR- Partido Republicano;
PRT-Partido Republicano Trabalhista;
PSB- Partido Socialista Brasileiro;
PSD- Partido Social Democrático;
PSP- Partido Social Progressista;
PST- Partido Social Trabalhista;
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro;
PTN- Partido Trabalhista Nacional;
PUC- Pontifícia Universidade Católica;
RCRB- Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil;
SEI- Sociedade de Estudos Interamericanos;
SIC- Serviço de Informações Cinematográfica;
SNI- Serviço Nacional de Informações;
SOEPT- Sociedade de Estudos e Pesquisas Técnicas;
SRB- Sociedade Rural Brasileira;
SUMOC- Superintendência da Moeda e do Crédito;
TFP- Tradição Família e Propriedade;
UDN- União Democrática Nacional;
UNE- União Nacional dos Estudantes;
UNIAPAC- União Internacional das Associações Patronais Católicas;
UPUC- Escola Politécnica da Universidade Católica;
USAID- United States Agency for International Development.



Este livro é uma publicação da Edur/UFRRJ
Publicado em 2025
Fonte: Garamond Premier Pro, 15 pt - Regular

